

**ANGÉLICA SILVA ARRUDA VIDAL**

**A PEQUENA CIDADE: INSERÇÃO REGIONAL, DINÂMICA E PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO URBANO DE PIRAÚBA – MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
2022**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

V648p  
2022

Vidal, Angélica Silva Arruda, 1996-

A pequena cidade: inserção regional, dinâmica e produção  
do espaço urbano de Piraúba - MG / Angélica Silva Arruda  
Vidal. – Viçosa, MG, 2022.

1 dissertação eletrônica (149 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2022.

Referências bibliográficas: f. 142-149.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.019>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Planejamento urbano - Piraúba (MG). 2. Cidades  
pequenas. 3. Planejamento regional. 4. Espaços públicos.  
I. Stephan, Ítalo Itamar Caixeiro, 1957-. II. Universidade Federal  
de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa  
de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22. ed. 711.4098151

Bibliotecário(a) responsável: Bruna Silva CRB-6/2552


**ANGÉLICA SILVA ARRUDA VIDAL**

**A PEQUENA CIDADE: INSERÇÃO REGIONAL, DINÂMICA E PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO URBANO DE PIRAÚBA - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.


APROVADA: 27 de maio de 2022.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente  
 ANGELICA SILVA ARRUDA VIDAL  
Data: 09/02/2023 11:24:10-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Angélica Silva Arruda Vidal  
Autora

Documento assinado digitalmente  
 ITALO ITAMAR CAIXEIRO STEPHAN  
Data: 10/02/2023 14:55:25-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Ítalo Itamar Caixeiro Stephan  
Orientador

Dedico este trabalho aos pesquisadores e pesquisadoras que abriram caminhos no planejamento urbano, em especial meu mestre e orientador Ítalo Stephan.

## AGRADECIMENTOS

Nessas páginas em que a personalidade é permitida, gostaria de dizer que o processo de construção e escrita de uma pesquisa de mestrado é desafiador, passei por alguns percalços que se eu não tivesse as pessoas certas comigo eu não seria capaz de superar. Apesar de desafiador, é extremamente gratificante finalizar este mestrado, me consagrando como a primeira mestra da família.

Meu primeiro agradecimento vai para Jesus que me inspirou a lutar e persistir pelo que eu acredito. A fé em Deus, enquanto força onipotente, foi instrumento para que esta pesquisa fosse realizada. Essa luz que me foi transmitida veio pelas mãos da minha querida e amada tia Célia, que não mediu esforços para que a minha saúde mental fosse restabelecida através da fé. Portanto, sou muito grata pelo seu amor incondicional.

Quero agradecer à minha mãe que durante esses dois anos de mestrado foi esteio para mim, prezando pela minha saúde e conforto junto a meu pai que, mesmo com as adversidades da vida, me olha com os olhos de quem vê grandes possibilidades pela frente. Vocês são minha inspiração.

À minha avó Maria Aparecida que me envolveu com tanto amor e carinho, à minha avó Marina, responsável pela força ancestral que eu carrego dentro de mim. Às minhas primas, Glécia e Ana Carolina que, à minha volta, fizeram muito mais do que nossa família jamais fez uns pelos outros. Às minhas irmãs, Ana pelo ombro amigo e Laura por ser minha parceira em todas as horas e de todas as formas.

Ao meu companheiro Bruno por ser um grande motivador e por sempre me falar do meu potencial, por pacientemente me acompanhar nos caminhos da vida e dividir os momentos de respiro em meio ao caos.

Às minhas professoras, Letícia que me deu a primeira oportunidade de atuar com planejamento urbano e me encaminhou para este mestrado, e Teresa que me ensinou, direcionou e contribuiu para que esta pesquisa fosse realizada, cientistas inspiradoras.

Ao meu excelente orientador Ítalo Stephan, não tenho palavras para descrever minha gratidão à sua dedicação e por você fazer muito mais que seu papel para que eu conseguisse finalizar esta pesquisa. Nada mais que merecido ela ser dedicada a você.

Às minhas amigas e amigos que a pós consagrou principalmente Ana Clara, Ana Carolina, André, Arthur, Blanca, Thâmara, Tiffany, Túlio, Vanessa e Vítor. Vocês foram luz num momento tão obscuro como este da pandemia, mesmo distantes fisicamente dividimos nossas aflições e alegrias.

Às minhas amigas e amigos que estiveram comigo desde antes do mestrado. Quero agradecer especialmente à Mariana Camillo e à Karine Dias, pelo apoio desde a aplicação na seleção até o fim do mestrado.

A todos que contribuíram com a pesquisa, nada se faz completamente sozinho. Aos servidores da prefeitura municipal de Piraúba, pela disponibilidade em auxiliar a coleta de dados e informações e ao meu querido amigo Francisco, por ceder suas habilidades na elaboração dos mapas dessa dissertação.

Ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa por, durante dois anos, ser o espaço em que a pesquisa foi desenvolvida, concedendo mais conhecimento e oportunidades para meu crescimento enquanto pesquisadora.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo apoio financeiro recebido, sem o qual eu não seria capaz de me dedicar plenamente à essa pesquisa. Torço para que um dia o amparo à pesquisa seja difundido para todas e todos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*“Viver é partir, voltar e repartir”.*

(Emicida, “É tudo *pra* ontem”)

*“(...) os vínculos de afetividade confundem-se à afeição pelo espaço, tornando-o singular pelos laços específicos que cria”*

(ENDLICH,2006, p. 389).

## RESUMO

VIDAL, Angélica Silva Arruda, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2022.  
**A pequena cidade: Inserção Regional, Dinâmica e Produção do Espaço Urbano de Piraúba-MG.** Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

A maioria das cidades brasileiras podem ser consideradas pequenas, seja pelo seu porte demográfico, pela dimensão, pela inserção na rede urbana ou na participação na economia regional. Apesar de maioria no território, as pesquisas realizadas sobre o espaço urbano brasileiro são focadas em cidades grandes, mais recentemente passou a incluir as médias, deixando lacunas a serem preenchidas no que tange ao estudo das urbes que compõe as pequenas cidades. Durante a elaboração do projeto de pesquisa foi identificada uma carência de pesquisas voltadas para compreender a dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano das pequenas cidades, bem como quem são os agentes atuantes, quais processos se realizam em seu território e quais formas urbanas são consequentes dessa dinâmica. Em busca de trabalhos dentro da temática foi identificado que não haviam pesquisas que tratassem do espaço urbano da pequena cidade como um todo, nem que elencassem os agentes atuantes. Portanto essa pesquisa busca responder a seguinte pergunta: Como e quem produz o espaço urbano da cidade de Piraúba e quais são as consequências físico-territoriais dessa dinâmica? Como campo de estudos foi escolhida a cidade de Piraúba, localizada na Região Imediata de Ubá, na Zona da Mata de Minas Gerais. A escolha se justifica pela relação da pesquisadora com o campo de estudos e decorrente percepção do desenvolvimento da urbanização do município, ocorrida a partir dos anos 1990, a área urbana tem passado por expansão tanto vertical como horizontal e pelo desenvolvimento de setores econômicos propriamente urbanos. A dissertação se dividiu em quatro capítulos, dois de embasamento teórico, sobre espaço urbano e pequena cidade, dois de pesquisa, sobre a inserção regional de Piraúba e a produção do espaço urbano do município. Ao fim debate-se a presença dos agentes e a forma com que os processos acontecem na cidade.

Palavras-chave: Pequena cidade. Produção do espaço urbano. Inserção regional.

## ABSTRACT

VIDAL, Angélica Silva Arruda, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2022. **The small city: Regional Insertion, Dynamics and Production of the Urban Space of Piraúba-MG.** Advisor: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

Most Brazilian cities can be considered small, either by their demographic size, their dimension, their insertion in the urban network or their participation in the regional economy. Despite being the majority in the territory, the researches conducted on the Brazilian urban space are focused on large cities, and more recently began to include the medium-sized ones, leaving gaps to be filled in what concerns the study of the cities that make up the small cities. During the elaboration of the research project it was identified a lack of research aimed at understanding the dynamics of production and reproduction of urban space in small cities, as well as who are the active agents, which processes take place in their territory and which urban forms are consequent of this dynamic. In the search for works on the subject it was identified that there were no researches that dealt with the urban space of the small town as a whole, nor that listed the active agents. Therefore, this research seeks to answer the following question: How and who produces the urban space of the city of Piraúba and what are the physical-territorial consequences of this dynamic? The city of Piraúba, located in the immediate region of Ubá, in the Zona da Mata region of Minas Gerais, was chosen as the field of study. The choice is justified by the relationship of the researcher with the field of studies and the perception of the development of urbanization of the municipality, which has occurred since the 1990s. The dissertation is divided in four chapters, two of them of theoretical basis, about urban space and small town, and two of research, about the regional insertion of Piraúba and the production of urban space in the municipality. At the end, the presence of agents and the way in which the processes take place in the city are discussed.

Keywords: Small town. Production of urban space. Regional insertion.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição da população brasileira e dos municípios 2020.....	38
Figura 2: Tamanho populacional dos municípios por ano de instalação .....	40
Figura 3 - Mapa Municípios sujeitos a extinção devido aos critérios da Proposta de Emenda Constitucional nº 188/2019 - 2017 - Minas Gerais.....	65
Figura 4 - Contribuição por setor no PIB regional .....	65
Figura 5 - Participação percentual em relação aos indicadores de Minas Gerais...66	
Figura 6 - Região de Influência do AP Juiz de Fora .....	68
Figura 7 - Conexões externas estabelecidas pelo AP de Juiz de Fora .....	70
Figura 8 - Região Geográfica Imediata de Ubá .....	71
Figura 9 - Fluxos da rede urbana a partir de Ubá.....	73
Figura 10 - Municípios integrantes do APL Moveleiro de Ubá.....	75
Figura 11 - Localização do município e da malha urbana de Piraúba-MG.....	81
Figura 12 - Foto da igreja e seu entorno (sem data) .....	82
Figura 13 - Construção da segunda estação da Estrada de Ferro Leopoldina, em Piraúba.....	83
Figura 14 - Vista para o pátio da estação e o tecido urbano de Piraúba, em 1956 ...	84
Figura 15 – Primeiros bairros da cidade de Piraúba .....	85
Figura 16 - Evolução da malha viária de Piraúba, 1960 e 2021 .....	86
Figura 17 - Vista da Rua Opemá para o morro do cruzeiro, Piraúba, 2020. ....	88
Figura 18 - Fluxo de matéria prima adquirida por indústrias locais, Piraúba, 2021 ...	93
Figura 19 - Escoamento da produção das indústrias locais, Piraúba, 2021 .....	94
Figura 20 - Ligações entre Piraúba e outras cidades (REGIC, 2018) .....	95
Figura 21 - Ligações por transporte rodoviário de pessoas, Piraúba, 2021 .....	96
Figura 22 - Vista para o bairro Piraúbinha da MG-285, Piraúba, 2011 e 2019.....	98
Figura 23 - Comparativo entre a malha urbana de Piraúba em 2010 e 2018.....	100
Figura 24 - Plantação de milho no centro de Piraúba, fevereiro de 2021.....	102
Figura 25 - Vista para o tecido urbano de Piraúba, 2020 .....	103
Figura 26 - Manifestação da prefeitura sobre repasses do estado em 2019.....	105
Figura 27 - Caminhada matinal às margens da MG-353.....	117
Figura 28 – Feira semanal na praça principal de Piraúba, 2019 .....	118
Figura 29 - Vista do bairro Santa Teresinha, 2019.....	119
Figura 30 - Análise das edificações da área central.....	120

Figura 31 – Crescimento da cidade de Piraúba .....	121
Figura 32 - Concentração de alvará de construção e reforma .....	122
Figura 33 - Comparativo da malha urbana do bairro Granja Aurimar, Piraúba 2010 e 2020 .....	123
Figura 34 - Concentração de comércio em Piraúba .....	124
Figura 35 - Concentração de serviços em Piraúba .....	125
Figura 36 - Desenvolvimento do Distrito Industrial de Piraúba, 2010, 2017 e 2020	126
Figura 37 - Residência localizada na Rua Opemá, nº346, datada do início do século XX .....	127
Figura 38 - Residência localizada na Rua Opemá, nº467, datada do início do século XX .....	128
Figura 39 - Renda familiar por setor censitário do tecido urbano .....	130
Figura 40 - Distribuição da população negra por setor censitário do tecido urbano de Piraúba.....	131
Figura 41 - Desenvolvimento do bairro Santa Teresinha, 2010 e 2019 .....	132
Figura 42 - Desenvolvimento do bairro São Sebastião, 2010 e 2019 .....	133
Figura 43 - Desenvolvimento do condomínio fechado na MG-285, Piraúba 2010, 2014 e 2019 .....	134
Figura 44 - Desenvolvimento do condomínio fechado na MG-353, 2010, 2014 E 2019 .....	134
Figura 45 - Terreno no loteamento Novo Jardim e Bom Clima, respectivamente, Piraúba, 2021 .....	136
Figura 46 - Processos da produção do espaço urbano de Piraúba, até 2021 .....	139

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de área plantada ou destinada à colheita (em hectare) .....	87
Gráfico 2 – Indicadores socioeconômicos das pequenas cidades do APL Ubá .....	89
Gráfico 3 - Número de empresas x pessoal ocupado .....	89
Gráfico 4 - Evolução do PIB municipal entre os anos de 2002 e 2019.....	90
Gráfico 5 - Evolução da população de Piraúba .....	91
Gráfico 6 - Número de pessoal ocupado por setor (segundo CNAE).....	103

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação de Piraúba segundo referencial teórico.....	107
--	-----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>AP</b>	Arranjo Populacional
<b>APL</b>	Arranjo Produtivo Local
<b>BDMG</b>	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
<b>CNAE</b>	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
<b>COMPAC</b>	Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Piraúba
<b>Espon</b>	European Spatial Planning Observation Network
<b>Eurostat</b>	Organização Europeia de Estatística
<b>FPM</b>	Fundo de Participação dos Municípios
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICM</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IPTU</b>	Imposto Predial e Territorial Urbano
<b>OCDE</b>	Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Económica
<b>PEA</b>	População Economicamente Ativa
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda Constitucional
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNDR</b>	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SIDRA</b>	Sistema IBGE de Recuperação Automática
<b>UFV</b>	Universidade Federal de Viçosa

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	16
2. CIDADE: O URBANO E SEUS DESDOBRAMENTOS .....	21
2.1. As cidades brasileiras e suas classificações .....	21
2.3. A dinâmica da produção do espaço urbano .....	26
3. PEQUENA CIDADE EM CONTEXTO .....	34
3.1. Conceituações das pequenas cidades .....	35
3.2. Os processos históricos da (na) pequena cidade .....	38
3.3. A pequena cidade no Brasil contemporâneo .....	45
3.4. O espaço urbano na pequena cidade .....	54
4. A INSERÇÃO REGIONAL DE PIRAÚBA, MINAS GERAIS. ....	60
4.1. A Zona da Mata Mineira .....	60
4.2. Da Zona da Mata mineira à Região Intermediária de Juiz de Fora .....	67
4.3. A Região Imediata de Ubá e seu APL Moveleiro .....	70
4.3.1. O Arranjo Produtivo Local de Ubá .....	74
5. O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PIRAÚBA.....	79
5.1. Os reflexos da inserção regional na conformação socioeconômica e territorial da cidade .....	79
5.2. Piraúba enquanto pequena cidade .....	101
5.3. A produção do espaço urbano de Piraúba: agentes, processos e formas .	107
5.3.1. O comportamento dos agentes produtores do espaço urbano .....	108
5.3.2. Processos e formas .....	120
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	140
REFERÊNCIAS.....	142

## 1. INTRODUÇÃO

A maioria das cidades brasileiras podem ser consideradas como pequenas, seja pelo seu porte demográfico, pela dimensão, pela inserção na rede urbana ou na participação na economia regional. Apesar de maioria no território, as pesquisas realizadas sobre o espaço urbano brasileiro são focadas em cidades grandes, mais recentemente passou a incluir as médias, deixando lacunas a serem preenchidas no que tange ao estudo das urbes que compõe as pequenas cidades.

Quando se trata dessa tipologia, as pesquisas se direcionam na tentativa de estabelecer variáveis capazes de qualificar as pequenas localidades para que depois outros desdobramentos sejam realizados. Compreender o espaço urbano da pequena cidade ainda é uma tarefa recente, a qual necessita que diversas temáticas sejam tratadas dentro desse campo de estudo.

Uma das áreas do conhecimento que produzem pesquisas aplicadas à essa realidade é a do planejamento urbano e regional em busca de compreender como a política urbana é conduzida nessas territorialidades, suas falhas, potencialidades ou a ausência de instrumentos voltados ao planejamento. Faz-se necessário, para que o planejamento territorial seja coerente com a realidade do município, o estudo e análise do espaço urbano da pequena cidade, assim como é feito nas metrópoles.

Durante a elaboração do projeto de pesquisa foi identificada uma carência de pesquisas voltadas para compreender a dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano das pequenas cidades, bem como quem são os agentes atuantes, quais processos se realizam em seu território e quais formas urbanas são consequentes dessa dinâmica. Em busca de trabalhos dentro da temática foi identificado que não haviam pesquisas que tratassem do espaço urbano da pequena cidade como um todo, nem que elencassem os agentes atuantes.

Portanto, essa pesquisa busca responder a seguinte pergunta: **Como e quem produz o espaço urbano da cidade de Piraúba e quais são as consequências físico-territoriais dessa dinâmica?** Para que seja respondida tal questão, é necessário compreender as modificações consequentes da inserção da pequena cidade no contexto da urbanização, industrialização e avanço da globalização e do capitalismo no Brasil. Fatores que reverberam tanto nas relações estabelecidas em rede quanto nas práticas sociais intraurbanas. Essa pesquisa de caráter descritivo e exploratório teve como objetivo principal compreender a pequena

cidade a partir da inserção regional – estudo da região e de sua rede urbana – e da produção do espaço urbano – seus agentes, processos e formas.

Como campo de estudos foi escolhida a cidade de Piraúba, localizada na Região Imediata de Ubá, na Zona da Mata de Minas Gerais. De acordo com o último censo do IBGE, realizado em 2010, a população total do município é de 10.862 habitantes, dividindo-se em 8.814 urbanos e 2.048 da área rural. A escolha se justifica pela relação da pesquisadora com o campo de estudos e decorrente percepção do desenvolvimento da urbanização do município, ocorrida a partir dos anos 1990, a área urbana tem passado por expansão tanto vertical como horizontal e pelo desenvolvimento de setores econômicos propriamente urbanos. Fatos que instigaram a pesquisadora, afim de buscar respostas para tal movimento.

Para atender o objetivo principal, cinco objetivos específicos foram elaborados:

1. Caracterizar Piraúba enquanto pequena cidade;
2. Analisar sua inserção na região e participação na rede urbana;
3. Compreender seu processo de urbanização socioeconômico e espacial;
4. Identificar e caracterizar os agentes produtores do espaço urbano na cidade de Piraúba;
5. Reconhecer, mapear e analisar os processos e formas espaciais geradas a partir da ação dos agentes produtores no espaço urbano da cidade de Piraúba.

Para que esses objetivos específicos fossem atendidos a metodologia foi baseada em Marconi e Lakatos (2003) e constou com:

1. Revisão bibliográfica por meio de publicações como livros, teses, dissertações, publicações em anais de eventos e em revistas, para compor o referencial teórico dos capítulos de embasamento da pesquisa, os quais:
  1. “Cidade: o urbano e seus desdobramentos” onde foram tratados os seguintes temas: classificação e caracterização das cidades; cidade como meio, produto e condição da vida humana; definição de espaço urbano/produção do espaço; produção do espaço como reflexo concreto da reprodução da sociedade; agentes produtores do espaço urbano; processos e formas; urbanização no Brasil; e rede urbana Brasileira. Sendo os

principais autores Roberto Lobato Corrêa, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Ana Fani Alessandri Carlos e Ester Limonad.

2. “Pequena cidade em contexto” onde foram tratados os seguintes temas: conceituação da pequena cidade; processos emancipatórios no Brasil e sua relação com as pequenas cidades; a industrialização do campo e a especialização funcional das pequenas cidades; a inserção da pequena cidade na rede urbana; diferenciação das pequenas cidades; dinâmica econômica das pequenas cidades; a dicotomia rural e urbana como constituidora da pequena cidade; política urbana nas pequenas cidades; e produção do espaço urbano da pequena cidade. Sendo os principais autores Roberto Lobato Corrêa, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Orlando Moreira Júnior, Ítalo Itamar Caixeiro Stephan, Maria Nazareth Baudel Wanderley, Ângela Maria Endlich, Tânia Maria Fresca e Eliseu Savério Sposito e Paulo Fernando Jurado da Silva.

2. Revisão bibliográfica por meio de publicações como livros, teses, dissertações, publicações em anais de eventos e em revistas sobre o histórico, aspectos sociais, geográficos e ambientais da Zona da Mata Mineira e suas subdivisões (região intermediária de Juiz de Fora e região imediata de Ubá), o arranjo produtivo local moveleiro de Ubá e do município de Piraúba;

3. Pesquisa documental para obtenção de dados primários e secundários, retrospectivos e contemporâneos em arquivos públicos municipais e fontes estatísticas encontradas em plataformas online como IBGE, DataViva, Fundação João Pinheiro, Sebrae, IBGE SIDRA e BDMG sobre os aspectos sociais e econômicos da Zona da Mata Mineira e suas subdivisões (região intermediária de Juiz de Fora e região imediata de Ubá), o arranjo produtivo local moveleiro de Ubá e do município de Piraúba.

Essas duas etapas metodológicas compuseram o primeiro capítulo relativo à pesquisa intitulado como “A inserção regional de Piraúba, Minas Gerais”, onde também foi debatido os escritos do tópico “As cidades brasileiras e suas classificações” do primeiro capítulo de embasamento teórico. O capítulo constou com: o histórico de formação da Zona da Mata; O desempenho regional de Juiz de Fora; a evolução econômica de Ubá e a formação do arranjo produtivo local. Os

principais autores foram: Josarlete Magalhães Soares, Samarane Fonseca de Souza Barros e diversos autores que trataram do APL moveleiro de Ubá.

3. Pesquisa de dados secundários contemporâneos (como alvarás de obras e de funcionamento), material cartográfico e imagens de satélite para identificar as alterações do espaço urbano de Piraúba. Encontrados em repartições públicas como o COMPAC, a Secretaria de Obras e a Secretaria de Finanças e em plataformas online como IBGE e Google Earth. Resultaram na produção de material cartográfico utilizando o software *Arcgis*;
4. Pesquisa de campo para reconhecimento do tecido urbano de Piraúba, realizada pela própria autora. Resultou na produção de material cartográfico utilizando o *software Arcgis*;
5. Aplicação de entrevistas semi-estruturadas com agentes envolvidos na produção do espaço urbano de Piraúba, escolhidas como técnica de coleta de dados. Foram entrevistados: dois loteadores, um construtor de prédio, dois profissionais da área da construção civil, uma imobiliária da cidade, um servidor da secretaria de obras e um servidor da repartição de aprovação de projetos. Essas entrevistas foram gravadas e transcritas *ipsis litteris*. Devido ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, os entrevistados foram tratados de forma anônima ao longo da dissertação, tratando-os apenas a partir de sua atuação dentro da produção do espaço urbano.

Essas três etapas metodológicas resultaram no segundo capítulo relativo à pesquisa intitulado como “O contexto da produção do espaço urbano de Piraúba”, onde também foram rebatidos os escritos do segundo subcapítulo do primeiro capítulo de embasamento teórico e o segundo capítulo de embasamento teórico. O capítulo constou com: e o histórico, o desenvolvimento econômico e as relações estabelecidas em rede do município de Piraúba, rebatimento do estudo regional do primeiro capítulo de pesquisa; a aplicação das diretrizes para classificação de uma pequena cidade em Piraúba, bem como as questões relativas à especialização funcional, relação com o meio rural e economia; e a produção do espaço urbano de Piraúba, seus agentes, processos e formas. Portanto, dividiu-se o trabalho em quatro capítulos, além dessa introdução e das considerações finais.

No segundo capítulo considerou-se necessário debater, embasado no referencial teórico, a urbanização brasileira, a categorização das cidades que compõem o país e a dinâmica de produção do espaço urbano, inseridos num contexto capitalista. Iniciou-se pautando os centros urbanos e a dinâmica de organização da rede urbana brasileira, afim de compreender a relação entre as conceituações estabelecidas até então e dinâmica territorial do país.

O terceiro capítulo é dedicado às pesquisas realizadas em torno da pequena cidade. Pautou-se as variáveis que a conceitua como tal, os processos históricos que engendram essas territorialidades e as dinâmicas socioeconômicas que lhes são atribuídas, por fim são debatidas pesquisas que tratam da produção e da política urbana dessas localidades.

O quarto capítulo apresenta a pesquisa interurbana, afim de compreender a região que Piraúba está inserida e quais características reverberam em sua conformação econômica e social. Primeiramente foi abordada a Zona da Mata mineira, a Região Intermediária de Juiz de Fora, a Região Imediata de Ubá e o Arranjo Produtivo de Ubá. Esse capítulo foi de suma importância para compreender melhor o campo de estudos, visto que a visão pré-concebida sobre ele era de uma cidade decaída economicamente, fato que essa análise refutou.

O quinto capítulo se dedica a responder os objetivos específicos relacionados à influência regional no espaço urbano de Piraúba, sua produção e caracterização enquanto pequena cidade e reúne as análises do espaço urbano, as práticas sociais, os agentes produtores e os processos que condicionaram a cidade de Piraúba.

Portanto, esta pesquisa pretende contribuir com o debate relacionado à compreensão da pequena cidade enquanto centralidade no sistema capitalista, sua esfera de conformação enquanto espaço urbano e os reflexos de sua inserção regional. Temáticas ainda pouco tratadas tanto no âmbito acadêmico quanto político, mesmo essas localidades sendo maioria no Brasil. Além de levantar dados relevantes sobre Piraúba. Esses estudos poderão vir a ser utilizados pelo município para analisar suas fraquezas e potencialidades e basear parte da leitura técnica para a implementação de uma política urbana.

## **2. CIDADE: O URBANO E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Neste capítulo serão abordadas questões acerca da caracterização dos centros urbanos brasileiros – enquanto pequenos, médios e grandes – tendo como base os estudos sobre a rede urbana e seus fluxos, a influência do processo de urbanização na diversidade urbana que compõe o país, os diversos debates sobre a caracterização das cidades, afim de trazer um panorama dos estudos sobre cidade no Brasil, de forma que a análise se inicia numa escala interurbana, mais focada em conceituações e caracterizações.

Posteriormente serão tratadas questões relacionadas à produção do espaço urbano e as dinâmicas nela envolvida como os agentes, os processos e as decorrentes formas e funções. Nesta etapa serão apresentados os agentes que atuam na produção do espaço e as diversas conceituações acerca do tema, afim de proporcionar uma base para compreender a dinâmica urbana do campo de estudos. Neste capítulo atenderemos à duas propostas da pesquisa: base bibliográfica para caracterização e classificação do campo de estudos e base bibliográfica para análise da produção do espaço urbano do campo de estudos.

### **2.1. As cidades brasileiras e suas classificações**

No Brasil define-se como cidade o distrito que abriga a sede municipal, delimitado pelo perímetro urbano (ROSA e FERREIRA, 2006; MOREIRA JÚNIOR, 2014), há uma crítica com relação a essa caracterização por considerá-la rasa, em vista de que no continente europeu, por exemplo, as cidades são definidas a partir de uma análise da densidade da população dentro do perímetro urbano. A definição brasileira deixa lacunas para que o conceito de cidade, principalmente num país com tantas e diversas cidades, seja aprofundado e isso ganha espaço no meio acadêmico.

Alguns geógrafos pontuam que a caracterização de cidade pode se desdobrar em outras linhas de pensamento que irão, por exemplo, pautar a divisão do trabalho entre campo/cidade e a diferença na forma de ocupação desses espaços (SOARES, 2019, p. 653). Dentro desse viés, a dinamização econômica e a oportunidade de desenvolvimento são características inerente às cidades – ao

contrário da zona rural –, engendradas pelos modos de organização social que produzem e são produzidas nesse espaço (BITOUN e MIRANDA, 2009).

Partindo da premissa que o território brasileiro apresenta uma diversidade de cidades, é necessário pontuar que, para além da divisão campo/cidade – algo ainda a ser debatido com maior profundidade – há a divisão cidade/cidade provocada pelo modo de organização baseado no sistema capitalista globalizado onde: “lugares são como pontos unidos através de nós de articulação” (CARLOS, 2007, p. 107), a rede urbana. Nessa lógica, há uma hierarquia e articulação dos centros urbanos que parte da metrópole, sendo que quanto mais dinâmica (metrópole) mais ao centro da articulação e ao topo da hierarquia a cidade é localizada.

Essa forma de organização de centros e a diversidade de cidades que a produz e por ela é produzida, foi desencadeada no Brasil pelo processo de urbanização. Segundo Limonad (2018), formou-se no território o que a autora chama de “ilhas de prosperidade”, locais favorecidos pela dinamização econômica e a divisão territorial do trabalho, responsáveis por intensificar a urbanização tanto de determinada cidade como de sua região. Esse processo junto à evolução das tecnologias de comunicação, modificou as conexões estabelecidas entre os centros urbanos no Brasil e a relação com fluxos globais, que passou a acontecer diretamente entre localidades de diversos tamanhos e o capital externo.

“Em consequência, urbanização se difundiu pelo território, se diversificou, se especializou e se tornou mais complexa. Aglomerações urbanas, enclaves de distintos tipos industriais e respectivas bacias de emprego pipocaram ao longo das estradas, nas proximidades e ao redor de enclaves produtivos isolados, multiplicaram-se e especializaram-se, em razão da reestruturação produtiva e das exigências impostas pelo regime de acumulação flexível a diferentes capitais. Mudou, portanto, a distribuição espacial das atividades produtivas e da população” (LIMONAD, 2018, p. 36).

A migração interna no país se alterou a partir da dispersão das atividades produtivas no espaço, que promoveu uma dispersão da população e consequentemente “diferentes tipos de adensamentos produtivos e distintos tipos de arranjos urbanos” (LIMONAD, 2018, p. 50).

“Especializações produtivas, tanto nas metrópoles e capitais regionais quanto em centros menores, possibilitam um crescente grau de integração interna. Essa integração é crescente e tende a se ampliar. Isso significa que ciclos mais complexos de reprodução do capital estão se realizando, reconfigurando a rede urbana brasileira por meio desses escalões intermediários” (CORRÊA, 2018, p. 151-152).

A rede urbana brasileira “apresenta uma complexa espaço-temporalidade, herdeiro dos primeiros núcleos criados no século XVI e de subsequentes complexos e desiguais processos de ocupação do território de sua organização” (CORRÊA, 2018, p. 148), que tem como consequência uma significativa diferenciação e integração entre as cidades. O capital internacional e o neoliberalismo aprofundam ainda mais a diferenciação, até mesmo entre escalas de cidades – grande, média e pequena -, pois condiciona ligações transversais, rompendo com a lógica verticalizada das conexões (SPOSITO, 2010).

Cabe pontuar que essa organização em rede ao passo que integra centros urbanos promove desigualdade de relações enquanto estrutura organizada a partir do movimento de dispersão e concentração, o estabelecimento diferenciado de áreas de produção e áreas apropriação da mais-valia e as políticas desenvolvimentistas promovidas de maneira desigual no espaço (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013, p.50).

A partir da compreensão da composição urbana do país alguns pesquisadores dedicam-se em qualificar e caracterizar as cidades enquanto grandes, médias e pequenas. Nesses estudos, ressalta-se a importância de reunir variáveis capazes de evidenciar as semelhanças que as inserem em cada grupo e refletir sobre as particularidades geradas a partir da relação com o espaço intra e interurbano. Para esta pesquisa é importante pautar os debates em torno das classificações.

Partindo para essa reflexão, utilizando como exemplo a abordagem sobre cidades médias, Sposito (2014) aponta a diferença nos conceitos de “cidade média” e “cidade de médio porte”. Essa pontuação é crucial para a análise que será estabelecida ao longo da dissertação, pois aqui para além da análise de um viés demográfico e territorial, o que definiria o **porte** da cidade, interessa saber os papéis de comando regional desempenhados, que dizem respeito a “funções de intermediação entre cidades maiores e menores de sua rede urbana” (SPOSITO, 2014, p.28) que a qualificam enquanto “cidade média”.

Os pontos levantados pela autora podem ser alinhados com de outros geógrafos para que sejamos capazes de traçar uma linha de análise de cidades de outros ‘tamanhos’. Como a posição geográfica da cidade; a natureza das relações com outros centros urbanos de maior ou menor escala; considerar de qual viés parte o ponto de vista da análise; as articulações interescares no âmbito da rede urbana;

as funções exercidas; a diversificação econômica (MOREIRA JÚNIOR, 2014, p.20; SPOSITO, 2014, p.29). Esses pontos dizem respeito aos “papéis desempenhados na rede urbana, nas características das funções e atividades urbanas desenvolvidas e na dinâmica que envolve o processo de (re) produção espacial” (MOREIRA JÚNIOR, 2014, p.20). Contudo, há um grande desafio em categorizar as 5570 cidades brasileiras<sup>1</sup>.

Como base para uma primeira aproximação classificatória, a pesquisa considerou a análise realizada pela coordenação de geografia do IBGE intitulada REGIC – Regiões de Influência das Cidades. O IBGE realiza desde 1993 um estudo sobre as regiões de influência das cidades brasileiras e, no ano de 2020, o instituto publicou o estudo relativo ao ano de 2018. Essa análise classifica as cidades brasileiras de acordo com sua influência na rede urbana, na oferta de serviços, comércio, educação e saúde e leva em consideração o quanto a cidade é um polo atrativo em relação a outros centros urbanos localizados a seu redor, ou seja, baseia-se numa análise intermunicipal.

No REGIC, os centros urbanos brasileiros dividem-se em 5 níveis hierárquicos, parte desses níveis se subdividem. São eles:

- “Metrópoles”: “São os 15 principais centros urbanos, dos quais todas as Cidades existentes no País recebem influência direta, seja de uma ou mais Metrópoles simultaneamente” (IBGE, 2020, p.11). Se subdividem em 3 níveis, a Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole;
- “Capitais Regionais”: “centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrópoles” (IBGE, 2020, p.11). Se subdividem em Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C, de acordo com seu nível de influência na rede urbana;
- “Centros Sub-regionais” onde ocorre atividades de gestão menos complexas que se subdivide em Centros Sub-regionais A e Centros Sub-regionais B;
- “Centros de Zona” os quais “caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas” (IBGE, 2020, p.13), se subdividem em Centros de Zona A – população

---

<sup>1</sup> Dado retirado do IBGE Cidades datado do ano de 2016.

média de 40 mil habitantes – e Centros de Zona B – população inferior a 25 mil habitantes;

- “Centros Locais”, classificação da maioria das cidades brasileiras, esse não apresenta subdivisões e “define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade” (IBGE, 2020, p.13)<sup>2</sup>.

A pesquisa realizada pelo Observatório das Metrôpoles, tendo como organizadores Jan Bitoun e Livia Miranda, no ano de 2009, intitulada “Tipologia das cidades Brasileiras” usa como base para classificação os estudos realizados pelo PNDR em 2000, que estabelecem quatro microrregiões brasileiras com densidades econômicas diferenciadas categorizadas a partir de seu estoque de riqueza e evolução do PIB e relaciona essa variável com a de contingente populacional.

A pesquisa resultou em 3 grandes categorias. A primeira diz respeito “Dos Maiores Espaços Urbanos do País” dividido em 4 tipologias diferentes, trata-se de espaços urbanos aglomerados e centros regionais, concentradores da maior parte da população brasileira, localizados em lugares prósperos e concentradores de atividades urbanas. Onde, majoritariamente, estão localizadas as capitais estaduais.

“Dos Centros Urbanos de 20 a 100 mil Habitantes”, apresenta 9 tipologias. Esta classificação é mais heterogênea, suas similaridades são: a relação com o mundo rural, o nível de desigualdade e a análise da evolução do espaço urbano nesses centros. Caracterizam desde áreas com certo estoque de riqueza proveniente do serviço agrário, até áreas de baixo dinamismo econômico próximas de grandes centros ou isoladas no território.

Por último temos a categoria “Das Pequenas Cidades em Municípios com Menos de 20 mil Habitantes” subdividida em 6 tipos. Os dois primeiros dizem respeito às “áreas rurais prosperas”, o terceiro e quarto em “áreas rurais consolidadas” e os dois últimos em “espaços rurais de pouca densidade econômica”. Nessa faixa de tamanho populacional, que agrupa 3.819 municípios situados fora de aglomerações metropolitanas, as distinções principais remetem a duas variáveis: A

---

<sup>2</sup> “Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. São a maioria das Cidades do País, totalizando 4 037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas na presente pesquisa. A média populacional dos Centros Locais é de apenas 12,5 mil habitantes (...)” (IBGE, 2020, p.13).

proporção da PEA (População Economicamente Ativa) em atividades primárias, que indica em que medida a cidade é um agrupamento de trabalhadores rurais ou se desempenha algumas funções urbanas; e a localização dos municípios em regiões rurais mais ou menos prósperas (BITOUN e MIRANDA, 2009, p. 137-138).

A categorização elaborada pauta-se, principalmente, no nível de urbanização das localidades, em vista que ao reduzir o contingente populacional os centros urbanos tendem a estar relacionados ao mundo rural. Além disso, a categorização aborda o nível de influência que determinados centros urbanos irão apresentar em detrimento de outros.

Portanto, percebemos que a classificação das cidades leva em consideração como a organização social – engendrada por forças econômicas, políticas e culturais dialeticamente ligadas – produz o espaço urbano (GOTTDIENER, 2016 [1985], p. 267), como são estabelecidas as relações entre os centros, o nível de urbanidade presente neles, etc.

### **2.3. A dinâmica da produção do espaço urbano**

A partir do que foi pontuado anteriormente como condicionantes da organização da rede urbana e da classificação das cidades brasileiras nos fundamentamos em Corrêa (1999), para abordar o processo de produção da/na cidade. Segundo o autor, o espaço urbano é fragmentado, por ser constituído por diferentes usos que compõem as áreas específicas da cidade, e articulado, já que essas áreas não estão isoladas umas das outras e se ligam a partir dos fluxos que ocorrem na cidade, o que nos permite compreender que o espaço urbano apresenta características presentes dialeticamente.

Enquanto consequência da organização social a cidade é estruturada e reestruturada de acordo com os movimentos da sociedade. Sua constituição enquanto espaço – seus valores, a criação e manutenção das formas e funções – diz respeito tanto aos processos sociais do presente quanto do passado, e em contrapartida, assumindo o viés de Corrêa (1999), influencia a reprodução da organização social.

No contexto da pesquisa, adotamos como premissa que a produção do espaço vai além de “bens materiais (móveis ou imóveis), mas também a produção

simbólica e de relações de poder” (SOUZA, 2013, p.41) que pode tanto ser de cunho reprodutivo vinculado à hegemonia e ao capitalismo como criar uma ruptura frente a esse modelo e, conseqüentemente, atribuir novas significações para o espaço (SOUZA, 2013). Portanto consideramos que o espaço não deve ser analisado apenas em sua materialidade, sem subordiná-la a todas essas articulações que vão constituí-lo.

A produção do espaço é um processo que gera valor dentro do sistema capitalista, principalmente pelo fato de que este espaço produzido é encarado como mercadoria a ser realizada, que apresenta valor de uso e valor de troca. O valor de uso, diz respeito à fruição de determinado local enquanto forma/função, já o valor de troca é o valor atribuído ao local com a finalidade de capitalização através de sua mercantilização. O valor de troca – que influencia diretamente a possibilidade de fruição do espaço – está inserido em uma dinâmica de negociação privada:

“(...) isto é, o acesso aos lugares de realização da vida, produzido socialmente, realiza-se, predominantemente, pela mediação do mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso” (CARLOS, 2019, p.60).

A renda da terra se relaciona diretamente “à inserção de certa área no espaço urbano global” (CARLOS, 2015, p.28-29) que tem como variáveis – dentro da cidade – a localização do terreno, acessos a serviços, comércios e infraestrutura existente. Além disso, o espaço urbano enquanto investimento está intimamente aliado às ideias de desenvolvimento.

Gottdiener (2016 [1985]), aborda que duas ideologias irão orientar o viés de produção do espaço, as quais ele chama de “ideologia pró-crescimento” e “ideologia do não-crescimento”. A primeira focada, principalmente, no lucro que se obtém a partir do desenvolvimento do espaço urbano, enviesada na ideia de que “mais moradia e desenvolvimento comercial resultarão em mais pessoas e mais vendas, que por sua vez produzirão mais receitas de impostos locais e mais empregos devido ao maior gasto local” (Gottdiener, 2016 [1985], p.224). Portanto, grupos embasados nessa ideologia acreditam que os benefícios gerados serão apropriados coletivamente, por exemplo, mesmo as pessoas que não necessitam de emprego desejam uma redução nos impostos.

Já a “ideologia do não-crescimento” aborda que o desenvolvimento gera uma saturação nas instituições locais, o que faz com que seja necessário o

dispêndio financeiro para garantir a qualidade de vida local. “Além disso, um aumento no desenvolvimento da terra produz poluição, congestionamento e, em última análise, taxas mais altas de criminalidade” (GOTTDIENER, 2016, p.224). Grupos com essa ideologia têm como principal base de debate as externalidades negativas do crescimento urbano.

Essas ideologias se consolidam através das estratégias empregadas na construção de um jogo político, onde o poder hierarquiza os diversos sujeitos<sup>3</sup> envolvidos. Observa-se, nessa dinâmica descrita, a hegemonia do Capital frente às ações do Estado, voltada para a valorização monetária do espaço em detrimento do esfacelamento dos modos de apropriação do espaço da vida (CARLOS, 2015).

“Isso tem colocado no centro do debate o direito à cidade como possibilidade de questionamento sobre as formas de atuação do poder público – em que o espaço se revela instrumento político intencionalmente organizado e manipulado por meio de um poder que se realiza enquanto estratégia de classe –, bem como diante das condições de vida precarizada” (CARLOS, 2015, p.34).

As ideologias, que condicionam o processo de produção, e o produto urbano – cidade – se solidificam a partir dos sujeitos que consomem e produzem o espaço a partir de práticas espaciais, que conflitam ou dialogam e se alteram (CORRÊA, 2019, p.41). Cabe ressaltar que, baseados em suas necessidades, as ações dos sujeitos são influenciadas pelo espaço e tempo. A partir dessas ações o espaço é, constantemente, organizado e reorganizado:

“(…) via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade” (CORRÊA, 1999, p.11).

Corrêa (1999) realiza importante estudo em torno da compreensão das ações dos agentes sociais no espaço urbano. O autor aponta fatos que devem ser levados em consideração, como: “a ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles” (CORRÊA, 1999, p.12-13), sendo que sempre haverá um interesse dominante capaz de orientar a legislação; agentes vinculados à

---

<sup>3</sup> Para definir “sujeitos” no âmbito da produção do espaço, será utilizada a descrição de Carlos (2019) a qual aborda os “sujeitos da ação da produção do espaço urbano”, são eles: “Estado, como aquele da dominação política; o Capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução (e aqui nos referimos às frações do capital, ou industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação” (CARLOS, 2019, p.64).

intenção de promover a renda da terra podem agir de forma distinta ou não, estarem coligados ou atuarem separadamente, porém seu objetivo será sempre a obtenção de maior valor de troca que a terra possa realizar enquanto mercadoria (CORRÊA, 1999, p.12-13).

Os agentes apresentados por Corrêa (1999) são apenas alguns dos principais agentes produtores, e podem ser divididos baseados na abordagem de Carlos (2019) por serem agentes/sujeitos do Capital, Estado e sociais – ainda neste capítulo serão apresentadas outras divisões e atuações. Os agentes definidos pelo geógrafo são: os proprietários industriais, os proprietários fundiários, os incorporadores imobiliários – este envolve diversos indivíduos –, o Estado e os agentes sociais excluídos.

Os proprietários de indústria e empresas comerciais, estabelecem uma relação de consumo intenso da terra urbana, a localização é de grande importância para este setor, já que “A terra urbana tem assim um duplo papel: o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades” (CORRÊA, 1999, p.13-14).

Além disso, esses agentes vinculados ao Capital geram uma exploração da terra urbana de maneira secundária, pois são responsáveis por atrair população em busca de emprego para cidades ou bairros específicos. Essa dinâmica é responsável tanto por criar quanto por extinguir nichos no mercado imobiliário.

Os proprietários fundiários exploram a mais-valia da terra, portanto o que lhes interessa é o valor de troca da porção urbana que detém. A especulação fundiária e a conversão de terra rural em urbana fazem parte do processo de produção desses agentes (CORRÊA, 1999; 2019). A coalizão com o Estado é importante para que suas práticas se deem dentro de um marco regulatório, como por exemplo: a elaboração das legislações de uso e ocupação do solo, o estabelecimento do perímetro urbano, o direcionamento de investimento em infraestrutura e equipamentos públicos que favoreçam o aumento da renda proveniente da propriedade privada.

Os promotores imobiliários se dividem em diversas operações e envolve diversos indivíduos ou o mesmo indivíduo realiza mais de uma função. Segundo Corrêa (1999), são eles: os incorporadores, que gerenciam o dinheiro e determinam o tipo de investimento – tipo de imóvel, tamanho e qualidade; o financiador, seja pessoa física ou jurídica; os responsáveis pelo estudo técnico, como arquitetos,

engenheiros, administradores e outros profissionais envolvidos na construção civil; as firmas especializadas na construção, bem como em suas etapas; e por fim, os corretores e profissionais de venda, que transformam o capital-mercadoria gerado em capital-dinheiro (CORRÊA, 1999, p.19-20).

Como é sabido, a diferenciação de classe gera uma diferenciação na forma de adquirir propriedades no sistema capitalista e parte da população não apresenta condições de se inserir no mercado imobiliário formal. Para atender essa demanda, em alguns casos, os promotores imobiliários agem em conjunto com o Estado, que auxilia na satisfação da demanda não-solvável, através de políticas habitacionais – como o Programa Minha Casa Minha Vida.

Com relação ao Estado, sua ação é multifacetada atuando

“... diretamente como grande industrial, consumidor de espaço de localizações específicas, proprietário fundiário, promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos (...). As terras públicas são uma reserva fundiária que o Estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociações com outros agentes sociais. Através de órgãos como a COHAB, por outro lado, o Estado torna-se promotor imobiliário” (CORRÊA, 1999, p.24).

O Estado – União, estado e município – age enviesado por uma ideologia, seja a de crescimento ou a de não-crescimento, e assim tende a regular e (re)produzir espaço urbano preconizando agentes que atuem sinergicamente a ele.

Por fim, o autor aborda os grupos sociais excluídos, que não têm a demanda absorvida pelo mercado imobiliário (demanda não-solvável) e são modeladores, produtores do próprio espaço, que atuam independente de outros agentes (CORRÊA, 1999). Como forma de resistência e sobrevivência organizam-se em comunidades, favelas, assentamentos e ocupações em busca do direito à cidade e à moradia. Suas práticas espaciais são consequência da repressão do Capital legitimado pelo Estado na disputa pela fruição do valor da terra, conflito histórico no país.

Percebemos a necessidade de reunir outras referências que identificam e caracterizam agentes produtores do espaço. Fresca (2015) é uma delas, a autora aponta inclusive que os agentes sociais abordados por Corrêa devem ser encarados como ‘tipos ideais’ – ponto de partida – sendo interessante desdobramentos a partir deles.

Nesse contexto temos também Vasconcelos (2019), que pontua que para desenvolvermos a identificação e caracterização de mais agentes devemos

“examinar as diversas possibilidades das ações dos agentes sociais no espaço urbano, tendo em vista as diferentes estratégias e práticas espaciais seguindo interesses convergentes ou contraditórios” (VASCONCELOS, 2019, p.91). O próprio autor produz uma lista de vinte agentes.

Fresca (2015), descreve uma ramificação específica do agente promotor imobiliário, a qual será necessária para compreender a dinâmica de produção do espaço urbano no contexto de Piraúba. Esse sujeito é o pequeno construtor de casas que não tem como fonte de renda principal a mercantilização da terra. São sujeitos que entram no mercado imobiliário para investir seu capital excedente, e fazem uso da experiência profissional no ramo da construção civil, ou são comerciantes, pequenos industriais ou prestadores de serviços “que, mediante relações pessoais e/ou familiares com outros pequenos construtores, passaram a atuar na construção civil com modestos capitais” (FRESCA, 2015, p.51). A autora os considera como produtores em pequena escala, segundo ela:

“Suas estratégias para atuação são bastante diversificadas, mas, não resultam em alterações espaciais, já que não produz outras centralidades intraurbanas, não controlam o mercado de terras, etc.; porém tem contribuído significativamente para a redução de vazios urbanos na forma de lotes não edificadas;” (FRESCA, 2015, p.58).

Cabe nesta discussão inserir outros 3 conceitos relevantes na compreensão da produção do espaço urbano: “processos”, “função” e “forma”. Para compreender o que cada um diz respeito adotamos Corrêa (2018), segundo o qual: o processo é um “conjunto de mecanismos e ações a partir dos quais a estrutura se movimenta, alterando-se suas características” (p.14); a função se relaciona às atividades desempenhadas pela sociedade num espaço determinado, que se alteram ou não ao longo do tempo; e, por fim, a forma que é definida como as criações humanas, materiais ou não, por meio das quais as diversas atividades (funções) se realizam.

Ao passo que essa discussão se dá como ponto de partida da pesquisa, alinhamos outros pontos de vista para dar corpo a forma como o espaço urbano e sua produção serão abordados. Ainda apoiados em Corrêa (1999; 2018) cabe ressaltar que agentes diferentes podem gerar a mesma forma, condicionada por processos distintos; além disso, a função de um espaço é estabelecida por um conjunto de agentes diversificado; a partir do “conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores” que os processos

acontecem e “permitem localizações e realizações das atividades e da população na cidade”, sendo base para essa reprodução as formas urbanas (ROCHA, 2020, p.29).

A partir dessas pontuações somos capazes de compreender como a cidade é produto mutável e produzido de maneira fragmentada por ações constantes e diversas, que acabam por gerar um espaço compreendido como unidade. Portanto, podemos nos amparar no fato de que a cidade se constitui de uma sobreposição de formas produzidas em tempos e por sujeitos distintos, o tanto que uma forma permanece no espaço, diz respeito sobre o tanto que a sociedade local – organizada em grupos ou como um todo – lhe atribui valor, seja funcional e/ou simbólico (CORRÊA, 2018). Dito isso, e amparados na ótica de Corrêa, ressaltamos que “processos e formas estão impregnados de significados, podendo se falar em formas simbólicas ou símbolos” (CORRÊA, 2018, p.21). O autor ainda pontua que:

“A permanência de formas antigas refuncionalizadas contrapõe-se à obsolescência programada, constituindo-se em oposição à destruição criadora isso é particularmente relevante quando se considera a organização espacial, que apresenta formas datadas de momentos distintos, originando uma paisagem poligenética, com formas criadas em diferentes momentos, mas funcionalmente ativas (...)” (CORRÊA, 2018, p.17-18).

Resumidamente, forma e processo não são estáticos e únicos no espaço urbano. Como visto anteriormente as formas são alteradas ou cristalizadas, sobrepostas ou anexadas; e os processos, podem ser de natureza local ou engendrados por escalas mais amplas, que vão influenciar na estruturação da cidade, do urbano local (CORRÊA, 2018). Os variados processos ocorrem simultaneamente na cidade compondo-a, em primeiro momento maneira fragmentada e, posteriormente, unindo-a.

No tocante dos processos, Corrêa (1999; 2018) também é referência principal para o estudo. O autor aponta que dentre os diversos processos constituidores da cidade, aqueles relacionados a aglomeração e dispersão são os mais gerais. No livro “O Espaço Urbano” o autor caracteriza seis processos espaciais e suas consequentes formas: "(a) centralização e a área central; (b) descentralização e os núcleos secundários; (c) coesão e as áreas especializadas; (d) segregação e as áreas sociais; (e) dinâmica espacial da segregação; (f) inércia e as áreas cristalizadas” (CORRÊA, 1999, p.37) – a serem exemplificadas nas análises sobre o espaço urbano de Piraúba.

Os agentes, processos e a aplicação das teorias relativas à produção do espaço urbano, vão embasar as análises sobre a cidade de Piraúba e a conformação de seu espaço urbano. Para que esse entendimento se situe na realidade de uma pequena cidade, em vista de que os autores utilizados tratam de grandes centros, faz-se necessário uma revisão dos debates relativos ao urbano da pequena cidade, que é o que será tratado no capítulo seguinte.

### 3. PEQUENA CIDADE EM CONTEXTO

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre a pequena cidade. Será abordado desde sua conceituação, os processos históricos que fomentaram a conformação do Brasil por cidades majoritariamente pequenas, as tipologias que se apresentam no território brasileiro, suas características mais marcantes e o espaço urbano da pequena cidade. Por mais que soe generalista, houve a preocupação de abarcar as diversidades se munido de produções textuais de pesquisadores de diversos locais do país.

A importância de tratar desta localidade de forma múltipla nesta dissertação se dá com a intenção de realizar a mais ampla leitura possível do campo de estudos da pesquisa, que é a cidade de Piraúba<sup>4</sup>.

É importante ressaltar como os estudos sobre pequenas localidades ainda são poucos no meio acadêmico, ficando a cargo dos geógrafos a maior parte das pesquisas encontradas sobre o tema. Além disso, ainda há desafios em definir o que é uma pequena cidade, portanto alguns trabalhos textuais irão apresentar uma definição diferente em relação a outras pesquisas. Neste capítulo reuniu-se alguns autores para obter uma visão consistente sobre a definição das pequenas cidades.

Sobre a produção do espaço urbano dessas centralidades, os trabalhos são ainda mais raros. Unir os temas pequena cidade e produção do espaço urbano foi feito por poucos pesquisadores e de uma forma segmentada, com foco em algum quesito específico. Schiavo (2015), por exemplo, fala sobre a influência do mundo rural na produção do espaço urbano da pequena cidade, outros tantos autores como Führ e Dias (2013), Tabarin e Vitte (2020), Ribeiro e Alves (2019), tratam dos loteamentos em pequenas cidades, tema de relevância já que esse tem sido um processo característico no crescimento dessas cidades. Pode-se perceber que a temática ganha corpo a partir dos anos de 2010, ou seja, trata-se de preocupações recentes.

---

<sup>4</sup> O fato de ser residente, nascida e criada no município, estimulou a elaboração da pergunta/problema da pesquisa, por uma inquietação pessoal de compreender melhor essa espacialidade.

### 3.1. Conceituações das pequenas cidades

Toda pesquisa que tem como campo de estudos a pequena cidade/localidade dedica uma parte a entender como podemos conceituar esses espaços, afinal, pela variedade de cidades unida à amplitude de conceituações e um conhecimento embrionário desse tipo de espaço urbano, abre espaço para reunir diversos pesquisadores e pesquisadoras que já abordaram esse tema a fim de chegar a variáveis capazes de contemplar as especificidades da pequena cidade em questão.

Ao longo da pesquisa pudemos perceber que há também uma variedade de termos para se referir a essas localidades: “cidades pequenas”, “pequenas cidades”, “cidades de pequeno porte” ou “cidades locais”, muitas vezes se utiliza esses adjetivos precedendo “município”, o que gera certa confusão em relação à abrangência do campo de estudos. Por fim as indagações se resumem em: que tipo de localidade seria esta que está sendo tratada? São cidades de reduzido porte demográfico, extensão territorial e papel na rede urbana, porém a variável predominante para defini-las é o número de habitantes.

Não se pode negar que os dados quantitativos, como o tamanho populacional e territorial, são quesitos relevantes para a sua caracterização, principalmente pelo fato de que a dinâmica demográfica é reflexo de outros aspectos que caracterizam uma cidade. Fresca (2010) trata sobre o risco de caracterizar as cidades – não só as pequenas – a partir do número de habitantes que nela vivem. Por mais que as pequenas cidades possam apresentar uma dinâmica demográfica similar, essas podem ser diferentes em sua essência, de acordo com outras especificidades. Assim,

“Não permitirá que se entenda as diferentes inserções de cada núcleo Urbano nas redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena. Evidente que dependendo do estudo e objetivos, nada impede que se utilize o número de habitantes, mas há que se fazer as ressalvas necessárias, acorde aos objetivos estabelecidos na pesquisa” (FRESCA, 2010, p. 76).

Portanto, sugere-se que para uma classificação efetiva deve-se tanto considerar os fatores econômicos, os dados socioeconômicos, o papel do centro em

questão em sua região, sua posição na rede urbana e “a espacialização da população e dos elementos socioeconômicos, quanto seus aspectos locacionais” (MOREIRA JÚNIOR, 2014, p.39).

Corrêa (2011) elencou diversas variáveis qualitativas afim de classificar uma cidade enquanto pequena. Primeiramente deve-se observar sua origem: as motivações para sua criação, a relação com sua hinterlândia, o período de sua criação; deve apresentar população envolvida com serviços do setor secundário e terciário e sua relação com o campo; assim como toda cidade, deve apresentar função político-administrativa e setores de gestão pública do município; seu grau de centralidade é caracterizado como “centro local”, o qual atende demandas básicas de serviço e comércio de sua hinterlândia e, em alguns casos, polariza outras cidades ainda menores.

Outra característica marcante nos estudos sobre às pequenas cidades é sua dependência de repasses governamentais, sendo a principal fonte de receita destas localidades. Pequenos municípios, na maioria dos casos, apresentam dinâmica econômica enfraquecida, fato que se relaciona a desdobramentos históricos sobre a importância desses espaços na economia nacional. Por exemplo, Milton Santos, ao tratar das pequenas cidades fundadas a partir da década de 1950 diz que: "a cidade local é um organismo urbano que atende às necessidades primárias imediatas das populações locais (...)" (SANTOS, 2018, p. 117).

Essas necessidades de produtos, na sua maioria básicos, teriam de ser satisfeitas localmente, isto é, em lugares próximos e de fácil acesso para todos. Dessa forma, surgiram espontaneamente pequenas cidades para atender às exigências locais, nos sítios economicamente privilegiados" (SANTOS, 2018, p. 116-117).

Retomando o debate sobre a variável “porte demográfico” na classificação dos municípios, questiona-se qual o limite populacional máximo que um pequeno município e uma pequena cidade apresentam? Bacelar (2012), limita que “pequenas cidades são aquelas com população inferior a 10.000 habitantes” (p. 85). Já Corrêa (2011), eleva este número para 20-30.000 habitantes, já que ao considerar a pequena cidade como “centro local”, essa não ultrapassa esse contingente. Quando consultamos o REGIC (Região de Influência das Cidades) o “centro local” é caracterizado como:

“São a maioria das Cidades do País, totalizando 4 037 centros urbanos – o equivalente a 82,4% das unidades urbanas analisadas na presente pesquisa. A média populacional dos Centros Locais é de apenas 12,5 mil habitantes, com maiores médias na Região Norte (quase 20 mil habitantes) e menores na Região Sul (7,5 mil pessoas em 2018)” (IBGE, 2020, p.13).

Mas seria toda pequena cidade um centro local? Fresca (2010) aponta que algumas pequenas cidades apresentam uma complexidade de atividades que as colocam no limiar entre centros de nível mínimo e intermediário, que fazem com que sua compreensão não extrapole a ideia de ‘cidade pequena’, portanto a autora aponta que tratar esses conceitos – pequena cidade e centros locais – como sinônimos pode preceder um erro de classificação (FRESCA, 2010, p.77). De acordo com a autora, essa diversidade de complexidade de atividades urbanas proporciona, inclusive, uma diferenciação em termos populacionais. Portanto, para classificar de fato uma cidade enquanto pequena, é necessário compreender sua inserção na rede urbana de determinada região brasileira, principalmente porque o território nacional apresenta um nível de urbanização variado, de acordo com a região. Uma cidade pequena no Nordeste, por exemplo, no Piauí, será diferente de uma pequena cidade na Zona da Mata mineira, e essa se difere de uma pequena cidade de Goiás.

"Em cada região, as cidades pequenas tendem a assumir feições particulares no arranjo da rede urbana. Há, destarte, centros turísticos religiosos, locais centrais na produção industrial, cidades do campo, cidades de serra, cidade de portos marítimos, etc" (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013, p. 45).

Então, quais as similitudes capazes de facilitar a classificação de pequenas localidades? Em termos gerais, segundo Silveira e Carvalho (2014), a pequena cidade:

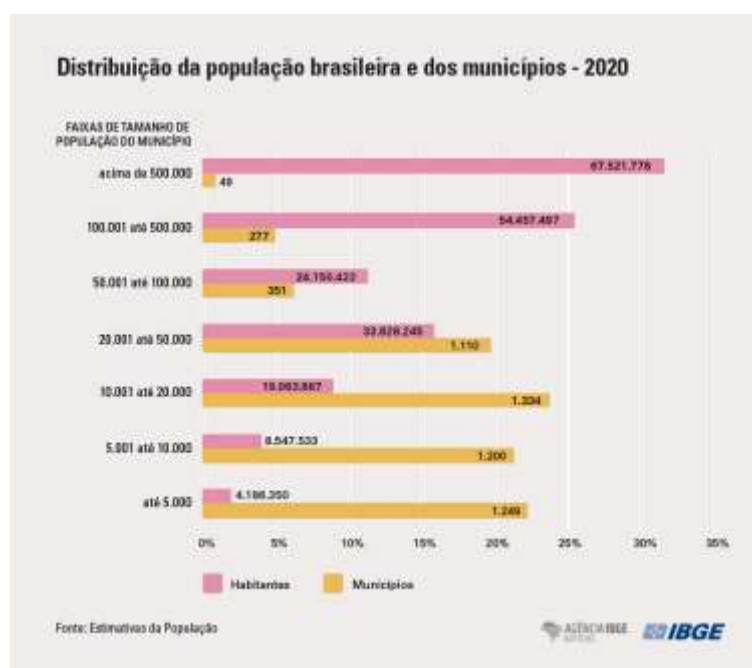
exerce funções propriamente urbanas, como ser sede do poder municipal; é precária do ponto de vista de recursos (principalmente financeiros) disponíveis; contém a presença do mundo rural, cujas características são: o povoamento reduzido, a predominância das paisagens 'naturais' e das relações de interconhecimento (SILVEIRA e CARVALHO, 2014, p. 07).

Estas características que foram apresentadas são capazes de definir não só pequenas cidades, pois elas estão presentes em centros de diversas escalas. O que difere as localidades umas das outras é a intensidade que cada fator irá se apresentar. Portanto, para que a classificação seja feita, todas as características devem ser levadas em conta inseridas num contexto tanto regional quanto comparativo com outros centros conectados à localidade em questão.

### 3.2. Os processos históricos da (na) pequena cidade

O território nacional é formado majoritariamente por municípios de pequeno porte. Segundo estimativas do IBGE para o ano de 2020, dos 5.570 municípios que compõem o território nacional, 4.893 tem menos de 50 mil habitantes (87,84%), a maioria deles possuem entre 10.001 a 20 mil habitantes, cerca de 1.334 municípios. Em contrapartida, a maioria da população se concentra nos municípios de grande porte, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 1 - Distribuição da população brasileira e dos municípios 2020



Fonte: Agência IBGE notícias (2020). Elaborada por: IBGE<sup>5</sup>.

A questão que paira sobre esses dados é: por que o Brasil apresenta tantos pequenos municípios e uma alta concentração de população em grandes cidades? A urbanização e industrialização do país são precedentes desse resultado, já que foi conduzida por uma centralização em locais específicos e gerou uma concentração de empregos, possibilidade de renda, uma dinâmica econômica ativa em

<sup>5</sup> Acesso pelo link: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28676-ibge-estima-populacao-do-pais-em-211-8-milhoes-de-habitantes>

metrópoles. E, posteriormente, as políticas de descentralização geraram outros centros polarizadores, no caso, as cidades médias, que influenciaram uma ‘nova onda’ de migração das pequenas localidades, ou até mesmo de regiões menos dinâmicas do país (LIMONAD, 2018).

Enquanto a política urbana brasileira se concentrava nos problemas das metrópoles polarizadoras, outro movimento importante de ser destacado na contribuição para o grande número de pequenos municípios no Brasil são os processos de emancipação municipal. Duas fases se destacam neste caso: o período entre as décadas de 1950 e 1970, narrado por Bezerra (2016), e o período pós-Constituição de 1988, especificamente a década de 1990, analisado por Brandt (2010). Ambos os períodos dizem respeito a momentos onde é conferida autonomia aos municípios e estados para a organização de seu território, além de outras deliberações que atribuíram ao município maior autonomia gerencial.

O movimento emancipacionista responsável pela criação de municípios entre as décadas de 1950 e 1970 se baseou na Constituição de 1946, a qual garantia aos estados a competência de organizar seu território. Segundo Bezerra (2016), houve um forte interesse político nos desmembramentos municipais, por conta da retomada das eleições tanto em nível federal quanto estadual e municipal. A busca pela emancipação de determinado município, realizada pela elite política, era vista com bons olhos pela população, na eminência de uma gestão focada nas questões locais do então distrito.

Outra motivação era a partilha de recursos e o estabelecimento de diretrizes para a captação de impostos instituídos pela constituinte em questão, que aumentou a capacidade de recolhimento de recursos pelas municipalidades e a garantia de repasses dos entes federal e estadual para os municípios. Logo, a emancipação era atraente, já que a subdivisão dos territórios municipais ampliaria a captação de recursos para a gestão das necessidades dos habitantes.

Após um período de recessão, os processos emancipatórios retornaram com a Constituinte de 1988, a qual restaurou o poder de autonomia dos municípios enquanto entes federativos. Ficou definido pela Constituição que, a partir de sua promulgação,

“A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei

Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas" (BRASIL, 1988).

Segundo Brandt (2010), a ausência de normas restritivas aliada ao aumento da porcentagem no repasse do Fundo de Participação dos Municípios estimulou um grande número de emancipações no período. Ficou a cargo de cada estado, através de assembleias legislativas, definir o requisito populacional mínimo que permitisse a emancipação. Um exemplo a ser destacado é o de Minas Gerais, que definiu o limite mínimo populacional de 3 mil habitantes, para a criação de municípios. Com isso:

"(...) das 5564 municipalidades existentes em 2007, 1364 - quase um quarto do total - foram instalados nos últimos 18 anos. Além do significativo o montante destaca-se o fato de que, entre os novos municípios, mais da metade possui menos de 5000 habitantes, de forma que, do total de 1375 micro municípios existentes, 51,2% foram instalados em período recente. Considerando uma população pouco maior, de até 20 mil habitantes, a proporção chega a 95% do total" (BRANDT, 2010, p. 64-65).

Figura 2: Tamanho populacional dos municípios por ano de instalação

População	Municípios					% por tamanho da população dos instalados entre 1989 e 2007 (d/e)**
	Ano de Instalação*				Total (e)	
	Antes de 1941 (a)	De 1941 a 1963 (b)	De 1964 a 1988 (c)	De 1989 a 2007 (d)		
Até 5.000	33	499	138	705	1.375	51,7
De 5.001 a 20.000	510	1.258	338	582	2.688	42,7
De 20.001 a 100.000	744	363	95	70	1.273	5,1
De 100.001 a 500.000	124	55	10	7	194	0,5
Acima de 500.000	27	5	0	0	32	0
Total	1.438	2.178	584	1.364	5.564	100
% de municípios criados por período em relação ao total de 2007	25,8	39,2	10,5	24,5	100	

Elaborada por Brandt (2010). Fonte: TCU Decisão Normativa no 87, de 2007. IBGE – Informações Básicas Municipais, 2007.

A figura 2, tabela organizada por Brandt (2010), comprova que os períodos de maior número de instalação de municípios correspondem aos pautados no texto. Além disso, observamos que municípios de pequeno porte – com população de até 20 mil habitantes – aumentaram de maneira expressiva nestes períodos.

As motivações para as emancipações realizadas a partir de 1988 resgatam justificativas apontadas no pós-constituição de 1946. Além dos interesses políticos e a busca pelos recursos, Bremaeker (1993) – a partir de uma pesquisa com prefeitos de municípios emancipados – aponta que a maioria das justificativas se relaciona ao descaso do município sede com o distrito. Outra questão é a grande extensão territorial do município de origem que dificultava o acesso até a sede municipal.

O período pós-constituinte de 1988 foi determinante para o contexto do pequeno município e, conseqüentemente, para a pequena cidade no Brasil. Além do grande número de emancipações municipais e a decorrente criação de pequenos municípios, a Carta Magna de 88 promoveu a descentralização governamental por meio da municipalização. Segundo Carvalho (2000) foram propostos:

“mecanismos de descentralização financeira e administrativa, tais como a ampliação da carga tributária, o remanejamento das receitas entre os níveis de governo, os programas de incentivo à qualificação dos recursos humanos e a reorganização da estrutura técnica e administrativa das prefeituras para o planejamento e a gestão municipal” (CARVALHO, 2000, p.40-41).

Tudo isso focado em uma máxima de descentralização do Estado – que marcou a Constituição de 1988 –, a fim de tornar a relação entre governo e população mais próxima, apostando as fichas dessa empreitada nos municípios, ao passo que a autonomia parecia o suficiente para que isso acontecesse de fato (VAINER, 2000).

Para a realidade do pequeno município a autonomia na gestão encontrou e ainda encontra alguns desafios, principalmente na questão financeira o que reflete em todos outros setores. Mesmo autônomo, o pequeno município segue dependente de recursos advindos de outros entes federativos para integrar a maior parte de sua receita. Um exemplo prático é a situação do município de Piraúba – campo de estudos desta pesquisa – onde 88% de sua receita é relativa aos repasses governamentais<sup>6</sup>.

A baixa receita tributária municipal reflete nas possibilidades de investimento que as municipalidades detêm. A partir do processo de descentralização, se tornaram altas as expectativas de desenvolvimento municipal, sem levar em considerações variáveis que afetam diretamente o receituário municipal, como os gastos com a manutenção da máquina pública (CARVALHO, 2000).

Junto a essa variável há a baixa adesão ao planejamento e a eficiência da gestão municipal. Prefeituras de pequenas cidades, em geral, não conseguem desenvolver políticas setoriais, salvo a área da educação e saúde, lidando com a gestão pública a partir das demandas. Essa dinâmica revela a cultura clientelista e

---

<sup>6</sup> Dado retirado do site IBGE Cidades, link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pirauba/panorama>.

imediatista que engendra a governança nos pequenos municípios, além de uma “crença generalizada entre os prefeitos de que os planos não funcionam num município pequeno” (CARVALHO, 2000, p.49).

A manutenção desse padrão é incapaz de responder com eficiência às novas demandas decorrentes da municipalização, dentre elas: maior independência financeira, melhor qualidade dos serviços prestados, maior atenção ao acompanhamento e controle das ações no campo social” (CARVALHO, 2000, p.49-50).

Ao passo que muitos pequenos municípios se emancipavam a política de descentralização apresentava certas falhas, principalmente por não garantir as condições necessárias para que a gestão pública municipal tivesse, de fato, autonomia. Concomitantemente, as grandes cidades e médias ganham um protagonismo, não só como foco políticas públicas federal e estadual, como também por um ideal de vida urbana e oportunidades, o que gerou uma massiva migração de municípios pequenos para cidades médias e grandes.

Deve-se ressaltar que nem sempre a pequena cidade esteve à margem do urbano brasileiro. Esse processo ocorreu a partir da valorização da urbanização como via para reprodução do capital vinculada à indústria, tanto industrialização do campo quanto o avanço do capital industrial no Brasil. Corrêa (2011), aponta que a pequena cidade da década de 1950 se apresentava enquanto nó fundamental da cadeia de comercialização do país, pelo fato da mesma situar-se no que chama de “confluência do urbano e do rural”.

“No contexto da limitada industrialização, urbanização e articulação interna, as pequenas cidades desempenhavam papel mais significativo na vida econômica, social e política” (CORRÊA, 2011, p.08). Isso se deu pelo fato de que até meados do século XX, o Brasil era um país agrário; as distâncias entre os territórios refletiam em suas conexões e na possibilidade de acesso a determinados bens de consumo. Com uma população e produção rural majoritárias no país, a pequena cidade era entreposto entre a comercialização e beneficiamento da produção agrícola e o comércio de produtos industrializados vindos de centros maiores.

O pequeno centro urbano era tanto o início quanto o final de uma cadeia distributiva extremamente relevante para o país, e atendia os diversos tipos de setores econômicos. Pela dificuldade de deslocamento para outros centros, a população de sua hinterlândia dependia da dinâmica econômica local para

sobreviver: obter renda, acessar serviços e adquirir bens de consumo. Portanto, percebe-se que sua dinâmica estava vinculada às necessidades do campo.

“As pequenas cidades pouco se diferenciavam entre si do ponto de vista funcional, situando-se na confluência do urbano e do rural, no ponto inicial e final de duas cadeias de comercialização e no centro da vida local. É possível distinguir, no entanto, as cidades de áreas agrícolas, vinculadas à produção de café, cacau, arroz, fumo e “cereais”, daquelas de áreas pastoris, nas quais as relações econômicas são diferenciadas em razão do tipo básico de atividade” (CORRÊA, 2011, p.08).

Como dito anteriormente, esse quadro é alterado a partir do avanço da industrialização. Quando absorvida no setor econômico municipal, no que concerne a produções industriais tipicamente urbanas, as cidades passaram por uma refuncionalização de atividades, deslocando tanto a população quanto os trabalhadores rurais para o centro urbano da hinterlândia. Já a industrialização da produção agrícola alterou a prática fundiária, substituindo as pequenas propriedades produtivas por latifúndios de monocultura. Juntamente a isso, a incorporação de maquinário para a execução de serviços nessa área reduziu o número de pessoas envolvidas no trabalho agrícola, tanto pela possibilidade de substituição quanto pela necessidade de conhecimento para lidar com as máquinas.

Em consonância, Corrêa (2011) aborda que a demanda por serviços e bens industriais gerou uma “dependência da agricultura à indústria”, o que alterou a relação urbano e rural. Agora tanto os suplementos agrícolas quanto o beneficiamento – visto que a industrialização da agricultura exige a realização dessas atividades em maior escala e com mais técnica – exige uma especialização da pequena cidade.

Quando não absorvida – a industrialização da produção agrícola – o campo decaía ou estagnava. Como a política brasileira para incentivo à produção agrícola pautou-se principalmente na produção de larga escala, em localidades onde predominava o latifundiário, o pequeno produtor – sem recursos para a mecanização do campo – se viu enfraquecido (WANDERLEY, 2018). Este declínio provocou o movimento de êxodo rural, com o consequente esvaziamento da hinterlândia de pequenas cidades.

Assim, as pequenas cidades que serviam como apoio para as populações instaladas nas áreas rurais, tiveram modificadas suas funções centrais. Com a diminuição das demandas por serviços e produtos oriundas do rural essas cidades passaram ao longo das últimas três décadas por uma

refuncionalização de seus papéis na rede urbana” (RIGON e SANT’ANA, 2013, p.165).

Esse processo de refuncionalização das pequenas cidades acontece tanto a partir da evolução do setor agrícola, quanto da absorção de novas atividades tipicamente urbanas. Em vista da diversidade da ocupação do território brasileiro e da divisão espacial do trabalho, muitas pequenas cidades se desprendem de sua relação com o campo a partir do momento que passam pelo processo de urbanização e, acabam por aderir novos serviços ou potencializar serviços que já se realizavam em seu território (CORRÊA, 2011). Tão logo, a pequena cidade passa a se diferenciar por sua dinâmica econômica, em contraposição à pouca diferenciação que se fazia das mesmas anteriormente.

Outro fator que modificou consideravelmente a dinâmica da pequena cidade foi a “reestruturação do comércio atacadista e varejista”. Tanto a forma de comercialização de produtos do campo como o comércio de bens duráveis e não duráveis que, antes estava diretamente ligada ao comerciante da pequena cidade, passou a ser realizado em maior escala, por estabelecimentos ligados a franquias ou redes de comercialização – como no caso dos mercados. Esse processo acabou por tornar “menos importantes as tradicionais estruturas comerciais pré-existentes, eliminando muitos de seus participantes” (CORRÊA, 2011, p.10).

Em suma, apesar da política descentralizadora – implementada pela Constituição de 1988 – ter estimulado a criação e consolidação das tantas pequenas localidades que compõe o território nacional, não foi garantida a autonomia desses territórios. Enquanto o número de pequenos municípios emancipados aumentava, seu enfraquecimento econômico e esvaziamento aconteciam. Sua autonomia dependia (e depende) extremamente do interesse do Capital nesses territórios, seja na função agrícola ou em outra especialização. Mesmo quando proposta uma política de gestão governamental descentralizadora, não se lançava mão das ferramentas necessárias para o fortalecimento das pequenas municipalidades – maioria na composição do território nacional.

Todo esse processo reflete na forma que a pequena cidade se posiciona na rede urbana. Municípios recém-emancipados, por exemplo, podem ou não apresentar um setor econômico estruturado, o que repercute na forma com que a divisão do trabalho vai atuar em seu território e também em sua dependência pelos serviços e bens de outros centros.

“As especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma singularidade funcional, entendida como características que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e de integração a esta mesma economia. A centralidade, ao que tudo indica, pode ser ampliada” (CORRÊA, 1999, p.50).

Mesmo especializada, a partir da refuncionalização ou da consolidação de algum setor econômico, a pequena cidade raramente assume um papel que vai além de “centro local” ou “centro de zona”<sup>7</sup>. Isso se dá pelo fato de que os serviços que concentra e bens comercializados apresentam um “alcance espacial mínimo”, os quais são de uso frequente e “oferecidos a uma população próxima com um mercado mínimo e alcance espacial reduzido” (LEÃO, 2011, p.33).

Leão (2011) relata que as cidades pequenas não são necessariamente tributárias de cidades próximas com maior centralidade, se relacionam com centros urbanos cada vez mais distantes, diretamente com metrópoles, por exemplo. Ao mesmo tempo, a autora afirma que as pequenas localidades apresentam uma relação íntima com seu entorno, em comparação com outros centros. Isso pode ser atribuído ao fato dos tipos de serviços e alcance espacial que possui.

Por outro lado, há cidades pouco dinamizadas que perderam ou reduziram seu papel e, conseqüentemente, sua capacidade de atender as demandas básicas de sua hinterlândia. Assim, acabam por se tornar “local de moradia para as reservas de mão-de-obra, refletindo na pobreza e baixa qualidade de vida” (LEÃO, 2011, p.44).

“Em resumo, é possível afirmar que a pequena cidade do final do século XX e início do século XXI, constitui-se em um nó minúsculo em uma vasta e complexa rede urbana, na qual o papel que desempenhava nas relações urbano-rural foi alterado” (CORRÊA, 2011, p.09-10).

### **3.3. A pequena cidade no Brasil contemporâneo**

Diante de todos os processos que originaram e modificaram as pequenas cidades, a partir de sua fixação em determinada região e rede urbana, podemos

---

<sup>7</sup> Definido pelo Regic 2020 do IBGE como: locais de “menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade” (IBGE, 2020, p.13).

avaliá-las e organizá-las em diversas tipologias. Apesar de muitas vezes, ao estudar as pequenas cidades e na busca conceituá-las possa haver uma intenção de generalizá-las, cada localidade é única. É possível identificar similitudes, sobretudo em dados quantitativos, seja na demografia, na constituição da economia local ou em dados sociais.

Como abordado no subcapítulo anterior, as pequenas cidades, que antes pouco se diferenciavam, passaram a apresentar certas dinâmicas, principalmente econômicas, que as classificam de formas diferentes. Destaca-se o importante trabalho realizado por Bitoun e Miranda (2006), ao desenvolver tipologias para os diferentes portes de cidades brasileiras, e Corrêa (2011), que abordou os “tipos ideais” das pequenas cidades do Brasil contemporâneo.

Já foi tratado no Capítulo 2, como foram desenvolvidas as tipologias criadas para as cidades brasileiras organizadas por Bitoun e Miranda em 2009. Será retomado apenas àquelas inerentes às pequenas cidades, com o intuito de compreender como os processos pautados no subcapítulo anterior, foram norteadores para as tipologias apresentadas pelos pesquisadores. São 6 tipos na classificação das “Pequenas Cidades em Municípios com menos de 20 mil habitantes”:

1. “Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais prósperos”;
2. “Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais prósperos”;
3. “Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente”;
4. “Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente”;
5. “Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais de pouca densidade econômica”;
6. “Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais de pouca densidade econômica”.

É evidente que, apesar de considerarem o porte demográfico na classificação, é a dinâmica econômica norteia as tipologias desenvolvidas. Dividido entre relevantes atividades urbanas ou poucas atividades urbanas, trata da forma como essas pequenas cidades desenvolveram os setores propriamente urbanos.

Já a ramificação que trata dos espaços rurais: prósperos, consolidados com frágil dinamismo recente e pouca densidade econômica<sup>8</sup> se relaciona à forma como o setor rural foi alterado a partir da industrialização do campo – isso irá refletir na forma como a ruralidade<sup>9</sup> influencia o espaço urbano – e se vincula ao fato de que a maioria da população rural do Brasil vive em pequenos municípios. Em algumas regiões, o número de habitantes da zona rural é maior que nas sedes municipais e outros distritos urbanos (WANDERLEY, 2001).

Além disso, a presença do mundo rural na pequena cidade pode advir, desde a predominância do setor agrícola na economia, no vínculo empregatício da população ou se manifestar:

“no fato de que o espaço municipal pode ser impregnado pelas “qualidades” do meio rural, diante das quais a pequena e carente cidade dificilmente consegue se impor como alteridade. Estas qualidades dizem respeito sobretudo ao povoamento reduzido e à predominância das paisagens “naturais” e das relações sociais de interconhecimento” (WANDERLEY, 2001, p.07).

Corrêa (2011), a partir de toda a análise que traça sobre o desenrolar dos processos de alteração da pequena cidade, define 5 tipos “ideais” de pequenas cidades. Sua ideia é fortalecida por Nogueira (2016), que utilizou dessa tipologia para classificar as pequenas cidades mineiras. Corrêa (2011) aborda que os mesmos podem aparecer puros ou combinados. São eles: “Os lugares centrais”; “Centros especializados”; “Reservatórios de força de trabalho”; “Centros que vivem de recursos”; e “Subúrbios dormitórios”.

“Os lugares centrais” são, principalmente, cidades localizadas em áreas que absorveram e desenvolveram a industrialização do campo. Caracterizam-se como centros locais ou centros de zona, segundo o IBGE. “As sedes urbanas dispõem de serviços e bens em sintonia com a tecnologia nacional, global. (...) Constituem os centros de apoio terciário das atividades agrárias de sua região” (NOGUEIRA, 2016, p.45).

---

<sup>8</sup> “A densidade econômica expressa o volume de riqueza gerada segundo a área territorial de um determinado espaço” (Medeiros Junior, 2016, p. 06).

<sup>9</sup> Atribuído a aquilo que é de valor rural, conceito territorial. Para mais ver: ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para Discussão, Rio de Janeiro, IPEA, n.702, jan. 2000, p.1-31. Disponível em:

<[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0702.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf)>

Os “centros especializados” são aqueles que passaram pela refuncionalização pós-industrialização e desenvolveram atividades específicas, seja de comércio, turismo, institucional – como ensino superior – até a produção industrial. Não apresentam dependência ao setor primário, o que modifica sua relação com o rural. Nogueira (2016), aponta que esses centros se localizam próximos a cidades médias e grandes, já que essas lhe fornecem tanto mão de obra especializada quanto “opções de investimentos e garantem a destinação dos produtos destes municípios, em alinhamento à demandas externas (nacionais e internacionais)” (NOGUEIRA, 2016, p.49).

Os centros classificados como “reservatórios de força de trabalho” estão vinculados à produção agrícola, seja do próprio município ou de municípios vizinhos. São centros pouco dinâmicos, polarizados por outras cidades e que não se desenvolveram o suficiente para assumir o papel enquanto “cidade do campo”. Nogueira (2016) os classifica como “bem pequenos e apresentam infraestrutura precária, quase em sua totalidade, de origem pública. Investimentos privados são bastante baixos ou inexistentes” (NOGUEIRA, 2016, p.50).

Já as pequenas cidades que vivem de recursos externos são, sobretudo, centros que se estagnaram por conta da perda de centralidade; apresentam forte processo migratório; ausência de desenvolvimento econômico, seja no campo ou em setores propriamente urbanos; dependem de programas governamentais estaduais e/ou federais para a realização de obras e outras atividades de gestão; e suas receitas são majoritariamente constituídas por repasses do estado e federal. Nogueira aponta que estes centros podem ser encontrados em:

“municípios que se municipalizaram, em sua grande maioria sem uma geração de renda previamente garantida, fazendo com que já nascessem sem qualquer autonomia, formando um ciclo vicioso, de precariedade e falta de dinamismo socioeconômico” (NOGUEIRA, 2016, p.50).

Segundo Bacelar (2012), os pequenos municípios que apresentam até 10 mil habitantes – cerca de 43,9% dos municípios brasileiros – contribuem apenas com 9,9% das receitas do país advindas de tributação. Por esse motivo, os repasses são essenciais para sua sustentação, como o FPM (Fundo de Participação Municipal) realizado pelo governo federal e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de cunho estadual.

O autor ainda aponta, que esses recursos e demais verbas são mais expressivos em localidades com alta taxa de urbanização, o que gera um descompasso entre os investimentos direcionados às pequenas cidades e cidades médias e grandes. Isso se relaciona também à influência do peso político que cidades mais dinâmicas apresentam, o que acaba por tendenciar os critérios de distribuição de programas governamentais, por exemplo a distribuição de emendas parlamentares.

Mesmo com o aumento na porcentagem de participação dos municípios no FPM, “pois subiu de 12%, na época do governo militar, para 17% na década de 1980 e chegou aos 25% nos dias de hoje”, a vinculação do repasse ao volume populacional não favorece às pequenas cidades, sobretudo àquelas que sofrem com o decréscimo da população (BACELAR, 2012, p. 86).

É importante abordar que pequenas cidades que não se encontram em processo de estagnação econômica também dependem desses repasses para a constituição de sua receita. Não de forma exclusiva, porém sua arrecadação não é capaz de sustentar as necessidades do município como um todo, nas áreas da saúde, da educação e de melhorias de infraestrutura; por isso a gestão do pequeno município busca por angariar programas governamentais que possam condicionar suas ações nas políticas setoriais.

Por fim, os “subúrbios dormitórios”, pequenas cidades absorvidas pela expansão das regiões metropolitanas ou próximas de centros especializados com grandes indústrias. Não apresentam um rural dinâmico, seu comércio e os serviços ofertados são básicos, dependendo de cidades próximas mais desenvolvidas. Ou seja, não se especializaram, não fortaleceram o setor primário e são parte do processo de movimento pendular (CORRÊA, 2011; NOGUEIRA, 2016). Muitas vezes essas cidades desempenham a função de local de moradia pelo baixo valor da terra e melhor qualidade de vida.

Portanto,

"Enquanto as grandes cidades terão um pouco de tudo, ou muito de tudo, levando, inclusive, a uma homogeneidade, as cidades pequenas serão muito mais diversas: cidades rurais, agrárias, industriais, comerciais, universitárias, dormitórios ou nenhuma das anteriores" (HENRIQUE, 2012, p. 65).

Num mundo capitalista, não se define apenas empresas e pessoas a partir de sua capacidade de produção e acumulação de capital. Pode-se perceber, a partir do desdobramento deste subcapítulo, como o desenvolvimento econômico, o tipo de setor dominante, bem como a capacidade de absorção das novas demandas de produtividade do sistema capitalista irá definir a tipologia, a classificação e a inserção de uma cidade na rede urbana. É nítido, ao tratar as definições anteriores, que não há um estudo das relações sociais, do reflexo da cultura no espaço, que compõem as diversas categorias de pequenas cidades, o que descarta outras camadas importantes para se analisar o espaço urbano e sua conformação.

As pequenas localidades apresentam subjetividades determinantes para sua leitura como tal. Quem nunca ouviu sobre a qualidade de vida que a pequena cidade apresenta? Ou, uma justificativa de certo comportamento coletivo baseada no fato de que assim é porque “a minha cidade é pequena”? A cidade de ritmo lento e humanizado, “como contraponto aos ‘atropelos’ trazidos pela racionalidade econômica, diversas manifestações que anunciam o elogio à lentidão” (ENDLICH, 2006, p.389).

Nela, as relações interpessoais são marcadas pela afetividade e apreço, vivenciadas de forma mais intensa, transpõe a casa – a dimensão privada – e estabelece vínculo entre ela e a rua – dimensão pública. Endlich (2006) aponta que a fácil sociabilidade é um atributo da pequena cidade e que “os vínculos de afetividade confundem-se à afeição pelo espaço, tornando-o singular pelos laços específicos que cria” (ENDLICH, 2006, p. 389).

A pequena cidade não se resume apenas à vida econômica, ela é palco para a realização da vida social do município (CORRÊIA, 2011). Seja nas feiras de sábado, nas festividades religiosas ou exposições agropecuárias, o encontro é um dos principais motivos para a população, sobretudo pela reunião tanto de habitantes da zona rural quanto urbana.

Essas características também são definidoras da pequena cidade, é a partir das relações de proximidade da população que, inclusive, se dá a dinâmica política do município. Conjugada com sua condição financeira e seu nível de centralidade, a política que é estabelecida nos municípios constituídos de pequenas cidades, reproduz a noção de clientelismo e coronelismo.

“Questões políticas, como currais eleitorais, voto de “cabresto”, troca de voto por alimento, dinheiro, casas, benesses do poder público etc, além da

falta de saneamento básico, são problemas muito graves nessas localidades, juntamente com a falta de emprego” (BACELAR, 2012, p. 84).

Além disso, essa proximidade da população corrobora para a manutenção de práticas patrimonialistas enquanto norteadoras da gestão pública municipal (BACELAR, 2012). Mesmo com a burocracia instaurada, estas pequenas localidades são orientadas a partir de uma visão de que o poder público do município deve atender às demandas individuais e, muitas vezes, imediatistas, como a concessão de empregos por parte da gestão vigente. Como num ciclo vicioso, esse comportamento conserva um teor coronelista na política local.

Portanto, apesar da premissa de descentralização governamental e da instauração de uma política participativa a partir da Constituição de 1988, a gestão pública em pequenos municípios permanece vinculada a padrões arcaicos. “Não há abertura política e nem são comuns contestações, bem como são praticamente inexistentes os canais de participação” (ENDLICH, 2006, p. 399).

A conservação dessas formas de poder político se relaciona, essencialmente, à ausência de mobilização social, de discussões e debates sobre política e gestão, de movimentos sociais, de corpo técnico especializado e

“o pensamento dominante de que a prefeitura é, para o povo, auxílio e assistencialismo, que vem de encontro à visão de que o aparelho de Estado municipal é para uso, pois o dinheiro não é de "ninguém" e, assim, é de "todos" os que estão no poder naquele momento” (BACELAR, 2012, p. 89).

Diante disso, Bacelar (2012), aborda que nessas localidades os prefeitos realizam ações de maneira mais direta. As intervenções políticas não são colocadas em debate; não há, com frequência, a divisão de encargos para cada secretaria; os prefeitos que angariam as contrapartidas para a instalação de empresas e indústrias no município. Assim, cada gestão altera o tipo de prática política municipal, baseada no “personalismo gerencial”.

“As pequenas cidades potencializam o "Estado do Bem-Estar Social" de maneira mais direta e visível via clientelismo e personalismo, pois, nelas, as relações sócio-políticas entre a população e o poder público, a administração pública e seus agentes são estabelecidos de maneira mais conclusiva e sem abstrações. São diretas e em certa medida revigoradas e "financiadas" por um status quo federativo confuso impregnado de regras modernizantes, conflituosas, permeada de um passado ainda muito presente de práticas herdadas historicamente” (BACELAR, 2012, p. 100).

A problemática dessa forma de governança está no fato de que muitas ações não promovem mudanças duradouras, o que contribui para a estagnação da pequena cidade. Para potencializar o “Estado de Bem-Estar Social”<sup>10</sup> e retirar o foco dos problemas, a gestão da pequena cidade conta com um calendário de festas no município a fim de promover a felicidade e satisfação geral.

Bernardelli (2004) aponta que para realmente promover mudanças no quadro da pequena cidade enfraquecida, são necessárias, sobretudo, políticas voltadas à educação com o objetivo de capacitar “os habitantes para novas demandas do mercado de trabalho que possam vir a ser criadas e implementadas localmente”, o que garante aos habitantes autonomia (BERNARDELLI, 2004, p.329).

Não é só internamente que o pequeno município passa por desafios em sua gestão, enquanto maioria no território nacional e por boa parte destas localidades dependerem de recursos externos para sua manutenção, os pequenos municípios e suas pequenas cidades são alvo de preocupação pelos gestores federais, no que tange sua subsistência.

Como exemplo, em 2019 foi lançada a PEC – Proposta de Emenda Constitucional 188/2019 – do Pacto Federativo<sup>11</sup>, com um conjunto de reformas econômicas propostas por Paulo Guedes<sup>12</sup>. Uma delas era a extinção de pequenos municípios compostos por até 5 mil habitantes e que não apresentem capacidade de arrecadação mínima de 10% de sua receita, até meados de 2023, esses seriam incorporados a outros municípios mais dinâmicos em janeiro de 2025 (ENDLICH e MARQUES, 2021).

A proposição dessa PEC, segundo Endlich e Marques (2021), faz questionar a viabilidade da capacidade de as pequenas cidades e seus municípios garantirem possibilidade de “reprodução social”, deprecia a escala local e a desvaloriza. Por mais que a maioria dos municípios brasileiros apresentem nível baixo de população, fica nítido que, mais uma vez, esses são tratados enquanto problema para o desenvolvimento econômico do país.

---

<sup>10</sup> “No Estado de bem-estar social, é dever do governo garantir aos indivíduos o que se chama, no Brasil, de direitos sociais: condições mínimas nas áreas de saúde, educação, habitação, seguridade social, entre outras”. In: <<https://www.politize.com.br/estado-de-bem-estar-social-e-estado-liberal-diferenca/>>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.

<sup>11</sup> A PEC 188/2019, não foi implementada, ainda.

<sup>12</sup> Ministro da economia durante a gestão de 2019-2022.

A ideia de extingui-los parte do princípio de uma insustentabilidade econômica, e alega que estes territórios geram desequilíbrios financeiros na máquina Estatal. Porém, o que os autores afirmam é que os municípios brasileiros participam de 18% das receitas e 15% das despesas públicas, e o governo federal responsável pela maior parte nas duas situações. “Embora esses dados sejam citados em algumas ocasiões e publicações, parece que não são suficientemente conhecidos” (ENDLICH e MARQUES, 2021, p.143).

Outra questão é o fato de que a incorporação de um município em outro não garante que o receptor irá adquirir mais recursos para atender às necessidades da população total. Como o FPM é distribuído de acordo com o número de habitantes, caso a incorporação ocorra, mas não altere a faixa populacional do município de acordo com o Fundo, esse seguirá recebendo a mesma quantia. Outra questão é que, mesmo se a faixa populacional for alterada, a quantia a ser recebida não compensará ao valor recebido pelas municipalidades separadamente.

“(…) mesmo que o município incorporador passe para a segunda faixa do FPM com a incorporação do município extinto, ele passaria a receber o valor de R\$ 10.939.234,96. Se os mesmos permanecem independentes um do outro, a soma do FPM daria R\$ 16.408.852,56, o que representa uma diferença de R\$ 5.469.617,60, uma perda de mais de 33% da receita do fundo” (ENDLICH e MARQUES, 2021, p.149).

Os problemas que podem decorrer de pequenos municípios fundidos são diversos e se relacionam com as motivações pelas quais muitas municipalidades se emanciparam. A dificuldade em atender demandas, causada pela extensão territorial e a falta de recursos; a ausência de atendimento por parte da gestão aos distritos além da sede; a distribuição igualitária de recursos para o território enquanto a captação de receita se concentra em determinada porção (BREMAEKER, 1993).

Além do reflexo na dinâmica das pequenas cidades, o impacto também acontecerá nas grandes e médias cidades. A partir do momento em que não se encara a pequena localidade “como espaço de vida”, a migração para centros maiores é estimulada, o que fomenta ainda mais a concentração populacional nessas centralidades. Logo, a condição de vida se torna pior em ambas as municipalidades.

É inegável que a gestão do pequeno município apresente falhas, porém é de extrema importância o fortalecimento do poder municipal. É através desse ente federativo que é possível identificar as necessidades da população e as

especificidades de cada localidade, o que facilita na elaboração de políticas setoriais.

Ademais, as resoluções das deficiências na máquina administrativa municipal devem ser baseadas em capacitação dos servidores, fiscalização e estímulo da participação popular. Enquanto os problemas econômicos dos pequenos municípios podem ser resolvidos com políticas distributivas mais justas e investimento financeiro nessas localidades.

### **3.4. O espaço urbano na pequena cidade**

Segundo Moreira Júnior (2014), a produção do espaço urbano na pequena cidade apresenta quatro características orientadoras:

1. A confluência do urbano e rural, não só nas espacialidades, mas também na cultura da população da pequena cidade;
2. As migrações seja rural-pequena cidade ou pequena cidade-cidades de maior porte;
3. O poder público, enquanto agente promotor e regulador; e
4. A emancipação de municípios, que gera novas territorialidades.

Como dito anteriormente são nos pequenos municípios que a maior parte da população rural se localiza, o histórico de formação e consolidação da pequena cidade brasileira se dá a partir de uma base rural. Logo, o campo, o rural, o mundo agrícola influenciam a produção do espaço urbano da pequena cidade, desde a paisagem urbana, sua morfologia, às vivências e a própria fruição do espaço. A urbanização é um processo gradativo e seu avanço nas pequenas cidades não é, necessariamente, sinônimo de apagamento dos traços de ruralidade do espaço.

A demanda por uma organização espacial a partir da ocupação de determinado território e da necessidade da instalação de serviços, comércio, áreas institucionais, acaba por iniciar a conformação do tecido urbano. À medida que o tecido expande, áreas agrícolas ou de pasto são absorvidas e remodeladas de acordo com as necessidades do Capital (RIBEIRO e ALVES, 2019).

A partir do momento em que o setor agrícola deixa de ser fonte primária de renda de uma pequena cidade a terra rural perde valor, sobretudo se a mesma se tratar de pequena propriedade. Quando está próxima ao perímetro urbano, a

transição de uso se torna atraente para o proprietário, em vista da possibilidade de faturamento.

Essa alteração desencadeia um processo de produção do espaço urbano que envolve os diversos agentes para a implantação de loteamentos, na incorporação de imobiliária, na comercialização e no acesso à terra urbana (FÜHR e DIAS, 2013, p.05). A prática de lotear antigas glebas rurais transformando-as em áreas urbanas com a realização de loteamentos tem seguido um crescente nas pequenas cidades, é possível fazer essa conclusão a partir do número de pesquisas e produtos textuais que tratam do assunto (FÜHR e DIAS, 2013; SCHIAVO, 2015; RIBEIRO e ALVES, 2019; TABARIN e VITTE, 2020).

Ao contrário das grandes cidades, as pequenas cidades se expandem, majoritariamente, de forma horizontal através da produção de loteamentos. Conseqüentemente, a extensão do perímetro urbano é de interesse por parte dos agentes produtores "como forma de ampliar o montante de terras passíveis de serem loteadas" (SPOSITO, 2006, p. 124-125).

Nesse processo de ocupação, apesar da cidade ser estendida por meio da alteração da legislação vigente, o território em si apresenta um processo lento de urbanização que dependem do interesse dos agentes capitalistas. "Não são mais campo e não chegam a ser ainda, plenamente, cidade, podendo se admitir então que são cidade/campo" (SPOSITO, 2006, p. 124-125). Neste compasso, muitos proprietários de terra aguardam a implantação de serviços e infraestrutura, realizada por parte do Estado, para promover o loteamento, numa dinâmica de especulação imobiliária (RIBEIRO e ALVES, 2019, p.253).

Tabarin e Vitte (2020) apontam que esse processo de loteamentos em pequenas cidades se relaciona "ao valor que os moradores das cidades menores atribuem às metrópoles e ideais de modernidade" (p.15-16). Já que a expansão do tecido urbano, bem como a construção de empreendimentos residenciais verticais, se revela enquanto uma consequência palpável do desenvolvimento econômico da cidade.

A valorização das grandes cidades – como sinônimo de desenvolvimento – junto às morfologias arquitetônicas contemporâneas, acaba por modificar a dinâmica de ocupação que a pequena cidade apresentava anteriormente. Novas formas de habitar e de estabelecimentos comerciais surgem, assemelhando-se a esse urbano desenvolvido. A própria instalação de indústrias e a especialização funcional das

pequenas cidades provocam alterações na forma de produção do espaço urbano local.

Nas pequenas cidades, essa alteração do tecido urbano nem sempre vem acompanhada de legislação capaz de orientar o uso e ocupação do solo, o que acarreta alguns problemas como: ausência de construção de infraestrutura básica, descontinuidade do tecido urbano, usos incômodos e poluentes próximos a áreas residenciais. Além disso, sem planejamento a gestão territorial fica a cabo de análises rasas – sem critérios e com aprovação meramente burocrática – sem uma visão das condições para prestação de serviços a essa nova porção do espaço urbano, e sem a possibilidade de compreender os principais reflexos dessas novas formas de assentamento.

“Vale ressaltar que, em algumas pequenas cidades, mesmo contando com leis e códigos que regem o ordenamento territorial, maioria destas negligenciam sua real finalidade, seja por falta de uma fiscalização adequada por parte do poder público, o que contribui para que as áreas urbanas apresentem crescimento de maneira aleatória e desordenada, seja pelo desconhecimento dos próprios gestores que, em alguns casos não compreendem e desconhecem o teor de tais leis” (ARACILDO e ARAÚJO, 2015, p.511).

Essa problemática sobre a regulação do território do pequeno município se inicia com a não obrigatoriedade de elaboração de plano diretor para municípios com até 20 mil habitantes – salvo algumas exceções – apesar de o plano diretor ser a base da política urbana. Logo, a produção de cidades com uma justa distribuição dos ônus e bônus relativos à urbanização, se torna mais desafiador nas pequenas localidades (FRANÇA, COSTA e FONSECA, 2019, p.120).

Segundo Maté, Micheleti e Santiago (2015), a partir de sancionado o Estatuto da Cidade (lei 10.257 de 2001) cerca de 2.342 municípios com mais de 20 mil habitantes tiveram de elaborar ou revisar seus Planos Diretores. Porém, outros 3.852 municípios não foram obrigados a realizar o mesmo procedimento – a depender da legislação estadual – por serem de pequeno porte, o que ocasionou um déficit na política urbana destas localidades. As autoras afirmam que em 2013 apenas 32,32% dos pequenos municípios alegaram ter Plano Diretor.

“Na média brasileira 68% dos municípios com população até 20 mil habitantes não possuem Plano Diretor (IBGE, 2015). Isso faz com que o planejamento dos municípios se torne mais distante da população, pois o PD é um instrumento que pode ser indutor da participação social e do envolvimento local com a fiscalização da gestão dos recursos públicos para

melhorar a qualidade de vida urbana. Para sua eficácia, é necessária uma mobilização que vise à mudança da realidade de vida urbana” (FRANÇA, COSTA e FONSECA, 2019, p.129).

A falta de planejamento na gestão do espaço urbano, e também rural, do pequeno município, gera um déficit com relação à falta de conhecimento a fundo das necessidades e potencialidade de seu território e de sua população. Os problemas encontrados nessas localidades não têm se diferenciado muito dos presentes em centros maiores, apesar da escala diferente (MATÉ, MICHELETI e SANTIAGO, 2015). Além disso, a pequena cidade lida com questões específicas de sua tipologia, que não foi (nem é) considerada na elaboração das legislações relativas à política urbana. Exemplo disso são os instrumentos apresentados pelo Estatuto da Cidade, que se tratam diretamente de uma dinâmica de produção do espaço de grandes cidades.

Outra questão é a falta de estudos e repertório de planejamento urbano em pequenos municípios. Como os estudos se concentram nas metrópoles e cidades médias, essa realidade ainda é pouco tratada por profissionais da área, portanto, “estes municípios ficam submetidos à aplicação de modelos administrativos e de planejamento urbano executados em centros maiores” (MATÉ, MICHELETI, SANTIAGO, 2015, p.32). Nesse caso os planos são apenas replicados, “importados” de realidades que em nada condizem com a do pequeno município.

Há dificuldade, por parte do poder municipal, em assumir a responsabilidade pela gestão da zona rural, em vista de parte de sua regulação ser feita pelo poder federal; o desafio de mapeamento, levantamento e leitura desses locais; em alguns casos, a falta de garantia dos direitos básicos para a população rural, deixando-a a parte da dinâmica municipal.

Numa pesquisa realizada por França, Costa e Fonseca (2019), algumas questões relativas ao planejamento urbano foram abordadas com entrevistados residentes em pequenos municípios. A análise das entrevistas revelou que a população não apresenta interesse em envolver-se com os processos de planejamento, ou seja, não buscam pelo direito à participação social, 90% dos entrevistados responsabilizam a gestão pública pelos problemas e soluções relativos a essa temática. Por consequência, pode-se observar que o nível de interesse da população na política urbana corrobora para a ausência da mesma.

Se por um lado a população acredita que a resolução dos problemas urbanos está na mão do poder municipal, por outro a organização da máquina administrativa, majoritariamente, não apresenta condições para tal. Stephan e Maria (2015), vão relatar – a partir de pesquisa em algumas cidades mineiras – que o corpo técnico dessas prefeituras é deficitário para a implementação de uma política urbana plena. Os autores revelam que, o que é realizado são as análises para aprovação de projeto e uma limitada fiscalização das obras e loteamentos. Muitas vezes, essas prefeituras não apresentam arquitetos e urbanistas, muito menos geógrafos e outros profissionais capazes de auxiliar no planejamento urbano, contando apenas com um engenheiro civil.

“Existe em comum a sobrecarga de trabalho focado apenas na análise e aprovação dos projetos e a pouca experiência em administrar o crescimento urbano e em desenvolver projetos, fazer valer a legislação urbanística ou fiscalizar as construções. A fiscalização é um processo limitado pela escassez de recursos humanos e de infraestrutura física mínima (ambiente de trabalho, veículo para fiscalização etc.). A fiscalização funciona apenas à base de denúncias. Quanto menor a cidade mais dependente ela será de critérios ligados às relações interpessoais e político-partidárias” (STEPHAN e MARIA, 2015, p. 134).

Ressalta-se na fala de Stephan e Maria (2015) a importância das relações interpessoais e político-partidárias, pois elas são régua para a atuação do poder público no pequeno município. De acordo com Marisco (2017), “a gestão urbana não perpassa somente a esfera técnica e administrativa, mas também, e, sobretudo, a esfera política e a esfera legal” (MARISCO, 2017, p.49). A falta de uma gestão territorial também é uma escolha política e não se dá por acaso.

A falta de um cadastro territorial atualizado e de conselhos vinculados à política urbana; a má organização da máquina administrativa; ausência ou não revisão de leis voltadas à ordenação do espaço urbano; e a baixa procura por parcerias institucionais, inclusive com universidades, se relacionam às limitações econômicas do pequeno município, mas também são parte do conceito clientelista, de compadrio que domina a política da pequena cidade. Se a prefeitura, junto à câmara, não estabelece regras para a fruição do espaço, seu corpo técnico não precisa se indispor com a população (MARISCO, 2017, p.49).

“A tarefa de planejar contempla um conjunto de condicionantes que lhe conferem os limites e as possibilidades, visto que promover a organização do espaço urbano e o desenvolvimento não existe por si mesmo, mas faz parte de um conjunto de fatores externos, que fornecerão a sua

exequibilidade ou não. Estes fatores externos relacionam-se aos aspectos políticos (de composição de forças políticas), os aspectos econômicos e sociais (de grupos hegemônicos), técnicos, que se referem às condições técnicas para que ocorra a implantação de um processo de planejamento, relacionado aos recursos humanos, financeiros, de estrutura administrativa do poder público local, pois o processo de planejamento não se implanta somente em função da elaboração do Plano Diretor, mas de todas as condições acima referidas. Para que este se constitua em um processo contínuo e permanente, no qual os instrumentos de regulação urbanística são um dos seus produtos, faz-se necessário incorporar a “cultura do planejamento” na gestão pública, sendo assimilado como um método de ação, que possui uma dimensão técnica e, sobretudo, uma dimensão política. Tendo em vista a dinâmica do urbano e o papel dos diversos agentes que produzem as cidades, o papel do planejamento urbano é criar e garantir através dos instrumentos urbanísticos, que o desenvolvimento e a produção do espaço urbano se dê com base na socialização das riquezas geradas e rompa com a lógica de sua privatização” (MARISCO, 2017, p.51).

O crescimento desordenado nas pequenas cidades gera graves problemas: degradação ambiental, como invasão de áreas de APP (Área de Proteção Permanente) – de rios principalmente –, erosão do solo, queimadas, que acabam por gerar enchentes; descaracterização do tecido urbano e da forma de ocupação dos lotes, descumprimento dos afastamentos requisitados para implantação das edificações no terreno, o que ocasiona baixa qualidade de vida, por questões relacionadas ao conforto ambiental; perda do patrimônio local, do sentimento de pertencimento, em troca da modernidade “a qualquer custo”; baixa qualidade da mobilidade urbana, por falta de segurança, pela má qualidade das calçadas e vias; entre outras questões de origem também social como a violência, a segregação, habitação precária ou ausência de moradia (STEPHAN e MARIA, 2015).

Deve ser ressaltado que para traçar uma política urbana eficiente nos pequenos municípios é necessário ir além do plano diretor em si, precisa-se compreender a pequena cidade e seu município: seu histórico, sua dinâmica econômica, a forma como se insere na rede urbana, sua relação com o mundo rural, a cultura de sua população. É fundamental que se estude a produção do espaço urbano da pequena cidade.

Pode-se perceber, no decorrer do capítulo, que a pequena cidade não está alheia às mudanças ocorridas no país ao longo dos anos, essas transformações alteraram desde sua tipologia até seu nível de importância. Também é visto como os debates em torno do urbano que constitui às pequenas cidades ainda são parcos, tanto dentro das universidades como dos governos.

#### **4. A INSERÇÃO REGIONAL DE PIRAÚBA, MINAS GERAIS.**

Fazer essa pesquisa sobre as regiões que sobrepõem o município de Piraúba, trouxe grandes surpresas e desconstruiu uma visão preconcebida da cidade. Remonta-se as classificações sugeridas por Corrêa (2011) no que tange as pequenas cidades no século XXI. Quando lidas pela primeira vez para o trabalho de conclusão de curso, numa rasa pesquisa, classificou-se rapidamente Piraúba enquanto uma pequena cidade dependente de recursos externos. Este capítulo foi responsável por quebrar paradigmas a ponto de compreender que a dinâmica socioeconômica de Piraúba permite que sejam feitos desdobramentos mais complexos sobre sua classificação.

Para chegar a essa conclusão, este capítulo irá tratar da região a qual Piraúba está inserida. Desde o recorte macro, a Zona da Mata Mineira, compreendendo seu processo de colonização e desenvolvimento econômico; posteriormente, os estudos se seguem, de forma breve, para a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, que, desde 2017, representa o território da Zona da Mata e parte das Vertentes; e, posteriormente, analisa-se a Região Geográfica Imediata de Ubá, subdivisão da intermediária de Juiz de Fora, e seu Arranjo Produtivo Local (APL), voltado à produção moveleira, no qual Piraúba está inserido.

##### **4.1. A Zona da Mata Mineira**

O estado de Minas Gerais não foi conformado de maneira uniforme, iniciou seu desbravamento a partir da economia mineradora, porém cultivou locais inexplorados com as proibições de abertura de caminhos no território, “associadas às características primitivas da terra, resultaram na conformação de regiões diferenciadas no interior da própria capitania” (SOARES, 2009, p.43).

Nesse contexto encontrava-se a Zona da Mata mineira, conhecida à época como “sertões da capitania” ou “zona proibida”, área de Mata Atlântica densa e terra de indígenas ainda não catequisados. Além disso, por se configurar como área de passagem para o litoral do Espírito Santo e Rio de Janeiro, a Mata era local de extravio e contrabando do ouro. Portanto “a Coroa adotou a política de proibir concessões de terras e abertura de picadas nas áreas de floresta dos Sertões do Leste a fim de evitar o contrabando (...)” (MATTOS, 2016, p.287).

Essa política se alterou a partir do século XVIII, com a criação do Caminho Novo, que “foi o primeiro movimento efetivo no sentido de fixação do agente colonizador” (SOARES, 2009, p.45). Essa ligação entre o porto carioca e as minas tanto influenciaram na expansão de lavouras – o que gerou um excedente a ser exportado – para a região da Zona da Mata, o que lhe conferiu proeminência em vista do enfraquecimento da mineração. A partir das produções agrícolas, formaram-se

“três sub-regiões: norte, que corresponde à área de vizinhança da fronteira do médio rio Doce, território dos atuais municípios de Ponte Nova, Manhauçu, Abre Campo, Araponga; a área central, caracterizada por propriedades camponesas menores e com alta densidade populacional, correspondendo aos atuais municípios de Ubá, Viçosa, Rio Pomba, Senador Firmino, etc.; e o sul, com propriedades rurais maiores, equivalente aos municípios de Juiz de Fora, Rio Novo, Mar de Espanha, Leopoldina, Além Paraíba” (SOARES, 2009, p.61).

Quanto no deslocamento da população para consolidar postos de fiscalização, através da instalação de presídios, freguesias, aldeias, vilas<sup>13</sup> e a ‘civilização’ dos indígenas. A primeira freguesia na Zona da Mata, a do Mártir São Manuel do rio da Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados, hoje cidade de Rio Pomba, foi instalada em 1767. Nesse contexto, junto aos colonos, a igreja teve grande importância na consolidação das freguesias instalando capelas no território, “já que na época a Igreja exercia uma grande centralidade na vida social” (MATTOS, 2016, p.287-288).

Contudo, foi em 1810 que os fazendeiros passaram a ocupar essa porção do estado, e sua proeminência se deu a partir da plantação e exportação de café, latente na área a partir de meados do século XIX, com destaque para o sul da Zona da Mata. As ferrovias e rodovias que ligavam a região ao porto do Rio, como também a vocação para agricultura, foram essenciais para que a cultura do café fosse promissora na Zona da Mata.

Nessa fase um novo agente passa a ter destaque na produção do espaço, o fazendeiro produtor de café, pois as fazendas, aliadas à expansão das linhas ferroviárias, passaram a se desenvolver e consolidar pequenos núcleos urbanos, que contribuíram “para o adensamento da rede urbana regional”. “Esse é o caso das

---

<sup>13</sup> Instalações feitas no período imperial para colonização e controle do território brasileiro.

atuais cidades de Rochedo de Minas, Dona Eusébia, Piraúba e Volta Grande, por exemplo” (SOARES, 2009, p.164). Segundo Soares (2009), nesse período, a Zona da Mata era vista como área de expansão econômica e populacional, com alta proporção de escravos, com predomínio de habitantes do sexo masculino e jovens.

A partir do início do século XX, a cultura cafeeira da Zona da Mata decaiu e adquiriu menor representatividade no total da produção de cafeeira de Minas, com cerca de 40% (BARROS, 2020, p.62). Soares (2009) afirma que a prática de cultivo realizada pela população da região era prejudicial ao solo, tornando-o estéril devido às queimadas e, até mesmo, a forma de comercialização, em pequena escala e a partir de trocas, eram fatores que dificultavam a exportação do café, principalmente na área central da região.

Junto a isso, algumas cidades permaneceram em destaque em relação a outras, tanto em termos de produção, como em termos de possibilidade de escoamento da produção e da distribuição das manufaturas. Essa alteração produtiva que reorganizou a relevância das cidades colaborou para a consolidação de uma rede urbana “pobre e fortemente polarizada por poucas e relativamente grandes cidades” (SOARES, 2009, p.145).

A partir da década de 1930, a economia cafeeira se deslocou para outras regiões do estado e, nos anos 1960, a indústria de base se tornou foco principal do governo federal, que fomentou investimentos na região siderúrgica mineira. O que acabou por transferir os investimentos que se realizavam na Zona da Mata para regiões especializadas na produção industrial mineira (BARROS, 2020, p.71).

Apenas a partir dos anos 1990 é que a produção industrial ganha proeminência na Zona da Mata, período em que recebeu a instalação de empresas importantes, como a PIF-PAF em Visconde do Rio Branco, a Mercedes-Benz em Juiz de Fora, a FRIVAP em Ponte Nova e a *Interblue* em Leopoldina. Mesmo assim, em seu relatório, o BDMG atribui à região a posição de intermediária nesse setor, sendo essa “pouco industrializada, com atividade agropecuária tradicional voltada, em sua maior parte, para o atendimento do mercado local e regional (...)” (BDMG, 2000, p.29). Nota-se então, que essa região foi condicionada a um processo de especialização produtiva, o que a afastou de sua vocação agrícola.

O fundo criado pelo estado para o desenvolvimento da indústria em Minas Gerais, beneficiou 10 municípios da região, concentrando atividades em Juiz de Fora, juntamente a Cataguases, contemplando principalmente a indústria têxtil e

alimentícia. Ou seja, os investimentos no setor secundário fortaleceu a polarização exercida por centros maiores ao passo que concentrou os investimentos em cidades que já apresentavam certa dinâmica econômica.

Já no setor agrícola – destaque da economia da Mata – o estado focou na distribuição de crédito rural, incentivos fiscais, apoio institucional e na infraestrutura. Nesse caso, a região da Zona da Mata recebeu um dos maiores programas de incentivo, conhecido como PRODEMATA<sup>14</sup>. Soares (2019) aborda que, por parte dos proponentes, não houve interesse de compreender o funcionamento do que a autora chama de “economia camponesa”, que predominava na Zona da Mata. O foco do projeto se dava na produção comercializável, e descartou aquela envolvida no autoconsumo, “responsável pela configuração de boa parte das formas de reprodução social local” (SOARES, 2019, p.10).

O projeto propunha o subsídio de crédito, assistência técnica, estratégias para integração com a indústria e o mercado, oferta de serviços de saúde e educação. No intuito de “conciliar a modernização tecnológica de determinados setores da atividade agrícola com o aumento do emprego da mão de obra e com uma política de desenvolvimento voltada à expansão do mercado interno” (SOARES, 2019, p.10).

Apesar de o programa garantir grandes ganhos, diversos problemas surgiram ao longo de sua implementação. Soares (2019) expõe que, num relatório elaborado pela Universidade Federal de Viçosa, o lucro obtido pelos produtores donos de até 10 hectares servia apenas para sua subsistência, fato que correspondia a cerca de 35% dos agricultores da região. Em contrapartida, segundo o mesmo estudo, os produtores donos de maiores extensões de terra foram capazes de acumular capital, o que aumentou a exploração agropecuária, garantiu à modernização de sua produção e sua inserção na economia de mercado, desenvolvimento ocorrido com apenas 24% dos envolvidos no programa.

---

<sup>14</sup> Vigente entre os anos de 1976 e 1985, “o PRODEMATA, dentre os programas especiais para o desenvolvimento da agricultura mineira, constituiu-se no primeiro programa integrado, proposto em nível de um estado e a ter financiamento externo, pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento-BIRD. O programa tinha como objetivo recuperar e revitalizar a economia agrícola da Região, que se encontrava em processo de decadência e esvaziamento econômico, sobretudo a partir da política de erradicação dos cafezais, e ainda, por prevalecer a grande concentração de pequenos produtores” (BDMG, 2000, p.26-27).

O oposto do que se desejava com o projeto – evolução da produção agropecuária dos pequenos produtores – acabou por desencadear a emigração da população campestre para as áreas urbanas e, quando não, os pequenos produtores remanescentes vendiam suas terras e se tornavam mão-de-obra para os latifundiários.

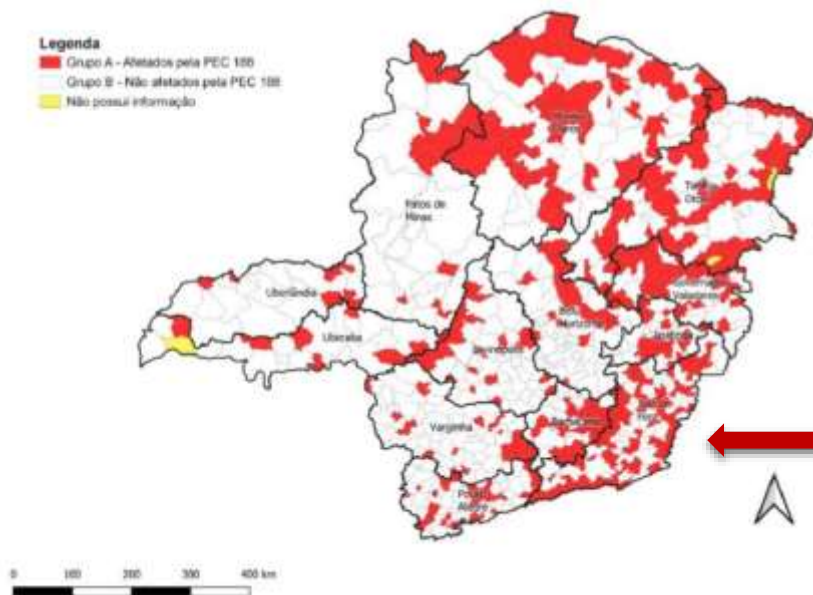
Como resultado, próximo aos anos 2000, o destaque na integração do PIB da região da Zona da Mata era atribuído ao setor de serviços (59,8%), seguido pela indústria (28,8%) e, por fim, a agropecuária (11,4%) (BDMG, 2000, p.33). Essa decaída da agropecuária marcou a Zona da Mata mineira – que tinha como principal fonte de renda a produção agrícola desenvolvida desde seus primórdios – o que provocou a desigualdade socioespacial no território.

“No conjunto das 66 microrregiões de planejamento de Minas Gerais, constata-se que cinco, das sete microrregiões da Zona da Mata (Viçosa, Manhuaçu, Ponte Nova, Muriaé e Ubá) enquadram-se não apenas entre as de médio ou baixo índice de crescimento do PIB/habitante no período 1985-1997, mas, também, entre aquelas que apresentam baixo valor monetário do mesmo em 1997” (BDMG, 2000, p.35).

O estímulo do setor industrial apenas colaborou para que essa desigualdade se aprofundasse, já que concentrou investimentos em poucas cidades. A busca incessante pela modernização/industrialização, que foi estimulada pelo governo federal; a ideia de abandonar a qualidade de “país agrário” implantada em meados do século XX; fez com que o território da Mata mineira padecesse com assimetrias econômicas e de qualidade de vida, principalmente, pelo fato de ser majoritariamente constituído por pequenos municípios de baixa dinâmica econômica, inclusive no setor industrial. Restaram poucos núcleos urbanos desenvolvidos economicamente, que polarizam as demais cidades.

O reflexo desse fato pode ser observado no informativo expedido pela FJP (2019), que analisou os reflexos da possível implementação da PEC nº 188/2019, do “Pacto Federativo”, no estado de Minas Gerais. Segundo a Fundação, cerca de “49,4% dos municípios mineiros atendiam aos requisitos propostos pela PEC no 188/2019 e estariam sujeitos à extinção” (FJP, 2019, p.01). No caso da Zona da Mata – tratada no documento como Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora –, segundo as análises, seriam 52,4% dos municípios a serem extintos. No *ranking* estadual a região ocupa a sexta posição de maior número de extinções municipais, caso a PEC 188/2019 seja aprovada.

Figura 3 - Mapa Municípios sujeitos a extinção devido aos critérios da Proposta de Emenda Constitucional n° 188/2019 - 2017 - Minas Gerais

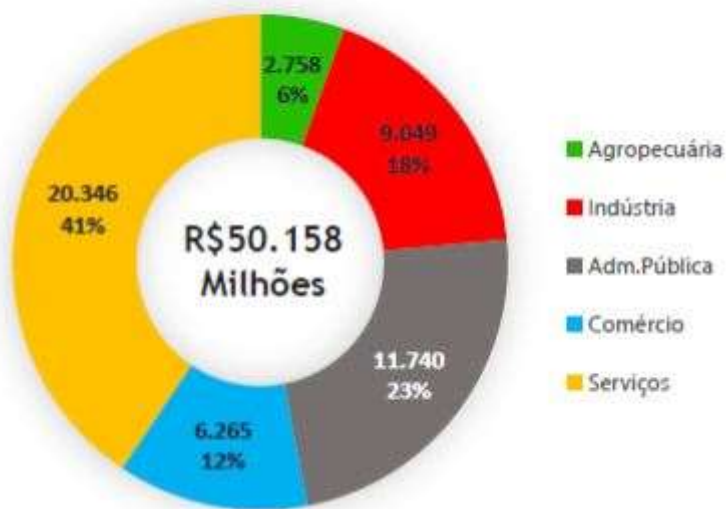


Fonte: “Finanças Públicas Extinção de Municípios pela PEC 188/2019”. Elaboração: Fundação João Pinheiro, 2019. Adaptada pela autora.

Um panorama sobre a contribuição da região para o PIB do estado nos revela que a decaída sofrida a partir da década de 1930 ainda tem efeitos. Ao analisar os dados de 2018, a Zona da Mata contribuiu com apenas 10% do PIB AGRO de Minas, o que lhe confere uma posição mediana em relação às outras regiões mineiras. Já no PIB geral, Minas detinha um valor de R\$614.875.820,00, onde a região da Mata contribuía com apenas 9%, sendo ela a que concentra 13% da população e a maioria dos municípios do estado (SEBRAE, 2021). No ano de 2018, o maior contribuinte para o PIB da região era o setor de serviços, seguido por administração pública, o que demonstra que o investimento no setor secundário não promoveu tanto retorno e a região depende do giro de capital promovido pelo serviço público.

Figura 4 - Contribuição por setor no PIB regional

### Valor Adicionado por setor (Em R\$ milhões) | 2018



Fonte: “Panorama socioeconômico: Regional Zona da Mata e Vertentes”. Elaborado por: SEBRAE, 2021.

Nesse contexto, faz sentido que a região conte com uma proporção elevada de Microempreendedores Individuais, Micro e Pequenas Empresas e Pequenos Negócios, já que essa tipologia se alinha com a dinâmica econômica apresentada e também com a concentração de pequenas cidades na região. Segundo dados organizados pelo SEBRAE (2021), a região perde, apenas, para a Metropolitana de Belo Horizonte em termos de concentração dessas tipologias empresariais.

Figura 5 - Participação percentual em relação aos indicadores de Minas Gerais

	CENTRO	CENTRO-OESTE E SUDOESTE	JEQ. E MUCURI	NOROESTE E ALTO PARANAÍBA	NORTE	RIO DOCE E VALE DO AÇO	SUL	TRIÂNGULO	ZONA DA MATA E VERTENTES
Área Territorial (%)	7%	8%	13%	18%	20%	8%	7%	12%	<b>8%</b>
Nº Municípios	9%	10%	9%	6%	10%	14%	16%	5%	<b>20%</b>
População (2010)	30%	9%	6%	5%	8%	10%	11%	9%	<b>13%</b>
PIB (2010 R\$ mil)	37%	8%	2%	5%	4%	9%	12%	14%	<b>9%</b>
PIB AGRO (2010 R\$ mil)	4%	13%	5%	21%	6%	5%	14%	22%	<b>10%</b>
Pequenos Negócios	27%	9%	7%	5%	11%	8%	11%	8%	<b>12%</b>
MEI (mil./2019)	37%	10%	4%	4%	5%	9%	11%	9%	<b>12%</b>
MPE (2019)	31%	11%	3%	6%	5%	8%	13%	11%	<b>13%</b>

Fonte: “Panorama socioeconômico: Regional Zona da Mata e Vertentes”. Elaborado por: SEBRAE, 2021.

Apesar da evolução nos setores propriamente urbanos, a tradição agrícola permanece na região, em vista de a Zona da Mata, juntamente à Vertentes, ser a terceira maior produtora de rebanhos caprinos, suínos e galináceos do estado. Outro índice apresentado pelo SEBRAE (2021) se relaciona aos produtos mais exportados pela região, sendo o café o principal, seguido por elementos químicos e produtos não beneficiados – como ligas de ferro. Esses dados demonstram também a presença do extrativismo como uma forma de reprodução do capital na região.

#### **4.2. Da Zona da Mata mineira à Região Intermediária de Juiz de Fora**

A partir de 2017, o IBGE passou a dividir o território dos estados brasileiros em Regiões Geográficas Intermediárias<sup>15</sup> e essas, por sua vez, em Regiões Geográficas Imediatas. As intermediárias são delimitadas a partir de uma cidade polo que apresente alto nível de polaridade em relação às demais, como é o caso das Capitais Regionais e Metrôpoles<sup>16</sup>.

Juiz de Fora é a cidade polo da Região Intermediária que compreende a Zona da Mata e parte das Vertentes. Não por acaso, a cidade é a quarta maior centralidade do estado, e sua rede urbana a vincula a centros como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além de polarizar todas as cidades dentro da sua região e parte do sul de Minas. De acordo com o REGIC (2018), Juiz de Fora é considerada uma Capital Regional de tipo B, uma das “centralidades de referência no interior dos Estados” (IBGE, 2018, p.11).

---

<sup>15</sup> Caracterizam-se por exercer função intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Imediatas (IBGE, 2017, p.20).

<sup>16</sup> Conceitos já abordados no capítulo 01.



penetração no território à sua volta, sendo também sua porta de entrada e saída” (SOARES, 2009, p.149). A cidade passou a exportar produção não só para outras localidades mineiras, como também para São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Essa diversificação se deu também a partir do poder aquisitivo e empresarial de certo contingente de mão-de-obra livre e assalariada presente na cidade, que apesar de concentrar grande número de escravos, recebeu imigrantes em meados de 1850. “Os estrangeiros chegaram a perfazer 50% dos empresários do município” (SOARES, 2009, p.153). A cidade chegou ao século XX concentrando cerca de 25% de toda produção industrial mineira (BARROS, 2020). Essa tendência ainda procede na atualidade, de forma que no relatório do BDMG (2000), afirma-se que a microrregião de Juiz de Fora (sua Região Geográfica Imediata) correspondia a 60% da participação da região da Zona da Mata no PIB Industrial do estado de Minas.

O que podemos perceber a partir disso é que a colonização da Zona da Mata e suas heranças são definidoras tanto de sua rede urbana quanto da dinâmica econômica de suas cidades. Principalmente pela forma como o desenrolar da abolição da escravatura foi conduzida, de um lado mão de obra barata para a consolidação de novos setores econômicos, de outro, o deslocamento de imigrantes para cidades previamente consolidadas com importantes relações com a coroa portuguesa.

Outro fato levantado por Barros (2021) diz respeito à relevância da cidade para a implementação das políticas setoriais na região, como saúde, educação e segurança, concentradas no município, que é responsável por suas sedes macrorregionais. Outros serviços de ordem política e econômica também se concentram na cidade.

Essa organização acaba por gerar um fluxo entre as cidades polo das regiões geográficas imediatas que constituem a região intermediária de Juiz de Fora, que por sua vez atenderão centros menores e promoverão um refluxo para a cidade. Essa rede de serviços gera uma nova centralização que tem Juiz de Fora como foco principal e por isso fortalece suas conexões com outras redes de âmbito nacional (ilustrada na figura 7). Esse movimento dialético incute na cidade a função de polo.

Figura 7 - Conexões externas estabelecidas pelo AP de Juiz de Fora



Fonte: “Regiões de Influência das Cidades 2018”. Elaboração: IBGE (2018).

Nesse contexto, é inegável a influência de Juiz de Fora na organização do território regional como também na produção do espaço urbano das cidades polarizadas por ela. Tendo em vista que seu desenvolvimento econômico reflete em suas formas urbanas e esse passa a ser o ideal de cidade desenvolvida, muito dessas formas serão reproduzidas em pequenas cidades.

#### 4.3. A Região Imediata de Ubá e seu APL Moveleiro

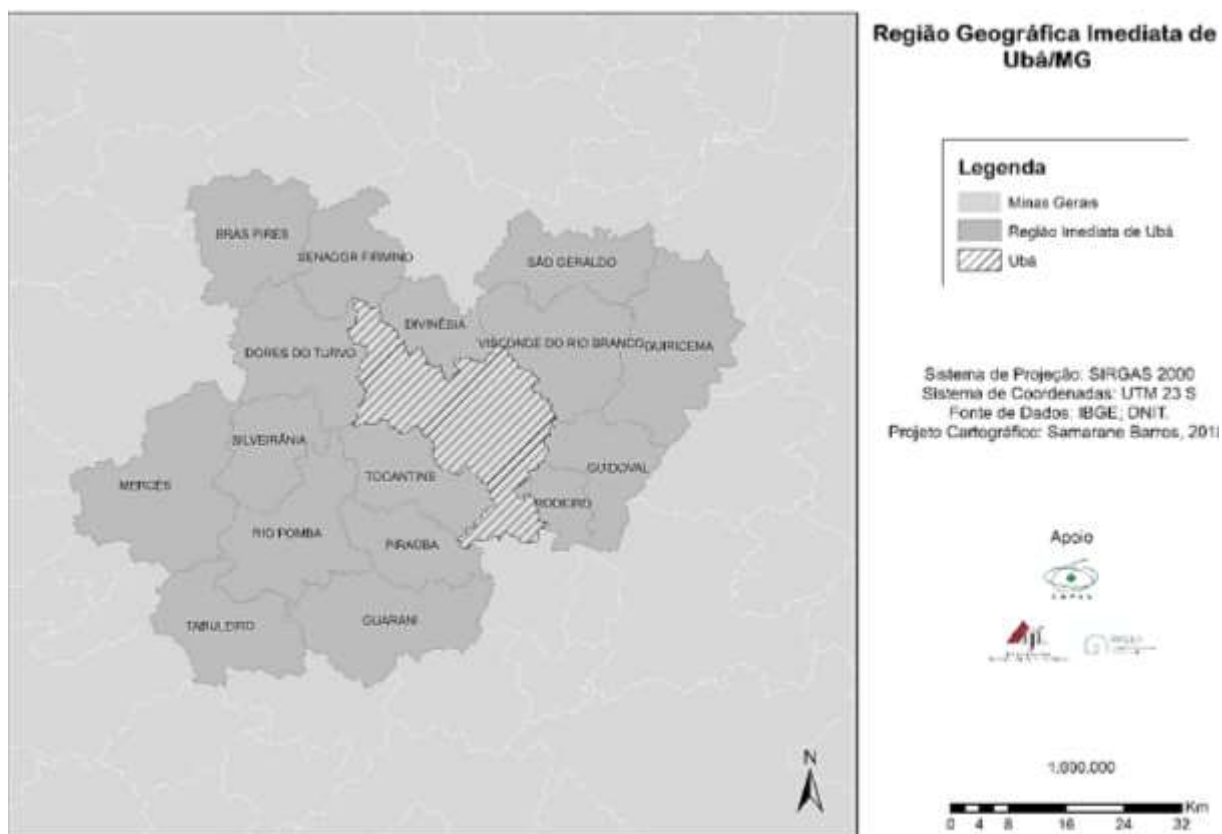
A cidade de Ubá, localizada na Região Intermediária de Juiz de Fora, é polo de sua Região Geográfica Imediata<sup>17</sup> composta por 17 municípios. Assim, Ubá enquanto polo regional é importante elo “que o capital encontra para a sua manifestação em espaços menos complexos como as cidades menores do entorno” (BARROS, 2020, p.123).

Assim como nas demais regiões imediatas da Zona da Mata, grande parte dos municípios da região de Ubá é de pequeno porte demográfico (Figura 8). Dentre os de maior contingente populacional, o município de Ubá possui 101.519 habitantes

<sup>17</sup> Segundo o IBGE (2017), as regiões geográficas imediatas “são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações”, são centros que convergem comércio, educação, serviços, trabalho e repartições públicas que não se estabelecem em cidades de pequeno porte. Ao mesmo tempo, necessitam estar em centros intermediários para atender a demanda da população de sua hinterlândia, evitando longos deslocamentos.

(IBGE, 2010), seguido pelo município de Visconde do Rio Branco com 37.942 habitantes, 5 municípios – incluso Piraúba – apresentam entre 10 e 18 mil habitantes e outras 10 municipalidades estão abaixo de 10 mil habitantes (IBGE, 2010).

Figura 8 - Região Geográfica Imediata de Ubá



Fonte: “ANÁLISE COMPARATIVA DE TRÊS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS: Ponte Nova, Viçosa e Ubá no contexto da rede urbana da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/MG”.  
 Elaboração: Samarane Fonseca De Souza Barros, adaptado do IBGE.

Ubá se consolidou a partir da fundação de uma igreja, onde se formou uma vila, proveniente da doação de sesmarias para fazendeiros, por um período o território pertencia à cidade de Visconde do Rio Branco. Em seus tempos de pujança cafeeira, contou com vasta mão de obra escrava e, logo após, recebeu levas de imigrantes italianos. Assim como muitas outras cidades da região, sua base econômica era a agricultura, com destaque para a produção de fumo, com proeminência até a década de 1950 (ALBINO, *et. al.*, 2008; IBGE, 2021).

Apesar da relevância da produção agrícola o município passou por uma especialização funcional que garantiu o desenvolvimento da indústria na sua região, principalmente a partir da década de 1990, com o desenvolvimento dos ramos mobiliário, alimentício, vestuário e destilaria, presentes na microrregião. Barros (2020) aponta que a cidade de Ubá apresenta um setor terciário evoluído, para além

da produção industrial voltada à fabricação de móveis, com comércio de filiais e redes de supermercados – tanto de atacado como de varejo – que atendem toda a região imediata.

A proeminência de Ubá se dá a partir dos anos 1960, com a instalação de fábricas de móveis, principalmente por parte de micro e pequenos empresários, e a decorrente consolidação do Arranjo Produtivo Local na região. Segundo Barros (2020), o APL se destaca como maior produtor de móveis do estado e o terceiro maior do país. Tal destaque favorece a concentração de serviços e comércios na cidade-polo, o que gera um ciclo já que “os serviços privados encontrados em Ubá corroboram para a maior inserção do capital no território e, em certo ponto, da gestão a ele articulada” (BARROS, 2020, p.119).

Assim como Juiz de Fora concentração repartições importantes de serviços públicos, a história se repete, em menor escala, com Ubá. O município é classificado enquanto uma Gerência Regional de Saúde, responsável por atender 31 municípios, e concentra a maioria de leitos, estabelecimentos de saúde e profissionais da área na região (BARROS, 2020). Ubá também abriga a Superintendência Regional de Educação – a qual ainda abarca cidades de fora da região imediata – e, dentro da Região Intermediária de Juiz de Fora, está em 4º lugar no número de estabelecimentos privados de educação.

O fluxo na região se dá, principalmente, vinculado ao trabalho. Tocantins, Rodeiro e Guidoal são os municípios da região que mais exercem esse fluxo, porém municípios de outras regiões como Juiz de Fora, Muriaé, Ponte Nova e Cataguases também cedem trabalhadores para a cidade. O movimento contrário – fluxo de trabalho que parte de Ubá – ocorre dentro da região do APL, o que, segundo Barros, denota “sinergia existente entre as cidades do arranjo” (2020, p.93).

Essa sinergia entre os municípios da região imediata, ocasionada pelo APL, faz com que as desigualdades entre as cidades não sejam tão discrepantes como em outras regiões imediatas mineiras. No trabalho de Barros (2020), a pesquisadora compara a região de Ubá com a de Ponte Nova e Viçosa, e afirma que comparado a essas regiões “o espaço imediato de Ubá é mais equilibrado no que diz respeito a gestão do território, isto porque as cidades são mais desenvolvidas economicamente, muito em função de algumas delas pertencerem a APL moveleira” (BARROS, 2020, p.92).

Além disso, a cidade estabelece fluxos com outras regiões, inclusive em busca de estudo e trabalho. Ao analisarmos as ligações estabelecidas entre Ubá e outras cidades a partir do mapeamento feito por Barros (2020), sua relação com outros centros também excede os limites da região sudeste do país, o que pode revelar como a instalação do APL fez com que a rede urbana de Ubá se expandisse (Figura 9).

Figura 9 - Fluxos da rede urbana a partir de Ubá



### Fluxos do espaço de Ubá/MG para estudo e trabalho

#### Legenda

- Limites Estaduais
- Ubá
- Região Imediata de Ubá
- Fluxos que chegam em Ubá
- Fluxos que saem de Ubá

APOIO

Sistema de Projeção: SIRGAS 2000  
Sistema de Coordenadas: UTM 23 S  
Fonte de dados: IBGE  
Projeto Cartográfico: Samarane Barros, 2019

0 110 220 440 660 880 Km

Fonte: “ANÁLISE COMPARATIVA DE TRÊS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS: Ponte Nova, Viçosa e Ubá no contexto da rede urbana da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/MG”.  
Elaboração: Samarane Fonseca De Souza Barros, adaptado do IBGE.

#### 4.3.1. O Arranjo Produtivo Local de Ubá

O APL de Ubá foi citado com frequência até aqui, porém se faz necessário que seja elucidado tanto o conceito quanto o arranjo em si, principalmente para compreender a dinâmica econômica do campo de estudos. Segundo Carmo (2011) o conceito de Arranjo Produtivo Local foi desenvolvido pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (UFRJ). Diz respeito aos aglomerados de atividades econômicas, neste caso industrial, que estabelecem “relações em rede entre empresas e outras instituições” por consequência de uma concentração de produções afins – como é o caso do setor moveleiro – na busca pela mobilização conjunta em prol de capacitação, soluções, atendimento de demandas e desenvolvimento do setor destaque (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011, p.02; ALBINO *et. al.*, 2008).

“Entender os APLs como redes não somente empresariais, mas também como rede social é fundamental para se compreender a relação entre firmas, empresários, instituições e sociedade local presentes nos chamados clusters ou arranjos produtivos locais” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011, p.02).

O APL de Ubá é voltado para indústria moveleira, e se destaca tanto em Minas Gerais como no Brasil. No estado, o polo é um dos mais importantes no setor e divide posição com Belo Horizonte (BUSTAMANTE, 2004). Sua origem se dá entre 1960 e 1970, com a instalação da Itatiaia Móveis – maior empresa do setor no Brasil – e com a empresa Dolmani, grande empregadora local. Com o fechamento da Dolmani, boa parte dos ex-funcionários abriram seu próprio negócio no ramo. Crocco e Horário (2001), confirmam o fato ao trazer dados sobre o número de empresas que existiam em Ubá, nos anos 1970 eram cerca de 25, já em 1980 o número chega a 72 empresas voltadas a indústria moveleira, principalmente de pequeno e médio porte (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

O histórico se desenrola com a primeira Feira de Móveis de Minas Gerais (FEMUR) em 1994, a instalação do Balcão Sebrae em 1995 e a criação da Agência de Desenvolvimento de Ubá e Região (ADUBAR). Em 2004 iniciou-se o Fórum de Desenvolvimento do Pólo Moveleiro de Ubá, gestor do arranjo produtivo, e foi iniciado o planejamento do APL (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

O APL é integrado por 310 empresas formais, 53 informais, e gera mais de 35 mil empregos (BARROS, 2020). Das 17 cidades que integram a Região Imediata de Ubá, 8 conformam o APL (Figura 10).

Figura 10 - Municípios integrantes do APL Moveleiro de Ubá



Fonte: "UNIR PARA CRESCER: INSTITUIÇÕES, ESPAÇO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PÓLO MOVELEIRO DE UBÁ, MINAS GERAIS". Elaboração: Antônio Oliveira Júnior, 2011, adaptado da FJP.

"A indústria moveleira de Ubá e Região reúne vários elementos capazes de caracterizá-la como um arranjo produtivo local de sucesso. Concentrando um número significativo de empresas com características similares, a economia de Ubá e seu entorno detêm seus ciclos de desenvolvimento baseados no desempenho da indústria moveleira local" (ALBINO Et. Al., 2008, p.07).

A região apresenta uma diversidade de indústrias em termos de porte e seguimento, como a Paropas (colchões), Itatiaia (móveis em metal para cozinha), Parma (móveis de luxo em madeira), a Maguimóveis (estofados) e outras pequenas empresas como Célio Estofados, localizado em Piraúba. Segundo Crocco e Horácio (2001), "nos segmentos "fabricação de móveis com predominância de metal" e "fabricação de colchões", a microrregião de Ubá apresenta o maior tamanho médio de estabelecimento no Brasil" (CROCCO e HORÁCIO, 2001, p.45).

As problemáticas que engendram o APL moveleiro de Ubá, se relacionam principalmente à falta de capacitação via ensino formal por parte dos empresários

locais e até mesmo funcionários: “Boa parte dos atuais empresários de hoje foram funcionários de empresas moveleiras locais no passado e abriram seu próprio negócio com base no conhecimento adquirido no dia-a-dia do ‘chão-de-fábrica” (BUSTAMANTE, 2004, p.90). Além disso, a dificuldade para o acesso à matéria-prima de qualidade, principalmente madeira. Déficit que é contornado com o uso de madeira pinus e eucalipto, plantados na região.

Já as potencialidades giram em torno da boa disponibilidade de mão de obra na própria região do APL, com exceção de cargos de gerência. Ademais, a boa localização geográfica: próximo a grandes centros consumidores, ao litoral – o que facilita a exportação – e a proximidade as regiões Norte e Nordeste em vista dos demais APL’s moveleiros que se localizam no Sul do Brasil (BUSTAMANTE, 2004).

Os setores de apoio e correlacionados são bem fundamentados, em vista da parceria com universidades, agências de *marketing* especializado e “fornecedores de insumos próximos do arranjo, como exemplos fornecedores de maquinário para a indústria moveleira, empresas fornecedoras de kits para montagem dos móveis” (ALBINO Et. Al., 2008, p.09-10).

Além disso, diversas instituições fomentam o arranjo produtivo. A MOVEXPORT, Associação dos Exportadores de Móveis de Ubá e Região, congrega nove empresas focadas na exportação da produção; o SETEX, programa de estruturação e qualificação das empresas para competir no mercado internacional (CROCCO e HORÁCIO, 2001, p. 59); o *Minas Furniture*, outro consórcio de empresas para exportação de produtos (OLIVEIRA JÚNIRO, 2011); a ADUBAR (Agência de Desenvolvimento de Ubá e Região), voltada para a viabilização do interesse da comunidade a partir da articulação de lideranças políticas, comunitárias e empresariais; SENAI, denominado Centro de Formação Profissional José de Alencar Gomes da Silva, fundado em 1993, com cursos voltados para atender a demanda do setor moveleiro; e SEBRAE, que “trabalha em parceria com as instituições envolvidas diretamente com o setor moveleiro” (BUSTAMANTE, 2004, p.116-117).

Para estabelecer contato com compradores do estado e do país, o movimento empresaria do APL realiza desde 1994 a FEMUR - Feira de Móveis de Minas Gerais – que, teve em 2018, 85 expositores e 15 mil visitantes. No ano de 2022 a feira aconteceu no mês de janeiro com 63 expositores, a maioria da cidade de Ubá.

A relação que toda essa análise tem com a pesquisa da dissertação se dá por muitos fatores já que, ao longo dos capítulos anteriores diversos autores pontuaram sobre a importância de compreender a inserção regional do campo de estudos, de compreender sua interação numa rede urbana e no capitalismo de forma global. Porém, aqui vai um pouco além disso, o fato de Piraúba estar inserido em um APL moveleiro implica que o mesmo se comporte como um agente produtor do espaço urbano, em vista que o próprio arranjo é um agente do capital.

“O Arranjo Produtivo ocorre onde há atividade produtiva de qualquer bem ou serviço, uma vez que o seu entorno será estimulado no sentido de ofertar matérias-primas, máquinas e outros recursos necessários ao desenvolvimento de tal atividade, assim como o envolvimento de atores ligados à comercialização dos produtos e prestação de serviços” (CARMO, 2011, p.05).

Essa atuação ocorre pela atração que o APL produz no território em que está inserido. Indústrias, empresas, recursos, instituições e serviços, comércio e ensino especializado. Com tudo isso alocado nesse território, logicamente, irá conduzir sua forma não só de produção como de reprodução. Essa ação, ainda insere outro agente no processo, o Estado, porque é a partir de suas deliberações, seu nível de permissão e proibição e as legislações elaboradas que o APL se organizará (CARMO, 2011).

No caso do Arranjo Produtivo de Ubá, podemos encontrar alguns exemplos do reflexo da ação desses agentes no espaço urbano. O primeiro fato, abordado por Crocco e Horário (2001), é o fato de a cidade-polo do APL – Ubá – não apresentar distrito industrial. Essa informação é de 20 anos atrás porém, ao consultar dados atuais, ela segue sendo uma realidade. As duas consequências ocasionadas por tal fato é a pulverização das fábricas pelo tecido urbano e a evasão da cidade por parte das indústrias, na busca por área específica de Distrito Industrial. Caso relacionado é o da empresa Maguimóveis, antes sediada em Ubá e, desde de 2010, se deslocou para o Distrito Industrial de Piraúba. As empresas recebem apoio da prefeitura para instalação como “doação de terreno, serviços de terraplanagem, montagem do galpão, empréstimo de mão de obra, não cobrança de taxas municipais dentre outros” (CROCCO e HORÁCIO, 2001, p.72)

Outro reflexo promovido pelo APL é que, com o início de sua dinamização, entre 1990 e 2000, houve um relevante êxodo rural na região (BUSTAMANTE, 2004). Os moradores se deslocaram em busca de emprego nas fábricas, por fatores

como: pouca necessidade de qualificação para o trabalho, decaída da produção agrícola e, obviamente, oportunidade de renda salarial formalizada com carteira assinada. Bustamante (2004, p.91) aponta que, tal fato, pode ser observado em cidades como Rodeiro, Guidoal e Guiricema.

Oliveira Júnior (2011, p.12-13) aponta que “não necessariamente a dinâmica do pólo é reproduzida de forma igual nas economias locais que compõem a rede de produção e de articulações institucionais”, principalmente por tratar-se aqui de pequenas cidades. A homogeneidade econômica do APL requer que se supere alguns desafios. As assimetrias são nítidas quando, por exemplo, o autor compara Rodeiro, com Guiricema e Guidoal. Enquanto a primeira atrai migrantes por sediar a maior empresa de móveis da região (Móveis Lopas), e esse movimento acabou por gerar a produção intensa de loteamentos na cidade, as últimas, assistiram o fechamento de empresas, o desemprego e diminuição da população e da dinâmica econômica.

Rodeiro, Guidoal e Guiricema, assim como outras pequenas cidades do APL, inclui-se aqui Piraúba, apresentam similitudes em termos de problemáticas do espaço urbano. Oliveira Júnior (2011) relata em Rodeiro, a baixa qualidade da infraestrutura e problemas no abastecimento de água. Em Piraúba, identifica-se a má qualidade dos serviços de saneamento. O autor conclui que, apesar dos índices produtivos e econômicos do APL serem positivos, a “realidade social e econômica da população desta “região produtiva”, demonstram que existem obstáculos a serem vencidos, para que a própria economia do polo não perca a sua capacidade e a sua competitividade” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011, p.12-13). Ou seja, para quem os índices estão sendo realmente positivos?

No que tange ao planejamento do APL, as ideias, elaborações e desejo de desenvolvimento estão vinculados apenas ao plano econômico e deixa o espaço geográfico a mercê das políticas urbanas locais, muitas vezes inexistentes ou pouco eficazes. Essas são consequências de uma “estratégia de planejamento que embora tenha a noção de território como fundamental para o seu êxito, apenas olhe para o circuito produtivo das empresas” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011, p.17-18).

Ao longo do capítulo procurou-se apresentar as regionalizações que estão postas à Piraúba, principalmente por ter ciência de como essa inserção regional e as ligações firmadas com outras centralidades são capazes de influenciar tanto o desenvolvimento quanto a produção do espaço urbano.

## **5. O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PIRAÚBA**

Este capítulo pretende atender os objetivos específicos traçados na pesquisa, o referencial teórico apresentado nos capítulos 2 e 3 serão rebatidos nos dados e análises realizados sobre o espaço urbano de Piraúba, tanto àquelas apresentadas no capítulo 4 quanto as desenvolvidas para a compreensão da produção do espaço. Primeiramente a análise regional será rebatida no território de Piraúba afim de compreender como o município se insere nas suas regiões e arranjo, qual sua participação e quais trocas ele estabelece dentro deste contexto e também qual a influência dessa inserção regional na produção do espaço urbano local.

Depois será abordada a análise e caracterização de Piraúba enquanto pequena cidade baseadas no referencial teórico desenvolvido no capítulo 3 e nos dados coletados e apresentados no capítulo 4. Os próximos subcapítulos dizem respeito a produção do espaço propriamente dita, compreender os efeitos da inserção regional no espaço e também como se desdobram os processos de produção do espaço e seus agentes, onde as referências teóricas construídas no capítulo 2 serão rebatidas na leitura da cidade de Piraúba.

Em vista de ser um tema que é aplicado no estudo de metrópoles, busca-se no final do capítulo abordar as diferenças entre a produção do espaço urbano da pequena cidade com os estudos de caso apontados nas referências bibliográficas, com o objetivo de questionar o quanto as teorias em torno dessa temática contemplam a maioria das municipalidades brasileiras, as pequenas.

### **5.1. Os reflexos da inserção regional na conformação socioeconômica e territorial da cidade**

Este subcapítulo é dedicado a compreender os rebatimentos das divisões regionais na dinâmica socioeconômica de Piraúba. Santos (2018) ressalta a importância de compreender os efeitos da inserção regional na conformação da cidade:

“As cidades dos países subdesenvolvidos - desde a menor a mais importante - encontram sua definição em relação com os vínculos que mantém no exterior. As relações comandadas pela cidade em sua área de influência são, em grande parte, dependentes da natureza, da extensão, da

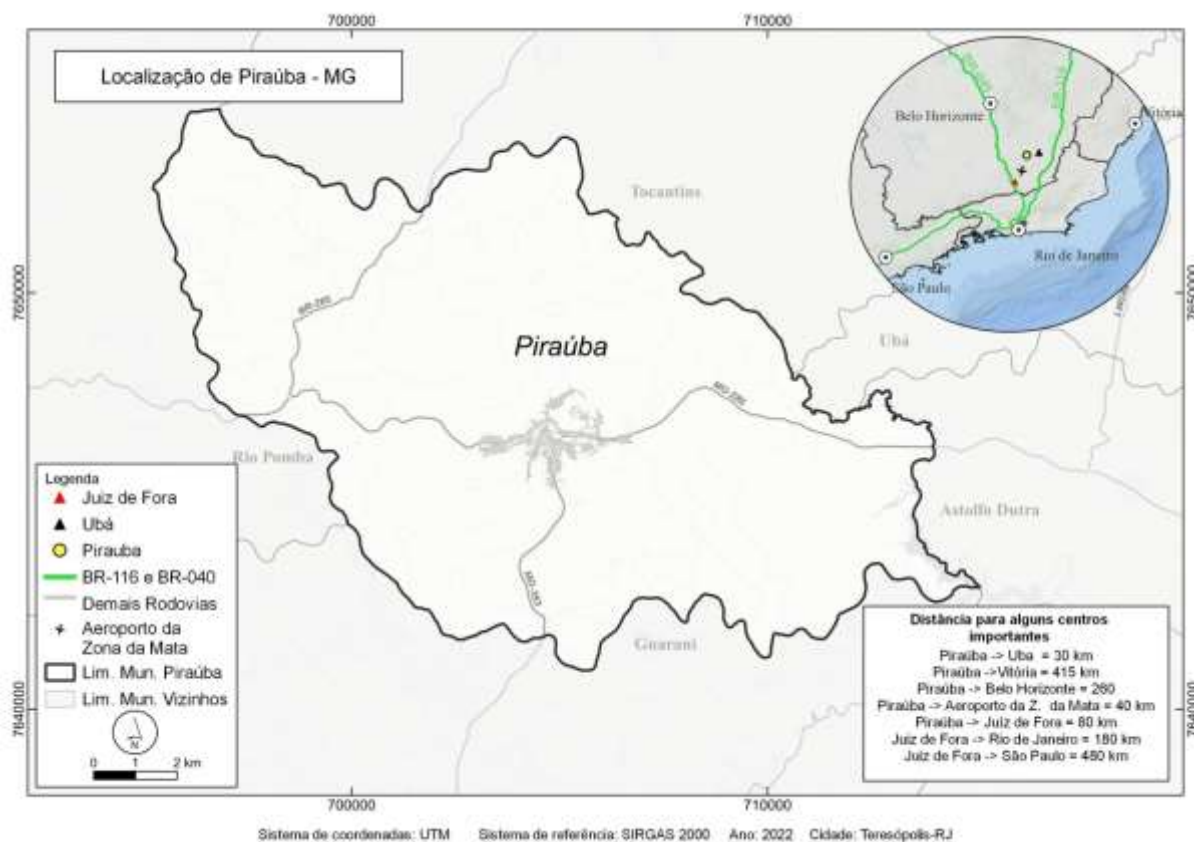
importância e da intensidade dos vínculos acima invocados" (SANTOS, 2018, p. 143).

Para assimilar Piraúba enquanto parte de uma rede urbana, é necessário que seja analisado o quanto a cidade absorve e retroalimenta os níveis escalares que sobre ela incidem (BARROS, 2020). Além disso, seu histórico deve ser levado em conta na busca de compreender como as mudanças ocorridas ao longo dos anos nas escalas regionais as quais pertence reverberam em seu território.

A base do estudo regional foi capaz de encorpar a análise sobre o campo de estudos no que diz respeito à sua caracterização e é importante, pois assim há uma assimilação do campo de estudos muito mais abrangente. Porém, como essas camadas que sobrepõe o território piraubano influenciam na produção de seu espaço urbano? Acredita-se que isso se desdobra em outra pesquisa que não é a qual essa se pretende, contudo como a intenção é desvendar os agentes e processos que constituem o espaço urbano de Piraúba é necessário ao menos pontuar as consequências da regionalização no espaço, pelo fato de que cada cidade inserida em um contexto regional apresentará formas urbanas relacionadas a esse contexto. Reitera-se a ponderação de Leão (2011): as pequenas cidades estabelecem uma relação íntima com seu entorno, mais do que os grandes centros.

Piraúba – campo de estudos – está localizado na Zona da Mata mineira, na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, inserido na Região Geográfica Imediata de Ubá e faz parte do Arranjo Produtivo Local, voltado para a produção moveleira.

Figura 11 - Localização do município e da malha urbana de Piraúba-MG



Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes (2022).

Assim como muitas cidades da Zona da Mata mineira, as primeiras ocupações no que hoje compreende o espaço urbano de Piraúba se deram a partir da instalação de uma fazenda de um proprietário de uma sesmaria da região. O arraial se formou nas terras da Fazenda Bom Jardim, que foram doadas pelo seu então proprietário João Antônio de Lemos, no ano de 1851, e recebeu o mesmo nome que a propriedade (CONDÉ, 1995). Portanto o primeiro agente produtor do espaço que atuou na conformação do que hoje é a cidade é a Coroa portuguesa, por sua divisão do território em sesmarias.

Até a década de 1950, Piraúba era distrito do município de Rio Pomba. A criação da freguesia Mártir São Manuel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados se deu em 1767, a ocupação de Piraúba por fazendeiros dotados de sesmarias teve início em 1810, o que revela a ocupação tardia de seu território.

Em lentos passos o arraial criou forma, dando o pontapé inicial à construção de uma capela, que demarcaria no futuro o centro da cidade. Apenas em 1889 os primeiros logradouros foram abertos, responsáveis por interligar a capela – hoje

paróquia da cidade – com a área que posteriormente seria ocupada por uma praça – a principal da cidade. Segundo Soares (2009, p.136), a capela era elemento importante para a fixação dos arraiais mineiros e para a demarcação de sua centralidade. A autora pontua que uma parte das terras doadas à igreja, eram concedidas para a ocupação por parte da população que pretendesse se instalar no arraial. No caso de Piraúba foi o que aconteceu, por meio dessa concessão, o arraial começou a ser ocupado no entorno da capela.

Como a Zona da Mata se desenvolveu a partir da expansão agropecuária, com doações de sesmarias a fazendeiros, ao longo de vales e rios e com a fixação de vilarejos a partir de capelas, esses são os primeiros traços que devem ser ressaltados enquanto condicionantes na produção do espaço urbano de Piraúba. Logicamente, trata-se de agentes pretéritos: fazendeiros, agricultores, igreja (religião). Como o espaço urbano é uma sobreposição de ações e formas, as ações dos agentes pretéritos ainda estão presentes no território.

Figura 12 - Foto da igreja e seu entorno (sem data)

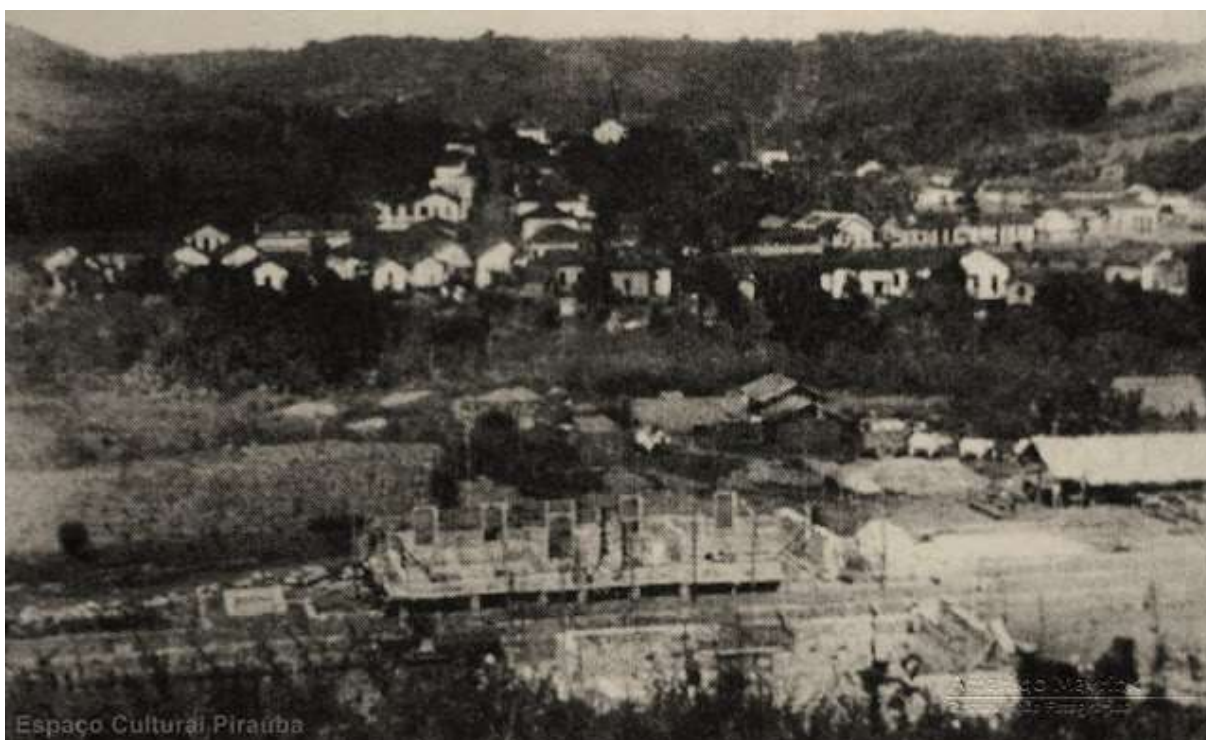


Fonte: Arquivo pessoal, Paula Filgueiras.

Anos antes, em 1886, o arraial recebeu a primeira estação da Estrada de Ferro Leopoldina, instalada na Fazenda Vila Irene, a cerca de 3,6km de distância do tecido urbano. Apenas em 1930 uma nova estação foi construída, na área

urbanizada, o que estimulou tanto o desenvolvimento do tecido urbano como a diversificação do comércio (CONDÉ, 1995). A alteração da estação demonstra que a proeminência deixa de ser da produção de uma fazenda específica e passa a ser necessário que a estação atenda outras demandas. Demonstra também o núcleo urbano bem demarcado que existia antes da estação, de maneira que a mesma não foi responsável por sua conformação e sim por sua consolidação.

Figura 13 - Construção da segunda estação da Estrada de Ferro Leopoldina, em Piraúba.



Fonte: Blog “O trem expresso” por Amarildo Mayrink<sup>18</sup>. Acervo histórico do COMPAC.

Entre a instalação da primeira Estação e seu deslocamento para próximo ao tecido urbano, Piraúba foi elevado a distrito (1890), em Vila de São Sebastião (1891) e sua população se organizou politicamente para pleitear a emancipação do território, conquistada em 1953 (CONDÉ, 1995).

---

<sup>18</sup> Link: <http://otremexpresso.blogspot.com/2016/06/estacao-pirauba-hoje-almojarifado-da.html>

Figura 14 - Vista para o pátio da estação e o tecido urbano de Piraúba, em 1956



Fonte: Blog “O trem expresso” por Amarildo Mayrink<sup>19</sup>. Acervo histórico do COMPAC.

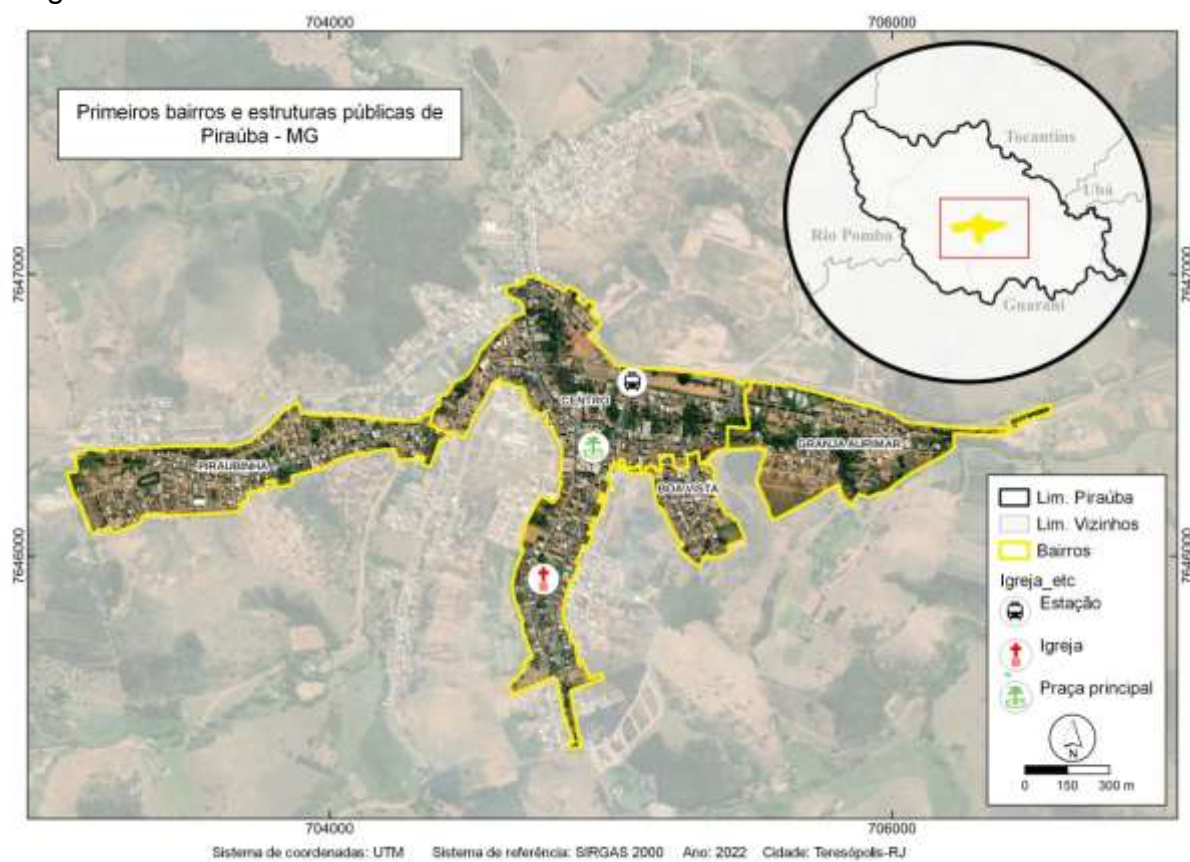
Logo após Piraúba se tornar município, o perímetro urbano se expandiu rapidamente e os primeiros bairros se formaram. Em 1956, foi criado o primeiro bairro fora da área central, denominado Boa Vista e, ao longo da via férrea, estabeleceu-se o bairro Granja Aurimar (1956), o que tendenciou uma ocupação a leste. O terceiro bairro surgiu a oeste do centro da cidade, o Piraubinha, criado em 1960 (Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Piraúba, 2011). A ferrovia foi definidora da forma atual do perímetro urbano, ao passo que as edificações e ruas foram surgindo no entorno de sua linha, tanto Granja Aurimar quanto Piraubinha são exemplos disso.

Soares (2009) aponta em sua pesquisa que a instalação da Estrada de Ferro Leopoldina pode ser considerada como um processo de produção do espaço urbano gerado pelo Estado enquanto agente pretérito. Segundo a autora, a ferrovia adensou a rede urbana regional por promover o crescimento do tecido urbano de diversas vilas, caso da atual cidade de Piraúba, como ela mesma cita, e pode ser observado nas figuras anteriores (13 e 14).

---

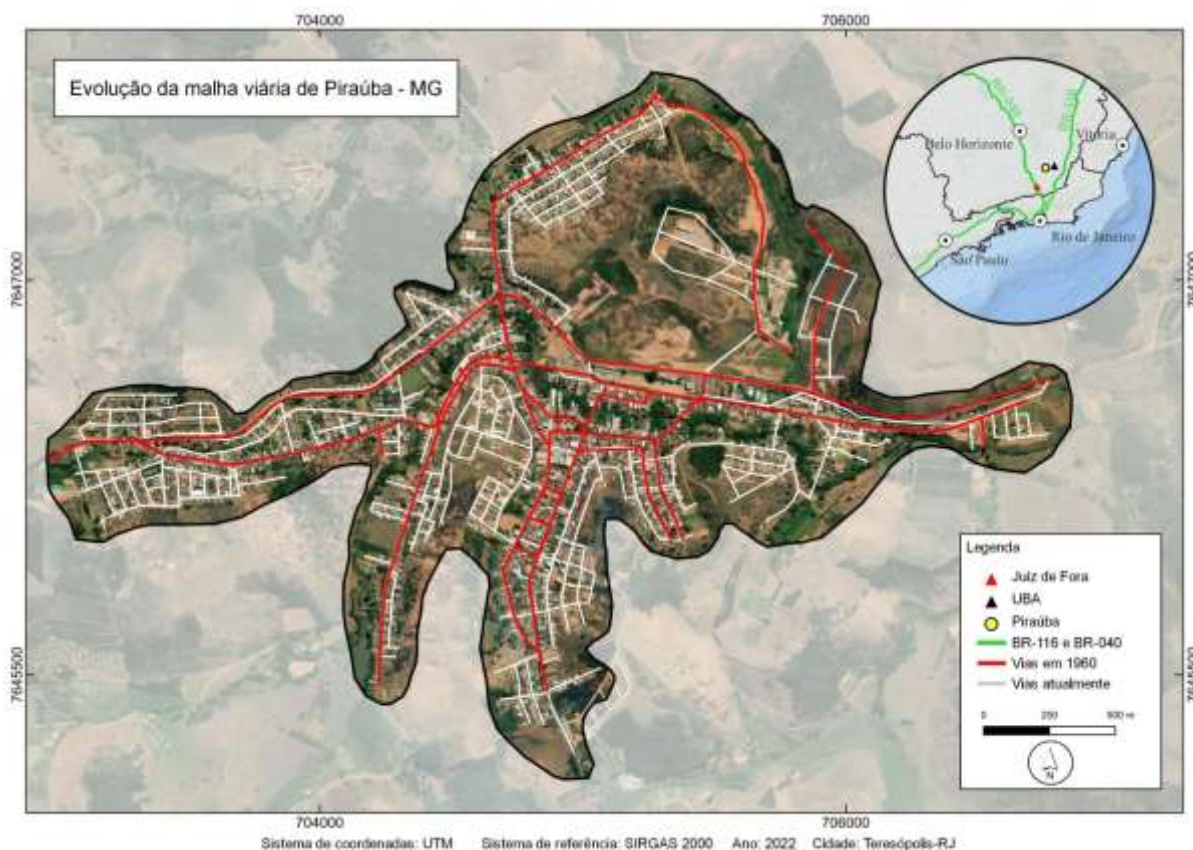
<sup>19</sup> Link: <http://otremexpresso.blogspot.com/2016/06/estacao-pirauba-hoje-almojarifado-da.html>

Figura 15 – Primeiros bairros da cidade de Piraúba



Fonte: coleta de dados, Autora. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes, 2022.

Figura 16 - Evolução da malha viária de Piraúba, 1960 e 2021



Fonte: IBGE e Base Cartográfica da Prefeitura. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes, 2022.

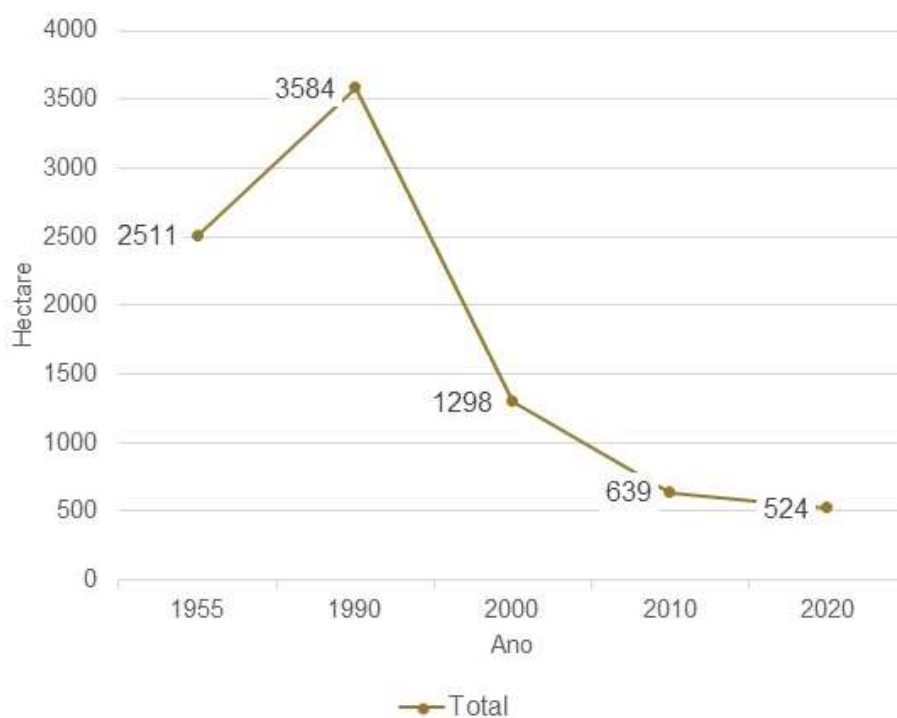
Assim como as demais formações de vilas e municípios da Zona da Mata mineira, Piraúba pós-emancipação se estabeleceu a partir da agricultura – com destaque para cultivo de milho, arroz, café e fumo – e pecuária, onde despontou os rebanhos bovinos e suínos (IBGE, 1956). Além disso, a maior parte de áreas cultiváveis da microrregião (região geográfica imediata) de Ubá eram ocupadas por minifúndios, entre 90,5% e 99,1% nos anos 1990 (CARNEIRO e MATOS, 2010).

O domínio das atividades rurais refletiu, inclusive, na formação social local, a maior parte da população era rural até os anos 1990, e as primeiras escolas instaladas no território estavam fora do perímetro urbano (COMPAC, 2008). A agricultura como base econômica inicial condicionou ao vilarejo características rurais que ainda marcam a paisagem da cidade.

O reflexo da falta de rentabilidade na agricultura, desde a década de 1960, e a falha em investimento nos pequenos produtores – exemplificada pelos resultados gerais do PRODEMATA – acabou por reduzir as áreas de cultivo, já que esses eram

possuidores dos minifúndios do município e região. Em Piraúba, observou-se que essa queda drástica nas áreas destinadas à agricultura corroborou para a expansão do perímetro urbano. Pode-se perceber esse decréscimo a partir dos anos de 1990 (gráfico 1).

Gráfico 1 - Total de área plantada ou destinada à colheita (em hectare)



Fonte: SIDRA, IBGE. Elaboração: autora.

A transição do solo rural para urbano é acompanhada de um processo de esterilização de solo rural, característica da ação de proprietários de terra. Diversos focos de incêndio na área periurbana e no perímetro urbano da cidade ano a ano em períodos entre agosto e outubro acontecem, com a finalidade de acabar com as brachiarias em pastos e terrenos vagos em loteamentos, queimar restos de eucalipto e preparar a gleba para o processo de loteamento. O problema ambiental que é gerado como consequência é nítido na cidade, erosões no entorno de todo o vale onde o espaço urbano está implantado, além da redução de áreas verdes na paisagem.

Figura 17 - Vista da Rua Opemá para o morro do cruzeiro, Piraúba, 2020.



Fonte: arquivo pessoal, autora.

A agropecuária se manteve estável ao longo dos anos, com predomínio da criação de galináceos, que variou entre 1985 e 2020 de 79,83% a 97% do total de cabeças, seguida pela criação de bovinos, que sofreu uma queda de 12,10% em 1985, para 2,89% em 2020 (SIDRA, IBGE). Esses dados revelam uma queda no uso das áreas de pastagem do município.

Essa perda de dinamismo do setor primário, vivenciada em Piraúba, é característica de pequenas cidades, muitas vezes pelo processo de industrialização/urbanização acabar por refuncionalizar a produção dessas localidades, como foi abordado no capítulo 2. Piraúba passou por esse movimento, primeiramente com proeminência no setor terciário, no varejo de roupas de enxoval e depois com a instalação de indústrias na cidade, que se deu tanto a partir de investimentos na região para alavancar o setor, quanto na criação e planejamento do APL moveleiro de Ubá, a partir dos anos 1990.

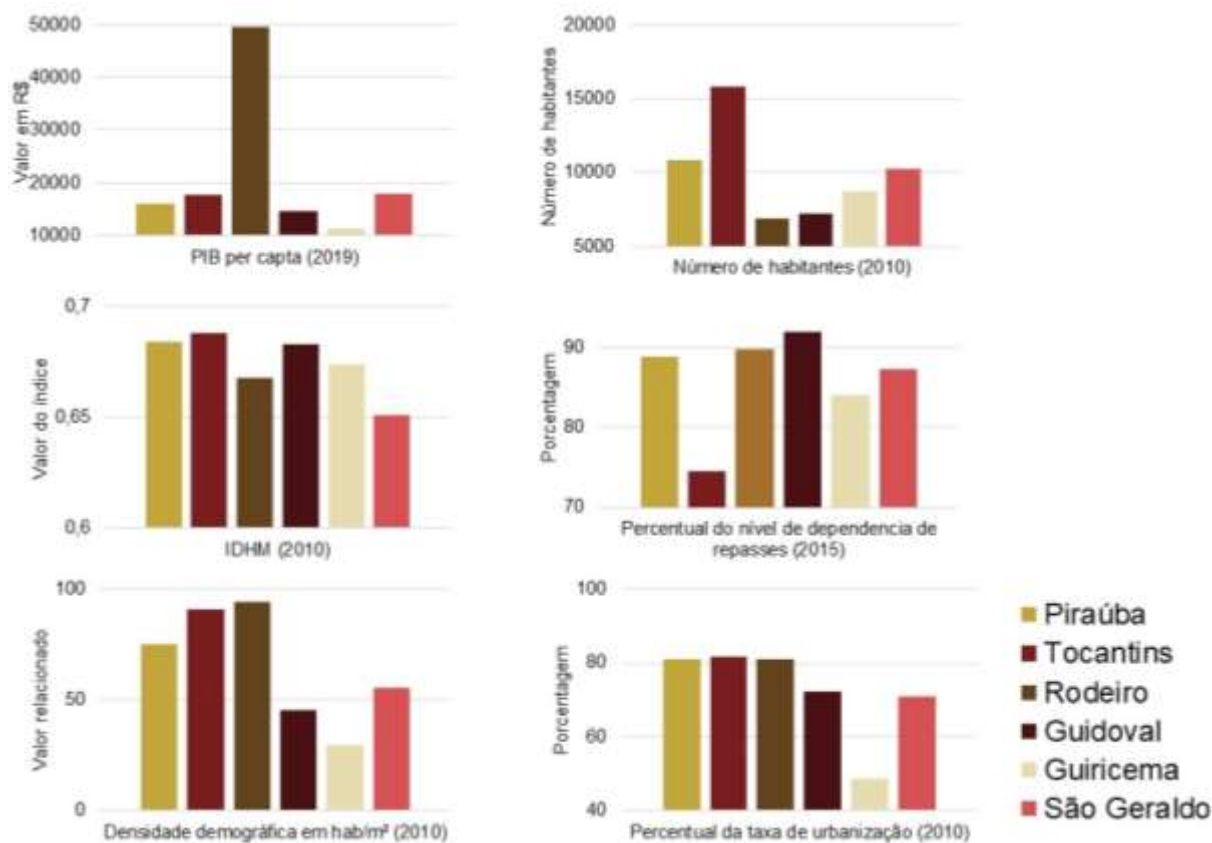
A constituição do APL colaborou para o desenvolvimento industrial de diversas pequenas cidades da região imediata. Porém, as cidades de maior nível hierárquico como Visconde do Rio Branco, Ubá e Rio Pomba que se destacam nos indicadores de qualidade de vida e economia (Cidades, IBGE)<sup>20</sup>, o que fortalece o questionamento sobre quais foram os 'benefícios' da industrialização e do APL para

---

<sup>20</sup> Link para acesso: <https://cidades.ibge.gov.br/>

as pequenas cidades da região. Se comparados os indicadores das pequenas cidades do Arranjo, Piraúba se encontra em uma situação mediana (gráfico 2).

Gráfico 2 – Indicadores socioeconômicos das pequenas cidades do APL Ubá



Fonte: Cidades, IBGE. Elaboração: autora.

Com relação ao número de empresas e pessoal ocupado (gráfico 3), percebe-se que a evolução se dá a passos lentos, sendo que ao longo de 13 anos 38 empresas foram abertas na cidade, parte pouco significativa delas dedicada à fabricação de móveis. O número de funcionários por unidade varia, desde 2006 até 2019, entre 1 a 19 pessoas (SIDRA, IBGE), o que indica que o empresariado da cidade é composto de pequenas empresas, característica do APL moveleiro de Ubá.

Gráfico 3 - Número de empresas x pessoal ocupado

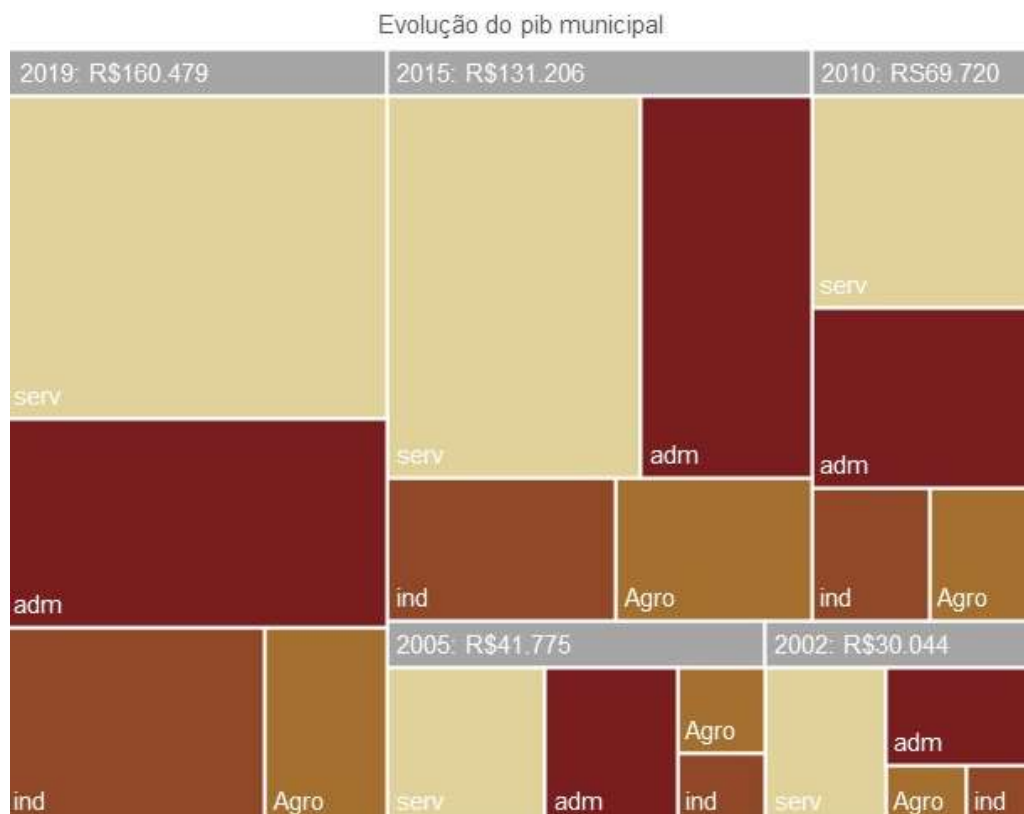


Fonte: SIDRA, IBGE. Elaboração: autora.

A maneira como se deu a refuncionalização da cidade faz com que tanto comércio como a indústria de transformação seja onde se concentram o maior número de empresas. Nos dados coletados no SIDRA (IBGE) observou-se o crescimento de negócios voltados à saúde, construção civil, atividades imobiliárias e informação e comunicação, principalmente a partir dos anos 2000, atividades que revelam a expansão da urbanidade no município e a consolidação da cidade como um espaço propriamente urbano.

A composição do PIB do município que a partir dos anos 2000 se constituiu principalmente pelo setor de serviços – onde se insere o comércio. Pode-se analisar a diminuição da participação da agricultura, o aumento da indústria na composição e a administração como segundo setor de maior contribuição, o que revela a dependência em relação à administração pública para a circulação de capital na cidade, tendência característica de pequenas cidades (gráfico 4).

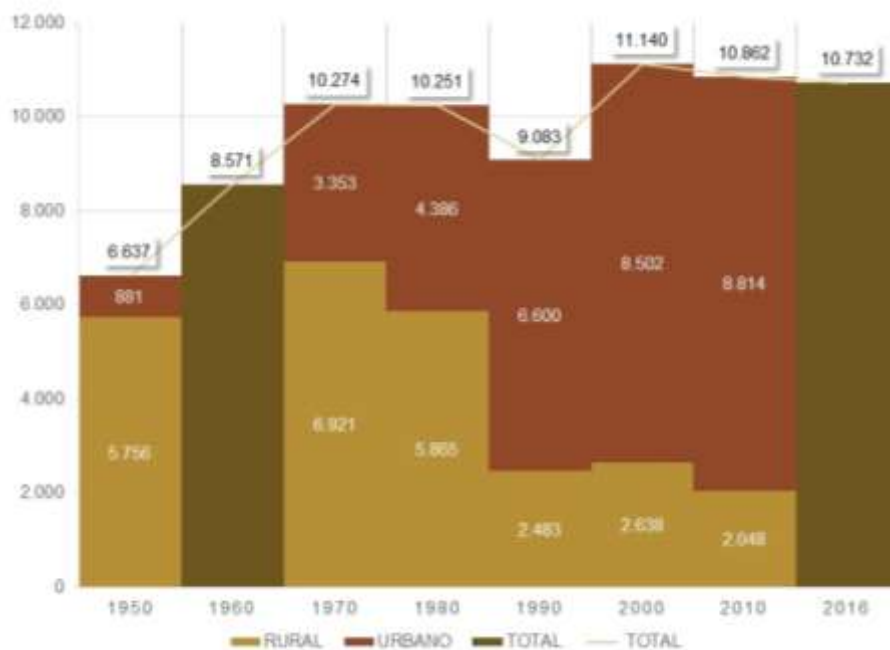
Gráfico 4 - Evolução do PIB municipal entre os anos de 2002 e 2019



Fonte: SIDRA, IBGE. Elaboração: autora.

Essa mudança no contexto econômico refletiu também na distribuição da população do município, como pode ser observado no gráfico 5 a seguir, entre as décadas de 1980 e 1990 houve uma mudança considerável no número de habitantes rurais e um decréscimo de mais de mil habitantes na população total do município. A partir de então a população rural se manteve baixa e a população total passou a oscilar entre 10.700 e 11.000 habitantes.

Gráfico 5 - Evolução da população de Piraúba

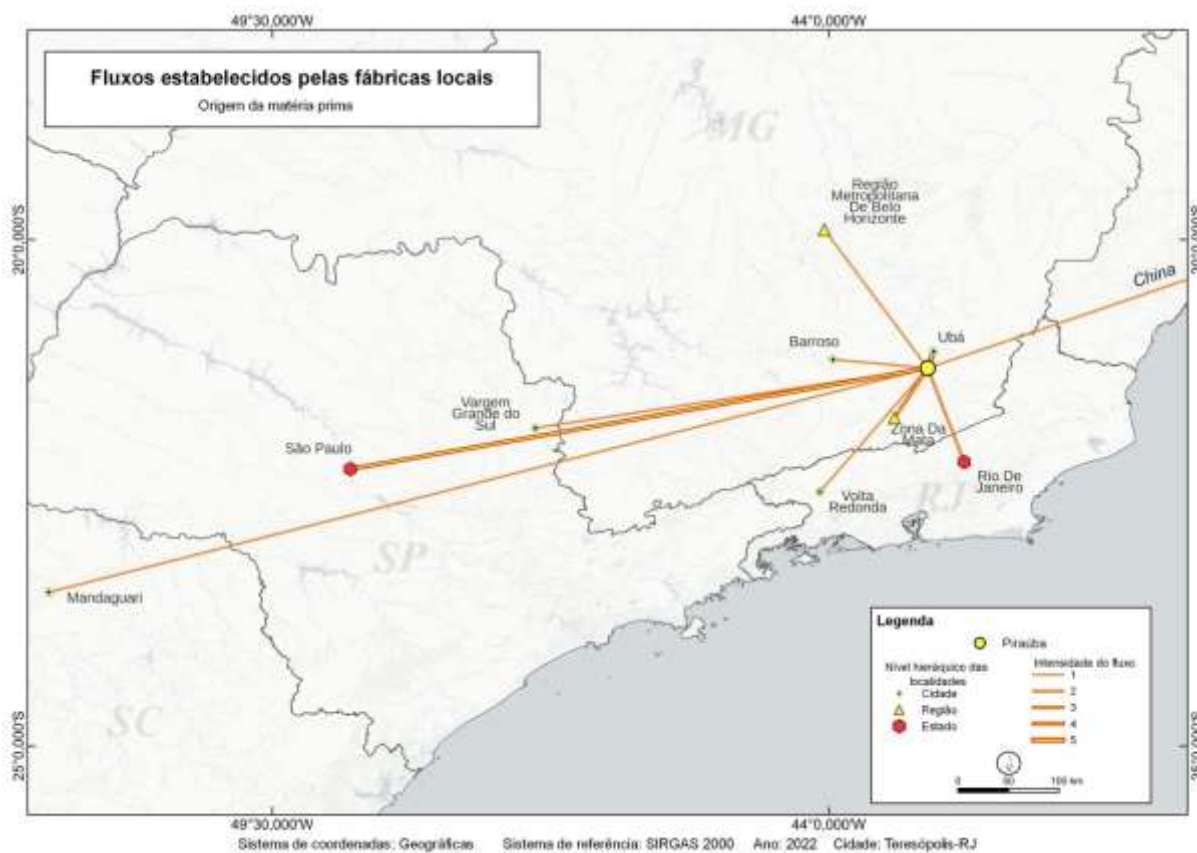


Fonte: SIDRA e “Enciclopédia dos municípios” vol. XVII, IBGE. Elaboração: autora.

A especialização produtiva, alcançada a partir da refuncionalização pela qual passou Piraúba a partir dos anos 1990, fez com que o município integrasse a rede urbana comandada por Ubá e se ligasse a uma diversidade de centros, inclusive, fora do estado. Muitas das ligações se realizam com os outros centros do APL, com destaque para Ubá e Rodeiro, onde se localizam as maiores fábricas do arranjo como Lopas, Itatiaia e Rufatto. Além disso, segundo levantado por Soares (2020), cerca de 14% do fluxo em busca de trabalho que parte de Ubá se direciona à Piraúba, o que demonstra que a cidade tanto fornece quanto atrai trabalhadores.

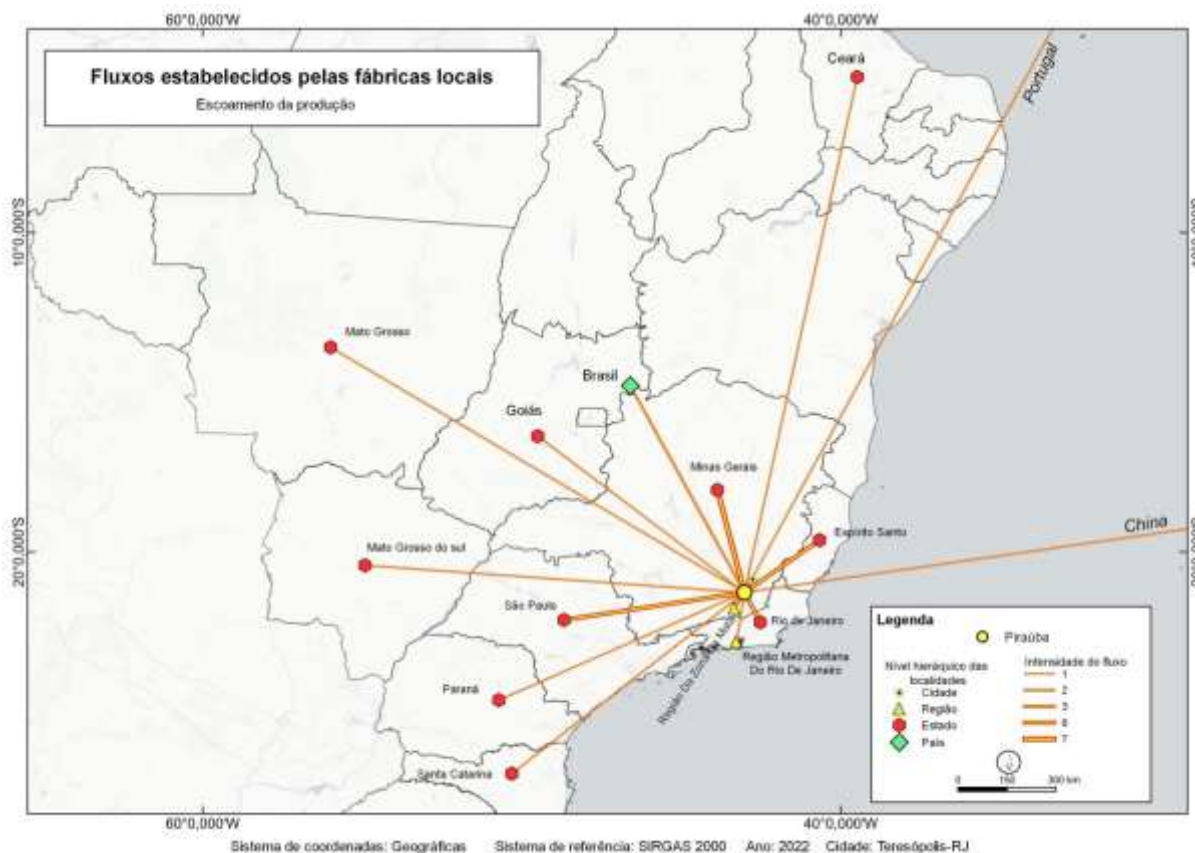
Além disso, existem os fluxos de mercadoria, tanto enquanto matéria-prima para a indústria local quanto produtos produzidos que são distribuídos para outros centros. Em consulta com os responsáveis por alguma dessas indústrias locais foi possível mapear seus fluxos de matéria-prima (figura 18) e o escoamento da produção (figura 19).

Figura 18 - Fluxo de matéria prima adquirida por indústrias locais, Piraúba, 2021



Fonte: Coleta de dados com indústrias locais, autora. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes.

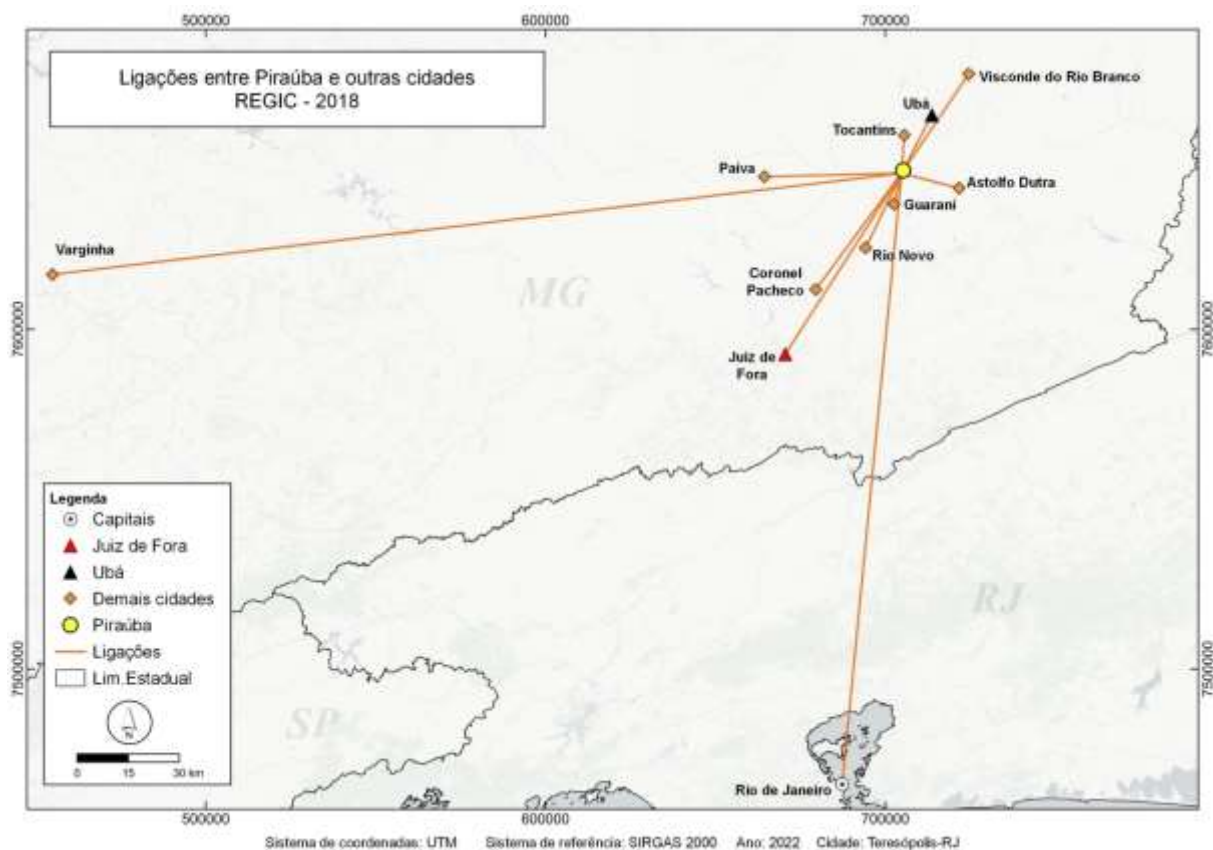
Figura 19 - Escoamento da produção das indústrias locais, Piraúba, 2021



Fonte: Coleta de dados com indústrias locais, autora. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes.

Os fluxos demonstrados acima são dados primários que não constam na pesquisa realizada pelo REGIC – material utilizado para pautar a rede urbana e sua hierarquia ao longo do trabalho. Essas conexões é que vão determinar no documento do IBGE o nível hierárquico do centro urbano, no REGIC as ligações que Piraúba estabelece com outros centros é menos complexa, como pode ser observado na figura 19. Isso nos faz retornar à ideia de Fresca (2010) a qual trata sobre o fato de que nem toda pequena cidade é um centro local, mas seu nível hierárquico não chega a ser considerado acima disso. Porém, Piraúba estabelece ligações até internacionais, ou seja, há uma transversalidade de fluxos que torna a sua rede urbana mais complexa.

Figura 20 - Ligações entre Piraúba e outras cidades (REGIC, 2018)

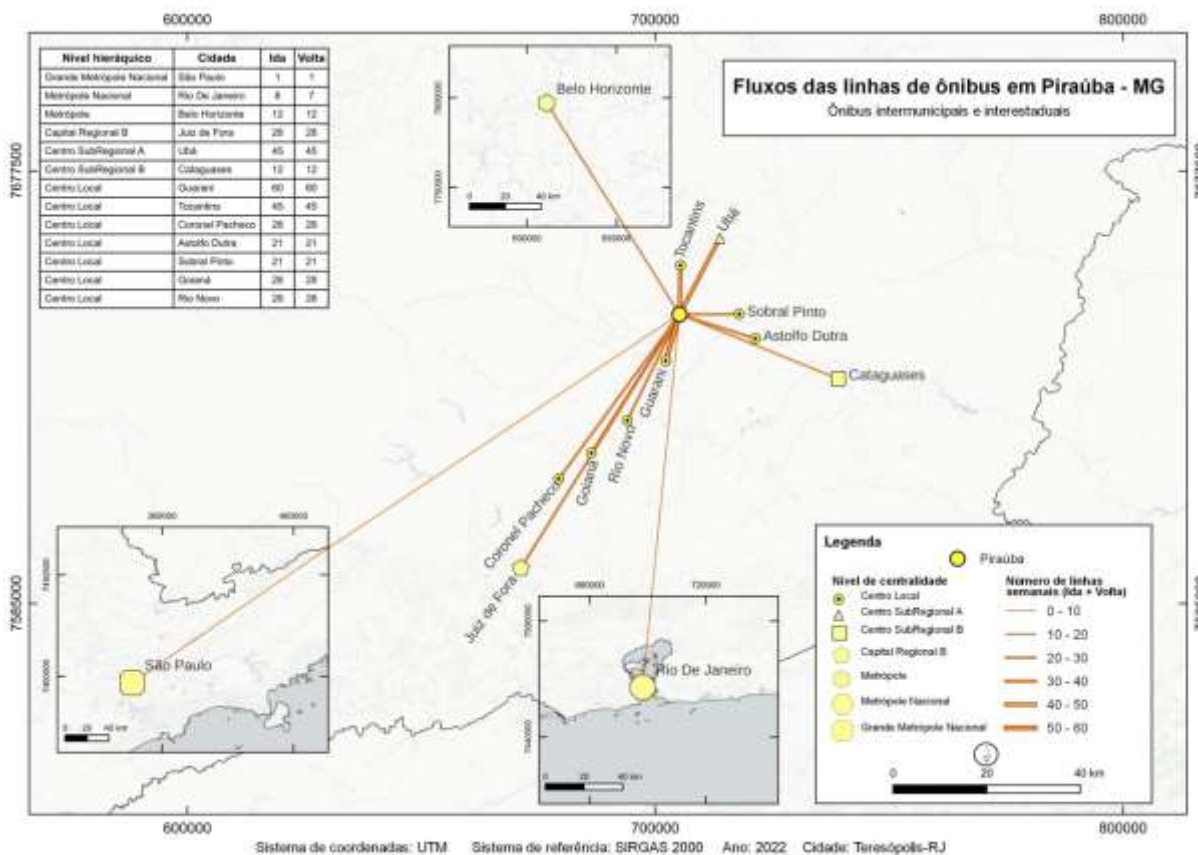


Fonte: REGIC (2018), IBGE. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes.

Ao analisar a figura 20, observam-se as ligações de caráter transversal com os AP's do Rio de Janeiro e Juiz de Fora. O maior número de ligações se dá com Uba e em seguida Juiz de Fora, centros maiores e mais próximos do município, uma distância de 34,3km e 83,1km respectivamente. Outro dado relevante é a atração que Piraúba promove em outras cidades de mesmo nível hierárquico, o que revela certa proeminência do campo de estudos com relação a outras pequenas cidades da região.

Certos fluxos pontuados pelo REGIC se confirmam quando dados sobre as ligações rodoviárias são coletados (figura 21). Há uma constante conexão entre as pequenas cidades pelo transporte coletivo rodoviário e isso também colabora para que a hinterlândia (zona rural) de Piraúba mantenha contato e se alimente a partir de seu centro urbano.

Figura 21 - Ligações por transporte rodoviário de pessoas, Piraúba, 2021



Fonte: Coleta de dados na Rodoviária Municipal de Piraúba, autora. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes.

A conexão com outros centros de maior hierarquia é reforçada por sua localização geográfica, como pode ser observada na figura 19. Piraúba se liga a municípios como Barbacena – acesso à BR-040 –, cerca de 98,7km de distância; Leopoldina – acesso à BR-116 –, cerca de 59,8km de distância. Além disso, é ponto inicial da MG-353 a qual possibilita o acesso a partir das regiões imediatas de Ubá, Cataguases, Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu ao Aeroporto da Zona da Mata, localizado em Goianá. Sendo assim, a cidade se envolve em um nó rodoviário de ligações relevantes a nível nacional e absorve volume de trânsito considerável, principalmente de transporte pesado no entorno do tecido urbano.

Ao tratar dos dados relativos ao campo de estudos é possível observar o reflexo das divisões regionais em seu desenvolvimento, desde a influência da formação da Zona da Mata até a criação do APL de Ubá. Vale ressaltar a polarização realizada por Juiz de Fora e Ubá em Piraúba.

A proximidade com a capital regional Juiz de Fora e sua consequente polarização na cidade, faz com que se crie um consenso de que a torna referência

em desenvolvimento e modernidade não só para a população – e não só no caso piraubano – mas também para a gestão. Damiani (2006) expressa a influência da metrópole, que apesar de se tratar de outro tipo de centralidade cabe nesse contexto de relação, onde “o modo de vida metropolitano é simulado em todo e qualquer lugar, negando os tradicionais estilos de vida” (p.137). Isso gera, como aborda a autora, de modo rudimentar, uma produção baseada no ‘moderno’ no espaço urbano. Como resposta tem-se a substituição da arquitetura tradicional da cidade pelas ‘modernas’ tipologias da cidade desenvolvida. Efeitos, também, do processo de urbanização<sup>21</sup>.

Essa influência pela modernidade lida enquanto desenvolvimento, também parte pela polarização que Ubá realiza na cidade. Pois é através do elo que essa centralidade cria com as pequenas cidades de sua região imediata que as pessoas acessarão bens materiais e serviços de maior complexidade, o que influencia na forma como vão equipar suas casas, circular na cidade, gerar movimento pendular para trabalho e educação e usufruir de seu lazer, em vista que a poucos quilômetros Ubá oferece uma maior diversidade de serviços de bar e lanchonetes, por exemplo. A possibilidade de acesso a centros maiores junto à supervalorização do que é inerente a eles, reverbera na forma como se enxerga Piraúba: pacata, “atrasada”, “parada”, tranquila, sossegada; e esses adjetivos de leitura da cidade são parte do processo da produção do espaço, como bem aponta Gottdiener (2016) “Pró-crescimento ou não-crescimento? ”

Além dessa influência pela polarização, a relação de Piraúba com Ubá está também no âmbito produtivo. É notável a influência que o APL gerou na transformação do município de rural para urbano a partir dos anos 1990. Sobre isso há algo interessante a ser pautado em relação às alterações ambientais: as plantações de eucalipto que o município passou a abrigar, inclusive no entorno do perímetro urbano e ao longo das vias de ligação entre a cidade e o polo ubaense. Segundo Castro (2002) a espécie passou a ser plantada na região devido à demanda por madeira e a dificuldade de acesso àquelas nativas – de melhor

---

<sup>21</sup> Ao apresentar o trabalho de conclusão de curso, em 2019, para os moradores da cidade na praça principal de Piraúba de forma expositiva, foi questionado o porquê de preservar as edificações antigas que compõem o conjunto de casas, principalmente, do centro da cidade. Justificou-se que isso seria um empecilho para o desenvolvimento da cidade.

qualidade – pelo custo de deslocamento. Assim, o eucalipto perfaz a paisagem de Piraúba, quando extraído revela o solo empobrecido, ou seja, há questões relacionadas a processos de extrativismo na cidade. A figura 22 demonstra o resultado dessa prática.

Figura 22 - Vista para o bairro Piraúbinha da MG-285, Piraúba, 2011 e 2019



Fonte: Google Street View. Elaboração: autora..

Apesar do APL se destacar como importante produtor de móveis a nível nacional, os investimentos se concentram na cidade polo, Ubá. Todos os eventos e feiras são realizados na cidade, a maioria das grandes fábricas se encontra em seu

arranjo populacional, além do foco em desenvolvimento através das associações e sindicatos, o que mina a possibilidade de dinamização dos outros centros integrantes do arranjo. Esse é um dos reflexos da ausência de um planejamento que vai além do econômico e passa a ser territorial, a fim de desenvolver de fato a área. As cidades não são assistidas com uma associação de municípios, onde o planejamento para o desenvolvimento urbano e sua infraestrutura subsidiariam melhores condições para a instalação das fábricas. O que gera custos ambientais, de qualidade de vida e projeção de futuro.

O fato de Piraúba, enquanto pequena cidade inserida no APL, não apresentar um planejamento estratégico para a instalação de fábricas e urbano para condicionar uma melhor infraestrutura e controle do território, já é uma resposta de gestão do próprio APL. E como o próprio arranjo enquanto agente produtor do espaço, vinculado ao capital, se comporta? E como o Estado regula esse comportamento?

A criação do distrito industrial em Piraúba é uma resposta, a prefeitura através de legislações elaboradas desde meados dos anos de 1990, desapropriou, instituiu e infraestruturaou parte da porção norte da cidade para a instalação do distrito industrial, o que garantiu diferencial em relação à parte dos integrantes do APL, que não possuem distrito industrial. Segundo a Secretaria de Finanças da prefeitura municipal, a aquisição de lotes se dá por doação da prefeitura e até o ano de 2021 também era cedido maquinário para a terraplanagem do terreno. Além disso, as empresas instaladas no local recebem isenção de IPTU. A contrapartida se dá através do número de empregos gerados na cidade por conta da instalação das indústrias, desdobramentos que devem ser questionados para que o próprio município possa garantir seu desenvolvimento.

Nesse quesito, o maior problema percebido no território com relação às alterações sofridas tanto econômico quanto socialmente é a degradação ambiental que tem se acirrado ao longo dos anos. Ao comparar imagens de satélite arquivadas pelo Google Earth (figura 23) é evidente a expansão do tecido urbano acompanhada pela esterilização do solo, áreas queimadas ou erodidas, massas de vegetação substituídas por solo seco ou loteamentos, a qualidade ambiental posta em cheque em troca do desenvolvimento urbano.

Figura 23 - Comparativo entre a malha urbana de Piraúba em 2010 e 2018



Fonte: Google Earth, 2021. Elaboração: Autora (2021).

O que o rebatimento regional revela é como a influência de agentes externos ocorre de maneira passiva no território, o altera e revela tanto potenciais quanto problemáticas que necessitam de atenção por parte da gestão pública e da população. O que se entende a partir disso é que os atravessamentos regionais são absorvidos no espaço e as consequências não são geridas.

## 5.2. Piraúba enquanto pequena cidade

Este subcapítulo pretende refletir o embasamento teórico que tratou da definição de cidade e dos processos em torno da pequena cidade – enquanto território e conceito – no campo de estudos, comprovando que os conceitos de pequena cidade se aplicam nesse caso e, além disso, como Piraúba se comporta enquanto uma pequena cidade.

A primeira variável considerada é o contingente populacional, Corrêa (2011) limita de 20-30 mil, Bacelar (2012) usa o limite de 10 mil e, se levarmos em conta a caracterização dos Centros Locais, a média populacional pelo REGIC é de 12,5 mil habitantes. A população municipal de Piraúba no último censo – 2010 – foi de 10.862 habitantes e 8.814 da zona urbana, sendo inclusive inferior aos números estabelecidos pelos autores pesquisados.

Além disso, pode-se tratar da presença de ruralidade e urbanidade que a cidade apresenta. A título de ilustração Rodrigues (2014) ao propor uma nova metodologia de classificação dos centros urbanos, ampara sua pesquisa no quanto o mundo rural está presente na constituição contemporânea da cidade, baseado em estrutura demográfica, econômica e dinâmica territorial.

Em termos da estrutura demográfica, até a década de 1990 a população era majoritariamente rural. A própria mudança na estrutura econômica – o declínio da produção agrícola – provocou um êxodo rural que inclusive reduziu o contingente populacional total do município. Desde então, a população urbana se sobressai sobre a rural.

A dinâmica territorial é característica das pequenas cidades já que segundo Wanderley (2001), o processo de urbanização é lento. Isso pode ser observado ao longo do histórico da cidade e no desenvolvimento do seu tecido urbano. Mesmo com a especialização funcional que consolidou uma prática de produção propriamente urbana e com a evolução dos serviços a cidade ainda tem uma forte presença do mundo rural, seu tecido é permeado por características inerentes à ruralidade. As “qualidades” do meio rural, como bem trata Wanderley (2001), se fazem presentes na cidade principalmente pelo tamanho do povoamento, as formas de ocupação – casa com quintal e horta –, o predomínio das paisagens naturais e as relações sociais de interconhecimento – também reiteradas por Endlich (2006).

Há uma integração entre as práticas de cultivo herdadas e a ocupação do espaço urbano. Ao depender da sazonalidade lotes ociosos se transformam em plantações, como é o caso do milho<sup>22</sup>. Algo herdado da “economia camponesa” de subsistência e de atendimento da demanda local. Dos pontos levantados a partir do histórico da Zona da Mata, acredita-se que esse tenha relação tanto com a “manutenção” dos costumes de produção agrícola, como também com o êxodo rural – provocado pela falta de investimento no pequeno produtor – que acaba por fazer com que, mesmo que se altere o espaço ocupado pelo indivíduo, tradições de lida com a terra e sua ocupação permaneça, algo que para Lefebvre (2011) é considerado como “ilhas de ruralidade”<sup>23</sup> no meio urbano. Plantar na cidade, criar galinhas e porcos no quintal e ter frutos são características do uso e ocupação do solo que ocorrem em Piraúba.

Figura 24 - Plantação de milho no centro de Piraúba, fevereiro de 2021



Fonte: Arquivo pessoal, autora.

---

<sup>22</sup> Seria essa prática um tipo de função social da propriedade no âmbito do pequeno município? (questionamento da autora).

<sup>23</sup> O autor trata de contextos de grandes cidades, porém é possível replicar para a realidade das pequenas, em vista de que essa já apresenta um vínculo rural latente.

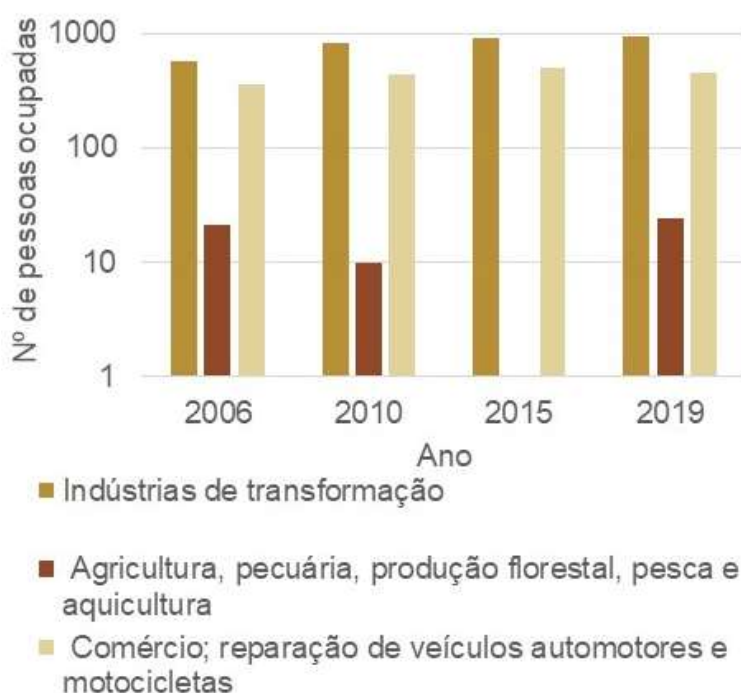
Figura 25 - Vista para o tecido urbano de Piraúba, 2020



Fonte: Arquivo pessoal, Ana Djéssika Vidal.

Ao cruzar dados populacionais com as classificações tratadas por Bitoun e Miranda (2009) – abordadas no capítulo 2 – Piraúba pode ser caracterizada como “Das Pequenas Cidades em Municípios com Menos de 20 mil Habitantes” (tipo 14 a 16). Para esta análise considera-se, o histórico de desenvolvimento do município, e a situação socioeconômica atual: maior número de população urbana, número de empresas prestadoras de serviços propriamente urbanos e do número de pessoas empregadas por setor (gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de pessoal ocupado por setor (segundo CNAE)



Fonte: Sidra, IBGE. Elaboração: Autora.

Esses dados dizem sobre o quanto o mundo rural influencia na dinâmica do município, como observamos apesar de uma presença paisagística e nas relações sociais, o setor econômico é completamente comandado por funções urbanas, a fonte de renda da população é predominantemente urbana, o que é uma variável relevante. Há na cidade o que Corrêa (2011) chama de confluência entre características urbanas e rurais. Portanto, pode-se afirmar que o campo de estudos se encaixa no tipo 16: “Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente”.

Retornando a classificação do nível hierárquico das cidades, no caso de Piraúba, variáveis apontadas por Moreira Júnior (2014) são determinantes para compreender seu diferencial enquanto centro local:

1. Sua localização geográfica: proximidade com centros de relevância nacional, inserção em trajetos rodoviários importantes – como a ligação entre a BR-040 a BR-116, a proximidade com o litoral e sua geolocalização na Zona da Mata mineira – região com predomínio de pequenas cidades;

2. Os papéis desempenhados na rede urbana: nesse caso enquanto integrante de um Arranjo Produtivo Local, intitulada como polo moveleiro, entretanto ainda pouco evoluído nesse aspecto;

3. Suas relações com outras cidades: desde ligações horizontais, Piraúba e Guarani, por exemplo, até ligações transversais, como com o AP do Rio de Janeiro;

4. A estrutura territorial da cidade: a porção de área rural sobressai ao perímetro urbano, os serviços públicos apresentam complexidade mínima, porém há uma variedade de comércio.

A partir das variáveis apresentadas acima há a capacidade de compreender que o campo de estudos, ao contrário do concluído em pesquisa anterior, não se classifica como uma pequena cidade decaída em decorrência do “progresso”, pois foi refuncionalizada e especializada em atividades propriamente urbanas como o comércio e a indústria de vestuário e moveleira. Portanto, ao rebater as classificações de Corrêa (2011), reiteradas por Nogueira (2016), pode-se afirmar que dos tipos ideais estabelecidos pelo autor, dois engendram Piraúba: “Centros especializados” e “Centros que vivem de recursos externos”, em vista de que,

segundo informações do site Cidades IBGE<sup>24</sup>, 88% da receita do município é oriunda de repasses governamentais. Ou seja, mesmo ativa economicamente e inserida em uma dinâmica regional, Piraúba segue sem autonomia suficiente. A cidade tem passado por dificuldades na gestão pública relacionada à cortes de verbas para a execução de políticas públicas, em 2019 a prefeitura se manifestou sobre a falta de repasses por parte do estado, figura 26.

Figura 26 - Manifestação da prefeitura sobre repasses do estado em 2019



Fonte: Arquivo pessoal, autora.

A especialização fez com que a cidade não perdesse totalmente importância de seu setor terciário, inclusive pelo fato de que esse ampara o setor secundário do APL com presença de muitas lojas de móveis ou lojas de fábricas locais. Franquias

<sup>24</sup> Link para acesso: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pirauba/panorama>.

são inexistentes e há a presença de redes de supermercados e farmácias – como rede Opa e Smart e a MGFarma e Rede Inova – o que acaba por conservar até certo ponto estruturas comerciais pré-existentes e as relações interpessoais estabelecidas por elas. Fato que vai ao encontro ao que Corrêa (2011) analisa sobre a perda de dinamismo do comércio local, e é um diferencial no contexto de Piraúba.

Com esse rebatimento chega-se à conclusão de que Piraúba é uma pequena cidade em crescimento, seu desenvolvimento urbano passa a acontecer de forma mais latente a partir dos anos 2000 e está presente na contemporaneidade, como será possível observar nos próximos subcapítulos. A tabela 1, reúne as variáveis adotadas pelo referencial utilizado e seu rebatimento na realidade do campo de estudos e resume sua classificação enquanto pequena cidade.

Tabela 1 - Classificação de Piraúba segundo referencial teórico

Referencial	Variável utilizada	Dados de Piraúba	Classificação conclusiva
Corrêa (2011) + Bacelar (2012) + REGIC (2018)	Contingente populacional máximo das cidades: 20-30 mil, 10 mil e 12,5 mil habitantes	10.862 habitantes: 8.814 da zona urbana	Cidade de pequeno porte
Bitoun e Miranda (2009)	Número de habitantes/dinâmica agrícola	Cidade em município de até 20 mil habitantes/ estagnação rural/ desenvolvimento urbano	Tipo 16: "Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente"
REGIC (2018)	Nível de polarização	Caracterização previamente estabelecida pelo IBGE	Tipo 5: "Centro local"
Fresca (2010) + Moreira Júnior (2014)	Confronta caracterização do REGIC + localização geográfica, papel na rede urbana, relação com outros centros	Pequena cidade com características que excedem àquelas atribuídas a "centros locais" + relevante localização geográfica, parte de um APL, se relaciona diretamente com diversos níveis de centralidade	Pequena cidade que não se caracteriza enquanto menor nó da rede urbana
Corrêa (2011) + Nogueira (2016)	a)os lugares centrais, b)os centros especializados, c)reservatórios de força-de-trabalho, d)centros que vivem de recursos externos e)subúrbios-dormitório	Parte de um APL, 88% da receita constituída por repasses governamentais	b)Os centros especializados d)Centros que vivem de recursos externos
Wanderley (2001)	Processo de urbanização lento, "qualidades" do meio rural: paisagem, relações de interconhecimento, tamanho do povoamento	Histórico de ocupação do território, zona rural maior que urbana, relações sociais de proximidade, paisagem marcada por pasto e vegetação remanescente	Pequena cidade

Elaboração: autora.

### 5.3. A produção do espaço urbano de Piraúba: agentes, processos e formas

Neste subcapítulo serão abordados os agentes atuantes no espaço urbano de Piraúba, bem como os processos que desencadearam as formas e funções que constituem a cidade. O desenvolvimento da área urbana será pautado a partir desses conceitos para que seja feita a análise e caracterização dos indivíduos aí inseridos como agentes e a leitura do urbano local, tanto das dinâmicas que o conformou quanto daquelas que o modificou.

Para análise e caracterização dos agentes, serão utilizados aqueles levantados no segundo capítulo de referencial teórico orientados pela divisão elaborada por Carlos (2019) como sujeitos da ação, são eles:

“Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução (e aqui nos referimos às frações do capital, ou industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação” (CARLOS, 2019, p.64).

Cabe ressaltar que a produção do espaço, a constituição do tecido urbano, é feita de maneira conjunta, e as ações podem partir da união dos sujeitos, da coalisão entre ideais de cidade e passa pela regulação, ou não, do território.

Como o espaço é formado por sobreposições históricas, ao longo de sua constituição e reconstituição – pois o espaço se reproduz – sujeitos diversos consolidam, alteram, destroem e reconstróem formas, a partir de um processo conjunto. Para abordar essa questão, serão apontados e analisados os processos e formas que configuraram o tecido urbano da cidade de Piraúba, baseados no referencial levantado no capítulo 2 em Corrêa (1999, 2018 e 2021), Sposito (2021) e VASCONCELOS (2021).

### 5.3.1. O comportamento dos agentes produtores do espaço urbano

#### 1. O Estado: o poder executivo municipal

Existe uma densa questão, já debatida ao longo da dissertação, sobre a política e o planejamento urbano nos pequenos municípios, a não obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor – instrumento base da política urbana – e os reflexos no interesse da gestão municipal em fazê-lo. A problemática se dá no fato de que não planejar o espaço urbano, o uso e ocupação do solo expressa a visão da gestão pública sobre a regulação – podemos dizer que já é uma forma de legislar –, pois permite que interesses individuais orientem as alterações na cidade e sobressaiam em detrimento do interesse coletivo.

Consta na Lei Orgânica Municipal de Piraúba, republicada no ano de 2017, no capítulo V relativo ao “Processo Legislativo” seção I “Das Disposições Gerais” que:

“Art. 32 -Serão objeto de lei complementares, além de outras decorrentes desta Lei: (nova redação dada pela emenda 01/2017)

I – Código Tributário Municipal;

II– Código de Obras e Edificações;

III – Código de Postura;

IV – Código de Zoneamento;

V– Código de Parcelamento de Solo;

VI – Plano Diretor; e

VII – Regime Jurídico dos Servidores” (PIRAÚBA, 2017, p.26).

A Lei Orgânica Municipal ainda estabelece que o Plano Diretor seja base para a política urbana local. Porém, até o ano de 2021 apenas o Código de Postura e o Projeto de Lei do Código de Obras e Edificações foram realizados. Sobre a elaboração de Plano Diretor, em entrevista com servidor da prefeitura foi informado que:

Nós estamos em fase de montagem de um plano diretor para o município que o nosso maior problema são as construções irregulares. Então a gente está tentando *eh* criar esse plano diretor e criar um movimento social para que possamos fazer uma regularização fundiária (Entrevista com servidor do setor de aprovações de projeto, novembro de 2021).

A gestão município de Piraúba encontra-se nessa situação. Não há legislação de planejamento urbano e territorial do município e de parcelamento do solo, alega-se aplicar apenas à nº 6766, de 1979. Não há uma legislação que regule o uso e ocupação do solo, o código de obras foi criado há cinco anos e está passando por revisão. Mesmo não aprovado, os profissionais da área da construção civil afirmaram, em entrevista, utilizá-lo como base para seus projetos. Fica a cargo do setor de aprovação de projetos do município orientar as construções e loteamentos realizados na cidade, indicando o que pode ser feito em determinado local, estabelecendo diretrizes para implantação de loteamentos na cidade.

Outras legislações que refletem na produção do espaço urbano foram realizadas como, por exemplo, a de criação do Distrito Industrial da cidade, aprovada em 2000. A aquisição das terras para a implantação do Distrito se deu em 1996, por meio da desapropriação de uma fazenda que existia no local, pela lei nº284, em 1999 e 2000 o Distrito foi criado. Apenas a partir de 2010 o distrito foi ocupado, com legislações complementares o município passou a ceder lotes para a

instalação das fábricas no local, bem como a isenção de IPTU das respectivas instalações. Segundo informações obtidas junto à prefeitura, até a gestão passada era também fornecido maquinário para que fossem feitas as movimentações de terras nos lotes onde as fábricas se instalariam.

Além da questão legislativa, o Poder Executivo municipal atua no controle da produção do espaço urbano com as tramitações relativas à aprovação de projetos. Segundo entrevista realizada com servidor do setor, a prefeitura disponibiliza uma ficha para preenchimento com dados do projeto, do responsável técnico e, a partir disso, avalia tanto se o lote onde o projeto será implantado está regularizado, quanto o projeto arquitetônico e estrutural – exigências mínimas para a construção de edificações na cidade. Quando se trata de edificações maiores, é exigido que se apresente projeto de prevenção contra incêndio.

No que tange a aprovação de loteamentos, além do cumprimento da lei federal nº 6766, os procedimentos envolvem a aprovação do traçado urbano e os projetos ligados à infraestrutura local: abastecimento de água, energia, esgotamento sanitário, drenagem e calçamento – com pavimentação e meio fio.

A Prefeitura, não de praxe, mas dependendo se o loteamento for de interesse social, ela permite que o proprietário venda dez por cento dos lotes aprovados, reserva-se para a prefeitura alguns lotes. E esses dez por cento vendidos [valor] serão aplicados na infraestrutura. Esses lotes reservados eles ficam em calção, se não executar a prefeitura os vende e executa [a infraestrutura do loteamento] (Entrevista com servidor do setor de aprovações de projeto, novembro de 2021).

A prefeitura conta com dois servidores responsáveis pela fiscalização de obras, porém apenas um está em ativa e não consegue absorver todas as demandas, o que acaba por aumentar ainda mais a irregularidade das construções na cidade.

O Estado, além de regulador também atua diretamente na produção do espaço urbano por meio da implantação de equipamentos públicos, manutenção da infraestrutura e elaboração de projetos para habitação de interesse social. Como Piraúba é uma cidade de pequeno porte, o capital privado não investe em serviços básicos na cidade, como escolas e unidades de saúde, que ficam a cargo do poder público. Observou-se que a partir de 2010 mais equipamentos foram instalados na

cidade, contando com uma unidade da rede “Farmácia de Minas”<sup>25</sup>, creche, novas Unidades Básicas de Saúde e reforma das praças públicas da cidade. Todas se concentram em bairros já equipados e considerados núcleos urbanos, destaca-se a atuação no bairro João Gonçalves da Neiva.

Em entrevista com servidor da Secretaria de Obras do município as principais atividades realizadas pela prefeitura na cidade nos últimos anos são de calçamento e manutenção da rede de saneamento – coleta de água pluvial e esgoto. Mencionou-se, inclusive, o fato da prefeitura ter de realizar manutenções para readequar a infraestrutura de alguns loteamentos implantados.

A solicitação de serviços na Secretaria de Obras é feita por meio de telefonemas para o setor ou presencialmente. Para inscrição, uma ficha é preenchida descrevendo o serviço a ser executado, o solicitante e o endereço. As fichas ficam dispostas na mesa do secretário que seleciona as demandas e envia equipes específicas para realizar o serviço.

Sobre o atendimento das demandas de habitação de interesse social, em 2009 a cidade recebeu 19 casas através do programa “Lares Geraes”<sup>26</sup> da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais. Em 2015 foi instituído o auxílio aluguel para atender famílias vítimas de desastres ambientais; e, segundo servidor do setor de aprovações de projeto, a prefeitura fornece para a população de baixa renda projetos residenciais padronizados, pré-aprovados, com área construída entre 38 e 42 m<sup>2</sup>.

Pode-se concluir que a atuação do Estado – representado pelo Poder Executivo municipal – acontece a partir de demandas trazidas pela população. Não há legislação e nem projetos de ação por parte da prefeitura. A relação população e

---

<sup>25</sup> “A Farmácia de Minas distribui medicamentos básicos (atenção primária à saúde), estratégicos (utilizados contra doenças que são problemas de saúde pública), e os do chamado Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), que contempla medicamentos para doenças raras, de baixa prevalência ou uso crônico prolongado, que costumam ser de alto custo” (Jornal Estado de Minas, Abril de 2021, acesso em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/04/06/interna\\_gerais,1254145/farmac-ia-de-minas-tem-rotina-de-filas-e-aglomeracao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/04/06/interna_gerais,1254145/farmac-ia-de-minas-tem-rotina-de-filas-e-aglomeracao.shtml)).

<sup>26</sup> “... programa que constrói moradias de interesse social destinadas a famílias com renda de até três salários mínimos em todo o Estado. O Lares Geraes é implementado pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab-MG)” (Jornal IOF, Agosto de 2009, acesso em: [http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/5240/noticiario\\_2009-08-15%204.pdf?sequence=1](http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/5240/noticiario_2009-08-15%204.pdf?sequence=1))

poder público é direta de forma que as necessidades são solucionadas individualmente e não cumpre formalidades, muitas vezes são sanadas diretamente com o prefeito. Além disso, pela entrevista com o servidor do setor de aprovações não há uma visão ampla sobre a função do plano diretor na cidade, nem sobre os processos que perfazem sua elaboração, assim como outras diretrizes territoriais pretende-se realizar essa a portas fechadas com apenas um técnico da prefeitura.

Outra ação que devemos nos atentar é a desempenhada pelo setor de obras da cidade, que consiste em pavimentação, calçamento e ajuste na rede de captação de água. Essas ações da prefeitura corroboram para a expansão do tecido urbano da cidade, principalmente pelo fato de atuar em loteamentos realizados pelo interesse privado.

## 2. O Capital

Os agentes produtores do espaço urbano de Piraúba vinculados à renda da terra não se diferenciam dos abordados por Corrêa (1999). Ao analisar a expansão do tecido urbano e suas motivações percebe-se a presença dos proprietários industriais, proprietários fundiários e incorporadores imobiliários, agentes abordados pelo autor, e junto a eles cabem pontuar os comerciantes e os bancos (que realizam o financiamento).

A maioria das ações são feitas de forma desarticulada – agentes desarticulados (Vasconcelos, 2021) – acredita-se que isso ocorre pelo fato de que esses agentes não têm como fonte de renda principal o capital fundiário. A construção e a venda dos empreendimentos são realizadas de forma particular – é recente a presença de imobiliárias na cidade – e há apenas uma empresa especializada em gerenciamento de obras na cidade.

Em entrevista com incorporadores imobiliários e proprietários fundiários quando questionada a motivação para execução de prédios e loteamentos, a resposta era relacionada a um capital excedente que estava disponível para ser investido, justificada pela tradicional visão de que bens imóveis são rentáveis e vantajosos para seus proprietários. Portanto, os agentes investem com capital próprio, muitas vezes organizados entre familiares – agentes vistos como famílias (Vasconcelos, 2021) – seja por se tratar de terreno adquirido por herança ou pela fonte do investimento ser da empresa da família.

Os entrevistados afirmaram não ter experiência com a prática de produção do espaço urbano. Não há uma análise mercadológica para construção dos

empreendimentos, há uma percepção ligada às oportunidades de emprego geradas por meio da instalação das fábricas que, por sua vez, exigirá a oferta de imóveis para aluguel e venda. Em entrevista com um loteador, proprietário fundiário, o mesmo aponta que seu primeiro empreendimento, iniciado em 2005 e finalizado em 2009, foi pensado a partir da percepção de que:

Piraúba tá faltando pouca coisa para pra começar, né? Desembolar assim, desenvolver o município. Aí a partir do momento que começar a gerar emprego vai começar a faltar terreno, né? Aí nós não temos, naquela época não tinha ainda assim, só tinha um loteamento aqui em andamento, né? (Entrevista com loteador 1, novembro de 2021).

Já o construtor de prédios, incorporador imobiliário, afirma que ao construir foca em apartamentos para aluguel a fim de atender funcionários de empresas que estão abrindo ou expandindo na cidade. Ou seja, há uma expectativa de crescimento da cidade a partir da ação dos proprietários industriais e isso pauta o processo de produção do espaço urbano para os agentes vinculados ao capital.

Entre os agentes investidores não há conhecimento sobre as leis que devem ser seguidas, ficando a cabo de o profissional contratado orientar sobre as limitantes impostas ao empreendimento, como: declividade permitida para parcelamento de gleba, número de pavimentos, afastamentos a serem adotados, uso, etc. Esses aspectos vão ao encontro da ausência de diretrizes municipais, ou seja, cabe ao “bom senso” do profissional balizar as propostas de seus clientes.

Em entrevista com engenheiro civil atuante na cidade, ele afirma que:

Olha tem só um projeto de *de de* legislação. Não tem *a a* legislação em si assim, *é é* divulgado assim, *é* tem só um projeto que foi orientado, pelo menos pra mim, mas não, ele não foi assim vamos dizer é... Como é que fala? Proclamado, não foi sancionado. Não foi sancionado, entendeu? Mas a gente usa o bom senso, né? O *o...* tem o fiscal da prefeitura, tem o engenheiro que estude os projetos que a gente dá entrada lá [na prefeitura]. Então, quando ele acha que *tá* inviável ele pede pra gente corrigir alguma coisa, então a gente usa assim o bom senso e a legislação que tem, não lembro o número da legislação, do código civil (Entrevista com Engenheiro civil, novembro de 2021).

A atuação de profissionais da arquitetura e urbanismo e das engenharias que integram os agentes incorporadores imobiliários é de pouco dinamismo. Apenas recentemente, após a instalação dos loteamentos próximos ao centro da cidade, arquitetos têm feito parte do processo de construção civil na cidade, é comum que a população contrate apenas mestre de obras. A contratação de engenheiros passou a ser uma prática comum a partir da exigência de assinatura de um profissional nas

plantas enviadas à prefeitura, fiscalizações realizadas na cidade pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e exigências para dar entrada a financiamentos imobiliários, tanto “Minha Casa Minha Vida” quanto financiamentos bancários.

Em entrevista com o engenheiro civil, ao ser questionado sobre as principais dificuldades de atuar na cidade, foi relatada a baixa capacidade da equipe executora em entender o projeto em planta, além das comuns mudanças na obra, por meio de do contato do proprietário com a equipe executora, que acaba por interferir nas decisões projetuais. Essa questão releva uma divergência na produção do espaço, entre agentes vinculados ao projeto e aos vinculados à execução. Há também o entendimento de uma produção ‘rudimentar’, sem técnicas e práticas mais modernas.

Com relação aos financiamentos, é importante caracterizar os bancos enquanto agentes, pois segundo entrevista com profissional da construção civil, as pessoas vão em busca de financiamentos imobiliários para construir na cidade. O entrevistado afirma que a criação do financiamento via “Minha Casa Minha Vida” alavancou a construção civil na cidade e, posteriormente, o oferecido pela Caixa Econômica. O loteador entrevistado relata que:

Esse financiamento da Caixa ele ajudou a acelerar mais [a ocupação de seu primeiro loteamento na cidade] porque a pessoa não só comprava o terreno, ele já construía. Aí um [proprietário] via que o outro *tá* fazendo ele corria lá fazia financiamento também (Entrevista com Loteador 1, novembro de 2021).

Outros bancos que atendem a cidade também trabalham com esse tipo de serviço, o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob, que também oferece consórcio imobiliário.

Muitos investidores também realizam o financiamento, de forma particular. O loteador entrevistado para a pesquisa relatou que em seu novo loteamento – condomínio fechado na periferia da cidade – está realizando essa prática:

A gente começou a vender porque a gente foi vendendo parcelado, *né?* A gente vendia um *terrenozinho pra* pessoa pagar com... Dava uma entrada pequena e o resto em três anos *pra* pagar. Aí direto com *com* a gente sem financiamento em banco, *né?* É porque não se fosse *pra né?* Fazer isso, *pra* fazer um empréstimo pra comprar fica mais difícil, *né?* Aí a gente começou fazendo assim e foi dando certo (Loteador 1 entrevistado, novembro de 2021).

Sobre equipe técnica, na cidade há uma empresa especializada em construção civil, aberta em 2016, que realiza todo o processo de incorporação

imobiliária, estudos técnicos, construção, venda – com parcelamento e financiamento – aluguel, gerenciamento de condomínio e regularização do imóvel – escritura e registro. A empresa conta com uma imobiliária que atende tanto os imóveis produzidos pela mesma quanto de particulares, o que facilita a divulgação e acesso aos imóveis e lotes existentes na cidade.

Esse fato reforça a questão da falta de mão-de-obra especializada relatada pelo engenheiro civil entrevistado e, revela também, a presença de certo ‘monopólio’ na cidade que abarca todos os processos de produção do espaço, o que pode gerar uma homogeneização/padronização. Por ser uma empresa onde a sede está numa grande cidade – no Rio de Janeiro – sua produção imobiliária faz com que a presença e influencia de tipologias arquitetônicas de centros maiores ocorra de maneira mais latente no espaço da cidade. Aliás a construtora/incorporadora/imobiliária já produziu quatro prédios residenciais em Piraúba.

Apenas duas imobiliárias atuam na cidade. Há parceria com proprietários fundiários, incorporadores e pequenos construtores de casa. Porém, os agentes entrevistados – loteador e construtor de prédios – afirmam que a maioria das vendas são realizadas no ‘boca a boca’ por serem pessoas conhecidas na cidade. Segundo a imobiliária entrevistada:

Eu acho que tem muito particular também, que tem muita gente que ainda tem aquela coisa *de de* que imobiliária você tem que “tirar” um dinheiro, coisa que não tem nada a ver, que quando você já trata com a pessoa, a pessoa já põe a sua comissão ali, então o preço é aquele, a comissão tá incluída. Muitas pessoas acham que por alugarem na imobiliária a gente cobra mais do aluguel, e não é isso. (...) Aluguel então! Às vezes está alugado aqui, aí a pessoa fala “ah não, eu quero alugar de você se não tiver na imobiliária”. Porque imobiliária exige mais coisas, né? Mais apresentações, aquela coisa, exige um calção. E o particular, em si, às vezes não, e onde às vezes também levam desvantagens, né? (Entrevista com funcionário de uma imobiliária, novembro de 2021).

Pelas transações imobiliárias acontecerem sem intermédio de empresas profissionais, agentes envolvidos na incorporação imobiliária, como engenheiros e mestres de obras, por vezes, também assumem o papel do pequeno construtor de casas, como abordado por Fresca (2015). Isso ocorre, também, porque esses indivíduos possuem maior contato com a população que pretende adquirir ou construir um imóvel, apresentarem garantia do serviço realizado, além do conhecimento do mercado imobiliário local.

Para finalizar a lista de agentes vinculados ao Capital que atuam na cidade, têm-se os proprietários industriais e comerciantes que atuam tanto diretamente, quando constroem na cidade, quanto indiretamente já que sua localização no espaço promove desvalorização ou valorização da região da cidade em que se instalam. As indústrias, ao serem instaladas na cidade, geram empregos e fluxo de capital, porém, se dispersas em bairros, acabam por provocar baixa qualidade de vida seja pelo ruído ou poluição. Esse último caso acontece em Piraúba, pois, apesar das maiores fábricas estarem localizadas no Distrito Industrial, àquelas voltadas para a produção têxtil estão inseridas em bairros residenciais.

Já o comércio tem papel importante na consolidação da área central da cidade e no desenvolvimento de bairros como o Piraubinha e João Gonçalves da Neiva. Como sempre foi um setor forte na cidade, principalmente no processo de urbanização do município, pode ser classificado enquanto agente atual e pretérito. Apesar de a cidade ser pequena, sua expansão através da implantação de loteamentos fez com que a população valorizasse mais a proximidade com o comércio local, o que favoreceu para o adensamento da área central e a dispersão de alguns setores comerciais pela cidade – àqueles de uso mais frequente.

Outro fato a destacar é que muitos comerciantes também atuam como pequenos produtores de casas. Por serem conhecidos na cidade e muitos serem herdeiros de terras, usam do capital imobiliário para fazer uma renda extra.

Podemos concluir a partir da descrição dos agentes vinculados a reprodução do capital que suas ações se relacionam diretamente ao âmbito social, são pessoas conhecidas pela população seja pelo comércio ou mesmo pelo serviço na construção civil que aproveitam desse interconhecimento para fazer da renda fundiária uma renda extra. Essa relação como pôde ver nos capítulos anteriores, são muito características das pequenas cidades, nas entrevistas foi possível observar que não há uma compreensão dos efeitos dos empreendimentos nem como aquilo está corroborando para um processo de produção da cidade.

### 3. Os sujeitos sociais

Os sujeitos sociais estão vinculados ao valor de uso do espaço, são indivíduos que a partir da produção e reprodução do espaço urbano realizam suas atividades cotidianas. Isso quer dizer que esses podem ressignificar ou legitimar o espaço consolidado; possuem afeto com o espaço e nele realizam suas práticas de relação interpessoal.

Como abordado pelas autoras Wanderley (2001) e Endlich (2006), a relação entre habitante e espaço é intensa nas pequenas cidades principalmente por essas preservarem relações tradicionais do mundo rural, pela dimensão do urbano permitir que se percorra a cidade facilmente e pelas relações de interconhecimento serem mais latentes, tendo como palco o espaço público – a rua, a praça e a calçada.

Em Piraúba, essa prática social pode ser observada, até mesmo nas relações comerciais busca-se uma aproximação entre as partes – como é o caso do loteador e construtor de prédio entrevistados. As calçadas são ponto de encontro dos vizinhos, principalmente no verão, bares e mercearias de bairro extravasam para o passeio, onde os clientes se sentam para beber ou conversar.

Os automóveis dividem as pistas de rodagem com ciclistas e pedestres, na cidade é muito comum o deslocamento via bicicleta mesmo que não haja ciclovias. É comum também que a população não ande no passeio já que esses estão sempre ocupados pelo comércio ou são tratados como parte da residência. Apesar dessa mistura à primeira vista ser encarada como perigosa, motoristas na cidade já se acostumaram com a prática. Além disso, as pessoas costumam praticar caminhadas e corridas nas ruas próximas ao centro, como é o caso da Rua Vitor Vecchi no bairro Granja Aurimar ou da MG-353 sentido Guarani.

Figura 27 - Caminhada matinal às margens da MG-353



Fonte: arquivo pessoal da autora.

As praças a da cidade, principalmente as localizadas na área central são muito utilizadas pela população, tanto no cotidiano quanto para receber eventos, carnaval, eventos religiosos, esportivos, automobilísticos, feira de sábado, entre outros. As crianças e idosos são os que mais frequentam as praças, já que são ponto de lazer e de encontro para ambos os grupos. Há uma grande vitalidade da área central histórica da cidade por conjugar espaços públicos abertos de lazer, com

Figura 28 – Feira semanal na praça principal de Piraúba, 2019

equipamento que a população utiliza, com comércios de função variada e, ainda, residências unifamiliares construídas junto à calçada que facilitam a interação entre público e privado.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Além desse grupo, existem àqueles que intervêm ao construir suas casas – e constituir bairros – prática comum na cidade principalmente pela população de baixa renda que não consegue pagar por auxílio profissional. Essa população se localiza nos bairros periféricos, como é o caso do bairro Santa Teresinha o qual foi ocupado por meio de um loteamento ilegal que não apresentava infraestrutura necessária para a população. Percebe-se, nesse bairro, a diferença entre as construções nele realizadas e as demais residências da cidade.

Figura 29 - Vista do bairro Santa Teresinha, 2019



Fonte: arquivo pessoal da autora.

A partir do que foi levantado, pode-se concluir que os agentes produtores da cidade atuam de maneira rudimentar se comparados àqueles atuantes em grandes cidades. O Poder Executivo Municipal não se preparou para o desenvolvimento urbano de maneira ordenada e apresenta problemas de gestão corriqueiros de pequenas cidades, como a falta de corpo técnico e a de legislações, o que condicionam que o espaço urbano produzido seja orientado pela ideologia dos incorporadores e proprietários de terras.

A maioria dos agentes não tem como fonte de capital principal a renda da terra e se utilizam de sua “fama” na cidade para atrair compradores e, assim, investir seu excedente de capital. Essa prática é algo relativamente novo na cidade, porém houve um “boom” na construção civil e na produção de loteamentos, principalmente a partir do ano de 2010.

Apesar de serem ações “pró-crescimento”, como aborda Gottdiener (2016), percebe-se que os sujeitos da ação ainda preservam práticas sociais inerentes à cultura da pequena cidade, inclusive no trato com a gestão pública. Ao mesmo tempo em que há uma valorização das formas de vida presentes nas cidades maiores de referência para a população piraubana – como Ubá, Juiz de Fora e Rio de Janeiro – há também a manutenção das práticas que se realizam em pequenas cidades.

### 5.3.2. Processos e formas

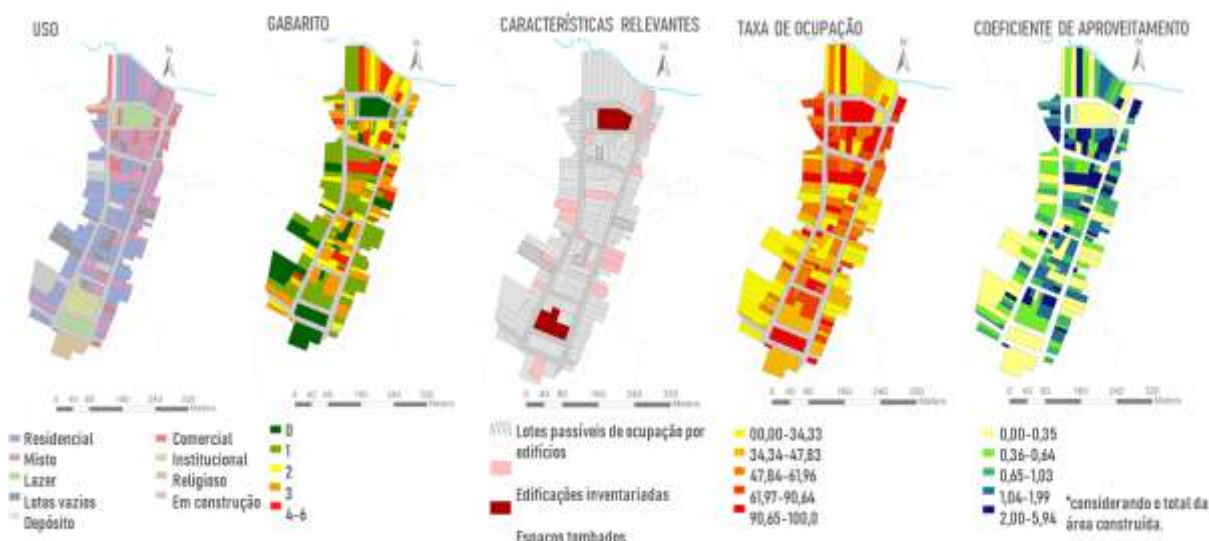
Após apresentar sobre os agentes que produzem o espaço urbano de Piraúba, parte-se para a análise dos processos que o conformou, os quais se realizam a partir de ações sobrepostas de grupos distintos.

#### 1. Centralização: área central e sua zona periférica

No processo de ocupação da cidade, a área central se expandiu até se ligar à estação e aos bairros que foram fundados em seu entorno. Desde então, os principais serviços públicos e privados, o comércio e as instituições de saúde e ensino se concentram na área central, fato que direcionou a ocupação da cidade para o bairro Centro e seu entorno imediato.

A característica de uso e adensamento da área central é intensificada com a construção de empreendimentos de uso misto – comércio, serviços e residencial multifamiliar – nos últimos anos. Como o centro histórico se manteve enquanto área central a sobreposição dessas formas gerou uma diversidade de morfologias, serviços e taxa de ocupação de lotes.

Figura 30 - Análise das edificações da área central



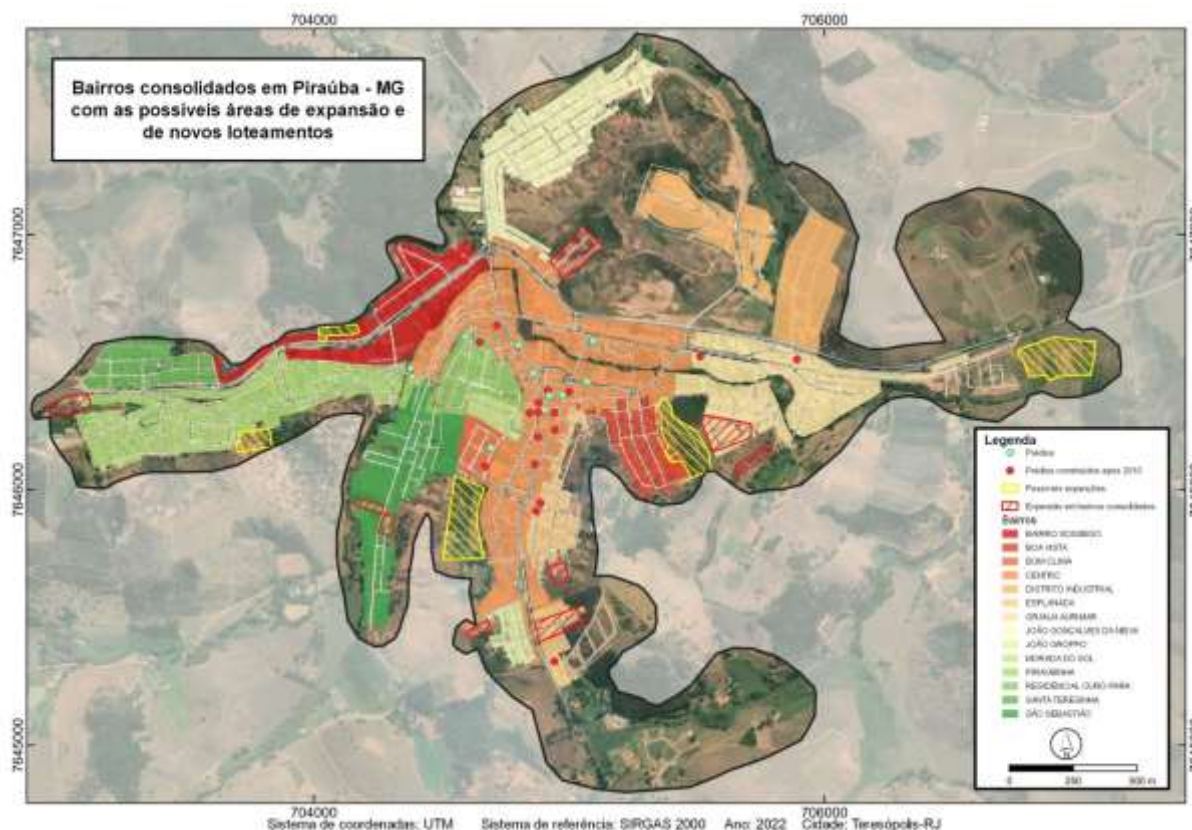
Fonte: Base cartográfica da Prefeitura de Piraúba. Elaboração: autora (2019).

Com relação à “zona periférica” ao centro, essa apresenta características clássicas levantadas por Corrêa (1999): baixo uso intensivo do solo, predomínio da

horizontalidade e comércios análogos ao da área central, porém de forma menos intensa. Como o Centro corresponde à grande extensão do tecido urbano, sua zona periférica se resume aos bairros consolidados junto a ele, como Piraubinha, Granja Aurimar e Boa Vista e àqueles que surgiram em seu entorno a partir de loteamentos, e têm características similares a ele, como o Esplanada. Acredita-se que devido a presença da rodovia que divide os bairros Sossego e João Gonçalves da Neiva do Centro, esses locais não são lidos enquanto zona periférica da área central pois, a partir desse limite, esses bairros criaram dinâmicas individuais.

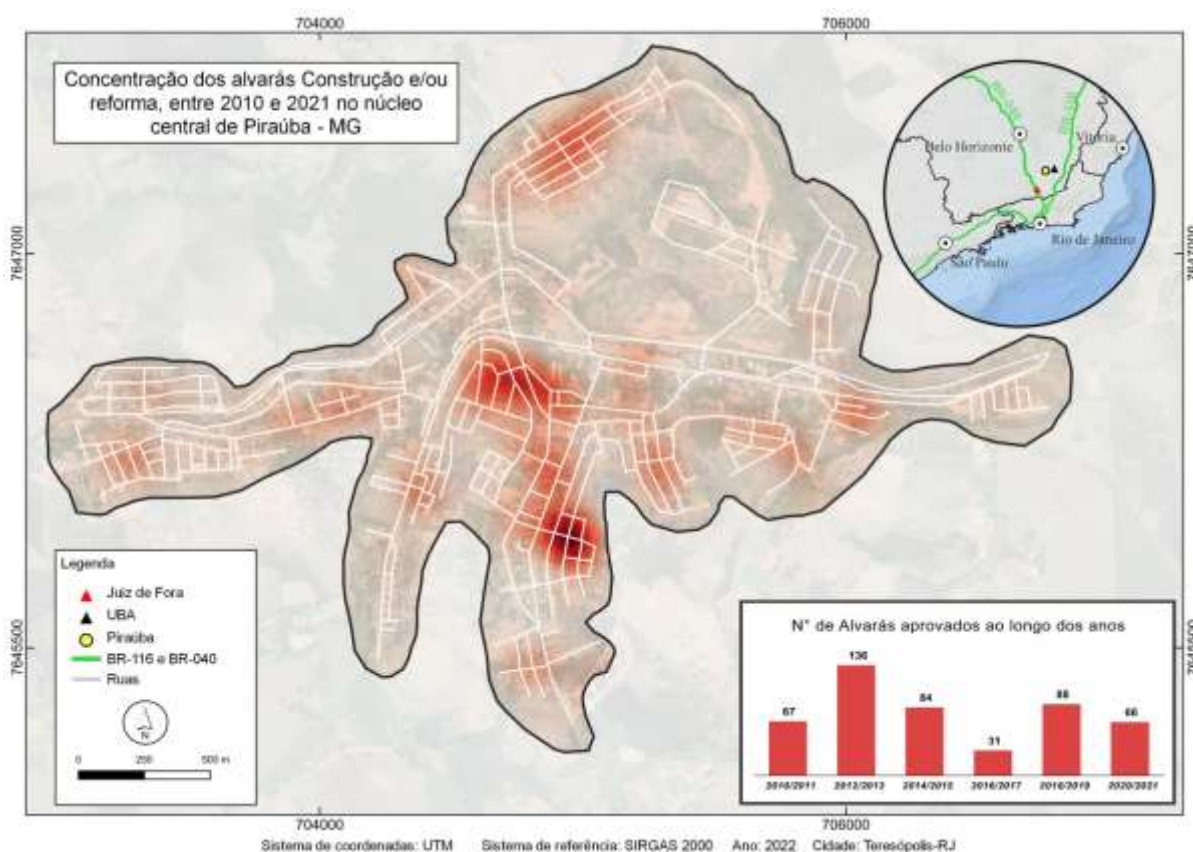
Ao analisar a malha territorial da cidade e imagens de satélite, pode-se perceber que uma das características pautadas por Corrêa (1999), sobre a forma “zona periférica”, não é inerente ao caso de Piraúba. Segundo o autor essas áreas têm crescimento limitado, no caso de Piraúba os bairros supracitados seguem crescendo, tanto vertical como horizontalmente e são os principais bairros onde estão localizadas obras de construção ou reforma, segundo alvará da prefeitura (figuras 31 e 32).

Figura 31 – Crescimento da cidade de Piraúba



Fonte: Base cartográfica da Prefeitura Municipal de Piraúba, sobreposição de imagens do google Earth (2010 e 2017). Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes, 2022.

Figura 32 - Concentração de alvará de construção e reforma



Fonte: Base cartográfica e secretaria de tributação da Prefeitura Municipal de Piraúba. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes, 2022.

Esse processo de expansão da zona periférica ao centro ocorre pelo fato de que esses bairros se encontram no limite do perímetro urbano, em áreas com possibilidade de expansão, realidade que diverge de zonas periféricas de cidades maiores. É interessante observar que, em um período de 10 anos, o bairro Granja Aurimar expandiu seu tecido e alterou o atributo da terra de rural para urbana, processo que exemplifica como a expansão urbana tem acontecido no município (Figura 33).

Figura 33 - Comparativo da malha urbana do bairro Granja Aurimar, Piraúba 2010 e 2020



Fonte: Google Earth (2010 e 2020). Elaboração: autora.

## 2. Descentralização: núcleos secundários de comércio e serviço e o distrito industrial

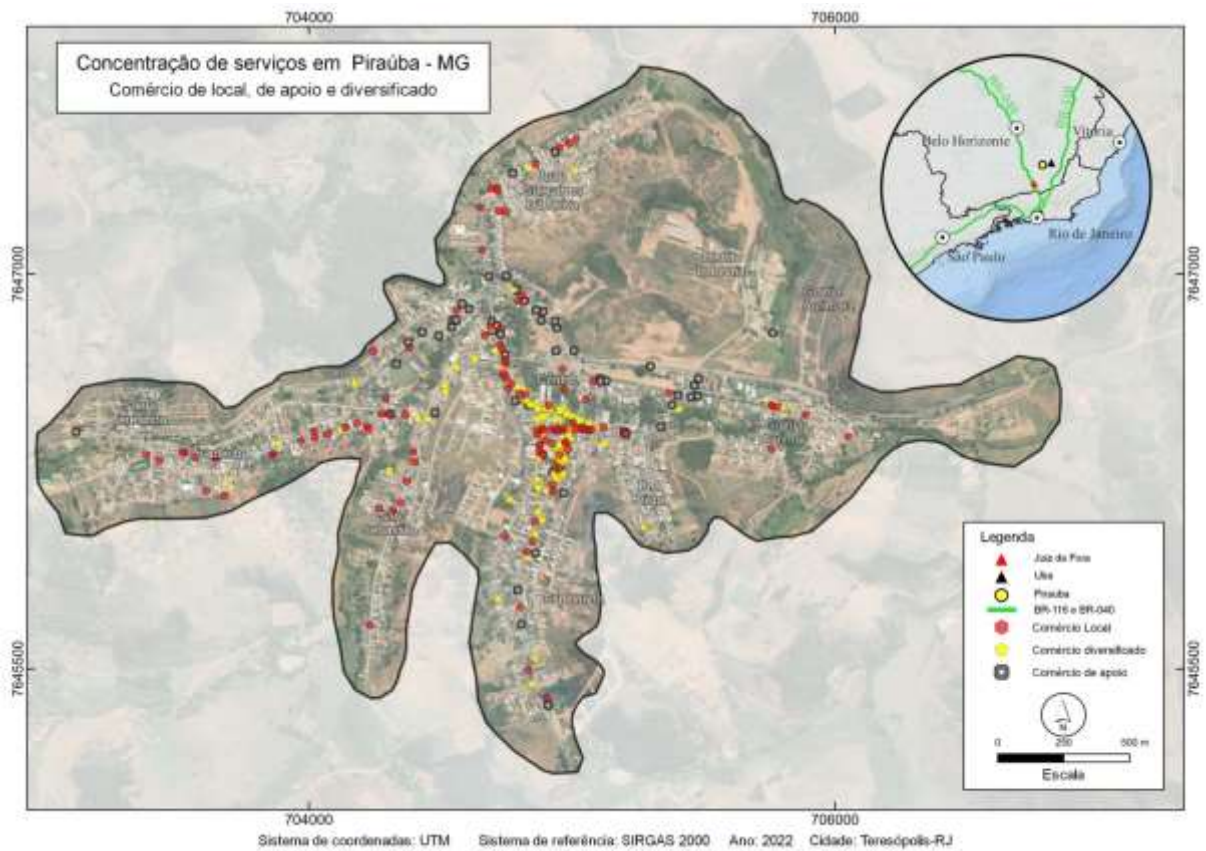
Apesar de a descentralização se relacionar à perda de importância da área central em algumas cidades, o que não é o caso de Piraúba, ao analisar a ocupação de seu tecido urbano, foi possível perceber que determinados bairros desenvolveram núcleos secundários de serviços e de comércio. Segundo Corrêa (1999), esses núcleos secundários são compostos por pequenos agrupamentos de lojas que, segundo Sposito (2021), são representados por eixos comerciais ou subcentros. Nesse caso, Piraúba apresenta multicentralidades, logicamente numa escala menor que aquela que se observa em grandes cidades.

Identifica-se certa autonomia dos moradores dos bairros João Gonçalves da Neiva e Piraubinha, principalmente, em relação a alguns serviços e comércio. Como a própria cidade apresenta serviços de complexidade mínima seus núcleos secundários atendem demandas rotineiras, apresentando comércios de tipo local<sup>27</sup> e diversificado<sup>28</sup>, além de serviços de atendimento à saúde e à educação básica nesses bairros, podemos observar essa distribuição nas figuras 34 e 35 a seguir.

<sup>27</sup> Segundo Campos Filho (2010): comércios que tendem à utilização diária ou semanal, como: açougue, padaria, bar, boteco, quitanda, mercearia ou pequeno mercado, cabelereiro, manicure e barbeiro.

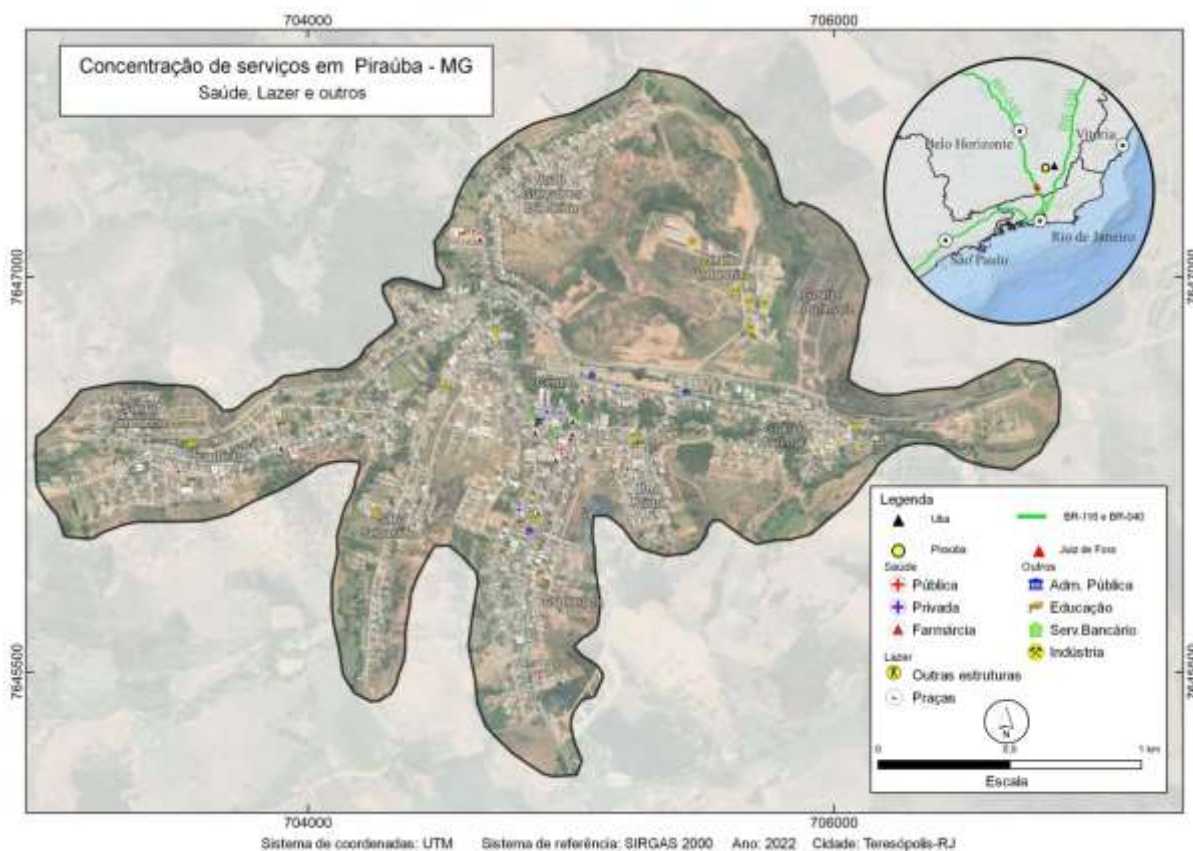
<sup>28</sup> Segundo Campos Filho (2010): comércios que tendem à menor demanda, como: loja de roupa, sapatos, papelaria, utensílios de casa em geral, mercado grande, etc.

Figura 34 - Concentração de comércio em Piraúba



Fonte: Alvarás da secretaria de tributação da prefeitura. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes, 2022.

Figura 35 - Concentração de serviços em Piraúba



Fonte: coleta de dados em campo. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes, 2022.

Ambos os bairros não apresentam uma concentração em um centro específico, a rua principal se conforma enquanto um eixo comercial e também onde se localizam os equipamentos de educação, saúde e lazer. Apesar de ser característico da cidade que as ruas principais dos bairros concentrem lojas e mercearias, o que ocorre nos dois bairros em questão se diferencia pelo número e diversidade do comércio e serviço presentes e por serem os únicos bairros além do Centro com espaços institucionais de educação. Destaca-se ainda que o bairro Piraubinha conta com áreas de lazer como quadra poliesportiva, campo de futebol e duas praças, diversos espaços religiosos, inclusive a capela de Nossa Senhora Aparecida – importante espaço para os habitantes da religião católica da cidade – além do parque aquático da cidade, o que demonstra sua proeminência em relação aos demais bairros.

Com relação ao Distrito Industrial, localizado ao norte da cidade, a partir de 2010 observou-se um aumento no número de fábricas no local e também de obras de infraestrutura. Isso se deve tanto ao crescimento do número de empresas

voltadas à indústria de transformação quanto ao fomento por parte do poder executivo para a instalação de novas fábricas e para que as fábricas existentes até então na cidade sejam transferidas para o distrito (Figura 36).

Figura 36 - Desenvolvimento do Distrito Industrial de Piraúba, 2010, 2017 e 2020



Fonte: Google Earth (2010, 2017 e 2020). Elaboração: autora.

### 3. Coesão

A coesão, segundo Corrêa (1999), diz respeito à localização das atividades em uma área específica que gera áreas especializadas, observada em centros de maior hierarquia. O arranjo produtivo local de Ubá – o qual Piraúba faz parte – é uma forma de coesão, já que reúne num conjunto de cidades uma mesma atividade produtiva, no caso a de mobiliário, aparentemente cada cidade tem uma produção específica, Piraúba produz mais sofás e outros objetos com espuma.

No caso específico do tecido urbano de Piraúba, é possível observar uma coesão organizada em eixo do comércio de apoio<sup>29</sup> ao longo da rodovia MG-285, que corta parte do tecido urbano. Fomentado provavelmente pela presença da rodovia, o local concentra serviços automotivos diversos, além de empresas de maquinário agrícola, lojas de materiais de construção, loja de veículos, madeireiras, e chega a penetrar em ruas do Centro por pelo menos 500 m de distância aos entroncamentos com a rodovia. São serviços e comércio mais pesados e poluidores, mas que também se aproveitam do alto fluxo gerado pelas ligações estabelecidas pela rodovia. Essa concentração pode ser percebida na figura 34.

<sup>29</sup> Segundo Campos Filho (2010): comércios que tendem a apoiar outras atividades urbanas são de baixa demanda, com frequência esporádica, como: comércio de automóveis e seus derivados (borracharia e oficinas), maquinário e equipamentos para indústria, material de construção, etc.

#### 4. Inércia e a cristalização de áreas

Áreas não alteradas ao longo do processo de produção do espaço urbano e ação de seus agentes se cristalizam, seja por manter valor simbólico ou certa tradicionalidade, formas e funções que acabam por se adaptar – enquanto parte de um conjunto que conforma o tecido urbano – às necessidades da população ao longo do tempo.

Apoiando-se no fato da urbanização recente e crescente de Piraúba e a partir da análise de seu tecido urbano, não se identifica uma área cristalizada na cidade que possa constituir uma rua ou bairro. Existem edificações, principalmente residenciais que mantiveram sua forma e função ao longo do processo de produção e reprodução do espaço urbano, como as localizadas nas ruas do núcleo central da cidade. Pelo fato de novos formatos de residência estarem em voga na produção do espaço urbano e a área central ser a mais valorizada da cidade, algumas casas foram demolidas para que prédios fossem construídos. Muitas dessas casas antigas são inventariadas pela prefeitura, mas não há a preocupação em mantê-las nem mesmo valorizá-las como patrimônio da cidade. Alguns exemplos serão mostrados a seguir nas figuras 37 e 38.

Figura 37 - Residência localizada na Rua Opemá, nº346, datada do início do século XX



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Fonte da data de construção: COMPAC-Piraúba<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Consta em documento de inventário produzido pelo grupo Permeiar em parceria com a prefeitura.

Figura 38 - Residência localizada na Rua Opemá, nº467, datada do início do século XX



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Fonte da data de construção: COMPAC-Piraúba<sup>31</sup>.

Após abordar questões propriamente espaciais, a análise do espaço passa a ser atravessada por questões socioeconômicas ao abordar os processos de segregação na cidade, o que Corrêa (1999) nomeou como “áreas sociais” decorrentes da fragmentação social. A segregação é uma das responsáveis pela manutenção dos papéis na divisão social do trabalho e reprodução das relações sociais, portanto além de pautar classe é válido que se pautar raça, e é o que está sendo proposto ao analisar o espaço urbano de Piraúba.

### 5. Segregação

A segregação é um processo conduzido de duas maneiras sendo elas imposta ou induzida, ambas tratam do poder de escolha locacional (CORRÊA, 2021) na cidade. Isso parte de um processo que inclui o valor de troca e uso, que está relacionado à própria leitura do espaço – construída por uma visão coletiva dos cidadãos – à presença de limites naturais ou não – linhas de trem, rodovias, topografia e rios, por exemplo – a temporalidade e seu reflexo no espaço – a segregação se inicia muito antes de se consolidar enquanto forma urbana (SPOSITO, 2021).

Indicar espaços segregados na cidade de Piraúba não é complicado quando se trata de observar e comparar as morfologias das habitações na cidade, a concentração de infraestrutura e de serviços e comércio, a localização, os limites, a

---

<sup>31</sup> Consta em documento de inventário produzido pelo grupo Permeiar em parceria com a prefeitura.

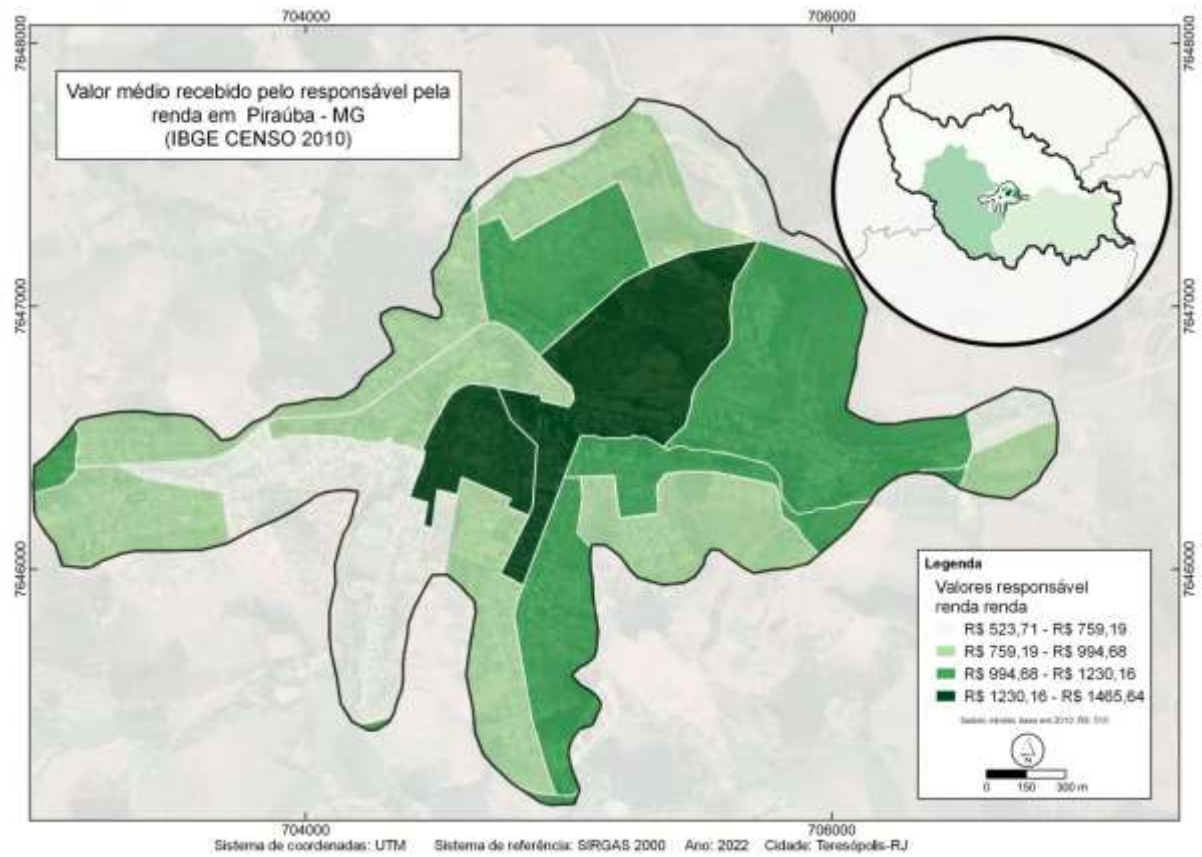
distância do centro, as amenidades ambientais e o bairro – seu processo de formação e consolidação, seu traçado e seu nome, oficial e coloquial. Porém, existe a necessidade de confrontar todas essas variáveis com dados e esses não têm uma atualização periódica.

O Índice de Gini<sup>32</sup> correspondente ao ano de 2010 aponta que o nível de desigualdade social do município é de um índice de 0.37, considerado baixo, o que indica que a desigualdade no município é pequena. Tal fato se conecta a outro dado, o de divisão de classe social no município, pouco mais da metade da população (50,5%) é da classe C, seguida pela predominância das classes D e E (IBGE, 2010). Isso indica que, apesar da baixa taxa de desigualdade, a maior parte da população se encontra em vulnerabilidade econômica. Com relação à raça, negros – pretos e pardos – são maioria na cidade, segundo dados do Censo 2010, do IBGE. Com esses dados especializados (figura 39 e 40), percebe-se que há uma predominância de população negra na porção oeste da cidade e o Centro, onde as atividades e serviços se localizam, concentra população branca.

---

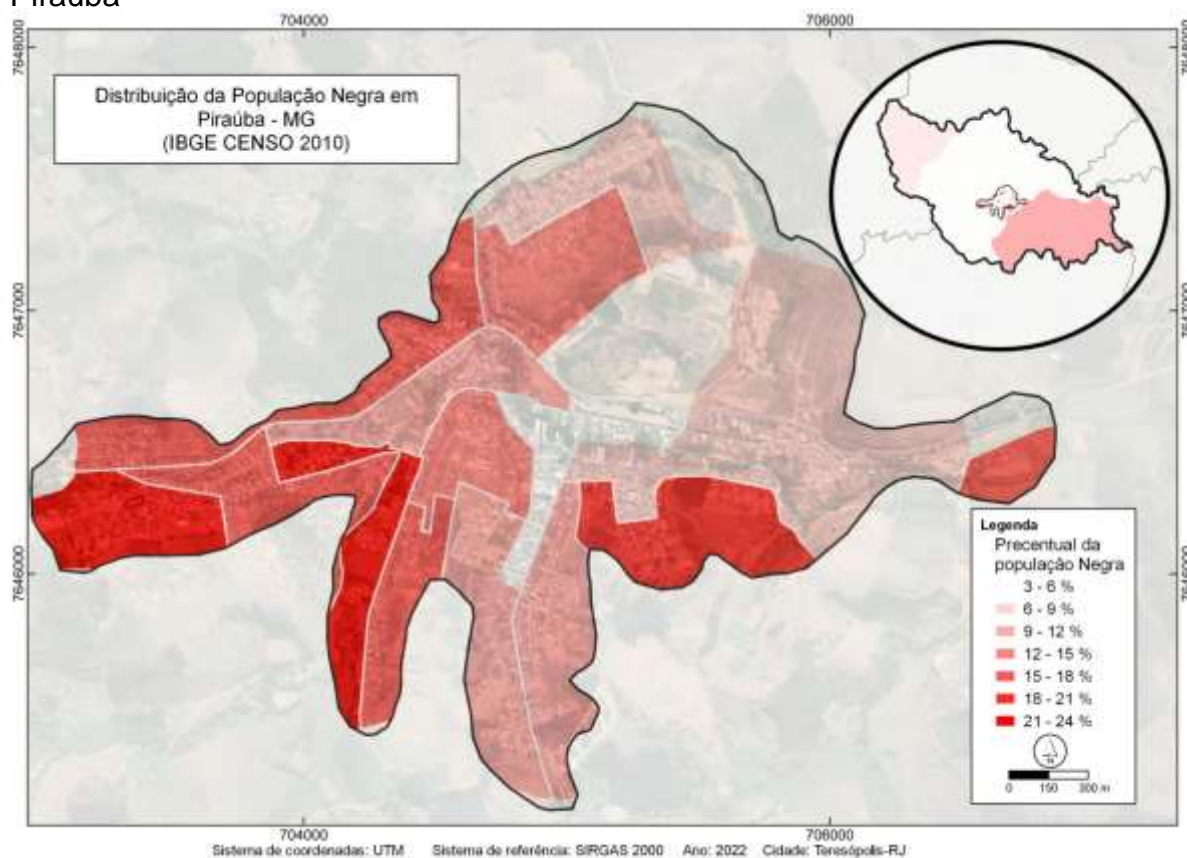
<sup>32</sup> Medidor do nível de desigualdade social aplicado pelo Sebrae.

Figura 39 - Renda familiar por setor censitário do tecido urbano



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes, 2022.

Figura 40 - Distribuição da população negra por setor censitário do tecido urbano de Piráúba



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes, 2022.

Ao cruzar esses mapas com os relativos à presença de infraestrutura, comércio, serviço e lazer, observa-se que os bairros Santa Teresinha e São Sebastião se destacam pela presença de características determinantes para segregação: raça, classe e ausência de equipamentos urbanos.

Além disso, a segregação se confirma ao analisar a morfologia predominante nesses bairros, com casas de alvenaria sem reboco e não acabadas; bem como sua localização: São Sebastião, distante da área central e Santa Teresinha, além de distante do Centro, localizada em encosta de morro; os limites como a topografia para ambos e a rodovia que corta a cidade em duas partes e localiza o Santa Teresinha “do outro lado”; as amenidades ambientais, ou melhor, a falta delas, com a presença de áreas erodidas e pouca arborização.

O bairro Santa Teresinha se formou a partir de loteamento ilegal da área, sem alvará na prefeitura, registro dos imóveis e infraestrutura necessária para implantação, quadro que está sendo alterado desde 2010 pela prefeitura. Mesmo que conste na prefeitura o nome Santa Teresinha, o local é conhecido popularmente como “Guela Seca”. Em termos de leitura espacial, em conversas corriqueiras sobre

o local, esse é visto como violento. Pode-se perceber, pela figura 41, que o processo de urbanização do bairro ocorre a passos lentos e ainda se encontra incompleto, como o calçamento de todas as vias.

Figura 41 - Desenvolvimento do bairro Santa Teresinha, 2010 e 2019



Fonte: Google Earth, 2010 e 2019. Elaboração: autora.

O bairro São Sebastião se consolidou a partir da repartição de glebas em lotes sem cumprimento de requisitos mínimos. Não há registro de sua fundação ou desenvolvimento, o bairro cresce em volta de uma via principal com pequenas divisões de lotes anexadas ao longo do tempo, sem traçado único. O local é conhecido popularmente como “Vaim”. Em termos de leitura espacial, em conversas corriqueiras sobre o local, esse é visto como violento local de domínio do tráfico. Pode-se perceber pela figura 42 que o processo de urbanização do bairro se encontra incompleto, como o calçamento de todas as vias, e sua expansão se dá por meio de da alteração da terra de rural para urbana, fortalecida pela esterilização do solo com queimadas.

Figura 42 - Desenvolvimento do bairro São Sebastião, 2010 e 2019



Fonte: Google Earth, 2010 e 2019. Elaboração: autora.

## 6. Autossegregação

A segregação enquanto escolha é conceituada como autossegregação, se difere pelo fato de que as possibilidades de escolha locacional estão acompanhadas de uma ruptura no espaço urbano por se tornar um local murado, uma fortificação, que controla a livre circulação do espaço em detrimento da segurança e garantia das amenidades (VASCONCELOS, 2021).

Até o ano de 2022 dois condomínios foram instalados, ambos fora da área urbanizada do perímetro urbano – alterado em 2016. O primeiro ocorreu a leste da cidade em direção a Astolfo Dutra, na MG-285, com alteração da função rural para urbana entre 2010 e 2014, com a ocupação iniciada em 2016. O condomínio conta com lagoa, parquinho, áreas de descanso, contemplação e de lazer (Figura 43).

Figura 43 - Desenvolvimento do condomínio fechado na MG-285, Piraúba 2010, 2014 e 2019



Fonte: Google Earth, 2010, 2014 e 2019. Elaboração: autora.

O segundo loteamento fechado está localizado a sul da cidade em direção a Guarani, na MG-353, com alteração da função rural para urbana entre 2014 e 2016, e ocupação iniciada a partir de 2017. O condomínio conta com área de vivência, lagoa, estação de tratamento de esgoto e campo de futebol. Sua ocupação, apesar de rarefeita, se deu de maneira mais rápida, figura 44.

Figura 44 - Desenvolvimento do condomínio fechado na MG-353, 2010, 2014 E 2019



Fonte: Google Earth, 2010, 2014 e 2019. Elaboração: autora.

Deve-se confrontar as amenidades e equipamentos presentes nesses condomínios com a realidade da cidade, principalmente no quesito qualidade ambiental. Aproveita-se da alteração de área rural para urbana para manter características da ruralidade vistas como positivas – como contato com a natureza – e, ao mesmo tempo, propõe um modo de vida “mais seguro e tranquilo”. Além disso, a tramitação na prefeitura da expansão do perímetro urbano se deu muito influenciada pela pressão que a instalação desses condomínios nas franjas da cidade, sendo que o primeiro se encontrava ilegal pelo loteamento de glebas na zona rural.

Há também uma influência realizada pela produção de espaço urbano em outras cidades de maior porte, onde o modelo de condomínio fechado é altamente

disseminado, mais uma vez há uma replicação das ideias reproduzidas em cidades maiores.

## 7. Loteamentos e a expansão do tecido urbano

Como outras pequenas cidades da região, Piraúba não teve seu crescimento planejado sua implantação se deu a partir da divisão das terras em fazendas e da ação de parcelamento de terras pertencentes à Igreja, denominadas como “Propriedade de São Sebastião” – agentes pretéritos (VASCONCELLOS, 2021).

A divisão das terras herdadas dos fazendeiros condicionou a produção do espaço urbano a agentes reconhecidos como famílias, proprietários fundiários, responsáveis pela produção de bairros inteiros – como é o caso do São Sebastião e Santa Terezinha. Nesse contexto foi possível perceber que desde a década de 1990 a criação de loteamentos privados na cidade é responsável pela expansão urbana.

A problemática consequente desse processo, enfrentada pelo poder público ainda hoje – 30 anos depois – são relativas à ilegalidade dos parcelamentos. Segundo entrevistado do setor de aprovações, não era cobrado dos loteadores que cumprissem a lei federal 6766/1979, não era considerada a topografia local para a divisão de lotes, carentes de infraestrutura e sem documentação necessária para registro. Fato que, de acordo com loteador 2 entrevistado, mudou a partir do primeiro mandato da prefeita anterior – em 2008.

O crescimento da cidade de Piraúba, hoje tá mais organizado, que a Prefeitura começou a exigir que os loteamentos tivessem é... com a qualidade melhor, que vem a ser, por exemplo, sistema de água, esgoto, captação de água pluvial, esgoto. Isso nunca havia, tinha que ter calçamento, meio-fio, tudo, tudo que a infraestrutura de um loteamento necessita. Antigamente as pessoas faziam isso aqui em Piraúba, assim, à vontade, eles “abria” uma rua com a com a máquina lá o trator de esteira e vendia os lotes depois a prefeitura tinha que ir se virando com isso. Tinha que calçar as ruas, colocar energia elétrica... Então, hoje não, hoje toda a infraestrutura dos loteamentos urbanos do nosso município eles é... tem que ser aprovados pela Prefeitura, entendeu? (Entrevista com loteador 2, novembro de 2021).

A partir dos anos 2000, cerca de nove loteamentos foram implantados na cidade, quatro em topo de morro, entre os bairros Centro e São Sebastião e outra parte na periferia da cidade. Portanto, percebe-se que a prática de transformação do capital excedente em capital fundiário é recente. A liquidez do investimento é mais lenta do que em cidades maiores e por isso a maioria dos loteamentos são realizados com recurso de duas ou mais pessoas.

Os loteamentos produzidos na cidade até então focaram em atender à população de classes baixa e média. Segundo relato do engenheiro civil entrevistado, a maioria dos projetos “Minha Casa Minha Vida” são realizados nesses loteamentos periféricos, pelo baixo valor da terra. Um exemplo é o novo loteamento no fim do bairro Granja Aurimar, Novo Jardim, onde um terreno de 200 m<sup>2</sup> custa quarenta mil reais. Em contrapartida um terreno localizado no residencial Bom Clima – ao lado do centro da cidade – com a mesma metragem quadrada custa cem mil reais. A descrição dos terrenos exemplificados tendenciam para um público específico, no lote localizado no Novo Jardim o anúncio diz:

“Excelente terreno localizado no Loteamento Novo Jardim, no bairro Granja Aurimar em Piraúba. O terreno possui 200,20 m<sup>2</sup>, sendo 11 m de frente, 11 m de fundos, 18,20 m lado esquerdo e 18,20 m lado direito. **O terreno pode ser financiado com pequena entrada no valor de R\$2.000,00 e 60 parcelas de R\$700,00**” (Descrição retirada do site: <http://sandersonmiranda.com.br/land/terreno-no-loteamento-novo-jardimgranja-aurimar/>, grifo nosso)

Já o lote do bairro Bom Clima é descrito da seguinte maneira: “Excelente terreno localizado no Condomínio Bom Clima, o terreno possui 200,00 M<sup>2</sup>, 20X10, **vizinhança tranquila e repleta de casas novas em um dos melhores pontos da cidade**” (Descrição retirada do site: <http://sandersonmiranda.com.br/land/terreno-no-condominio-bom-clima-em-pirauba/>, grifo nosso).

Figura 45 - Terreno no loteamento Novo Jardim e Bom Clima, respectivamente, Piraúba, 2021



Fonte: Site do corretor de imóveis Sanderson Miranda (<http://sandersonmiranda.com.br/>). Acesso em: 29/03/2022.

Esse quadro muda quando os residenciais localizados na periferia são “condomínios fechados”, como é o caso do Jardim América, onde o valor do terreno varia entre noventa e cento e cinquenta mil reais, de acordo com o proprietário.

Segundo o loteador 1 entrevistado, esse condomínio tem uma abordagem diferente dos empreendimentos existentes em Piraúba: os lotes são maiores e a intenção é “garantir sossego” para os moradores.

O padrão de construção nos loteamentos instalados na periferia é mediano, em vista do tipo de acabamento e simplicidade da planta arquitetônica. Apenas um loteamento apresenta construções de alto padrão, o que não chega a ser uma exigência, porém é estimulado por parte dos loteadores:

Procuramos fazer um loteamento, assim, com padrão melhor, e tanto é que as casas lá obedecem, assim, um padrão melhor, todo mundo que constrói lá procura também não fazer coisas ruins (Loteador 2 entrevistado, novembro de 2021).

Ao analisar o *boom* de loteamentos residenciais que ocorreram na cidade, as maiores motivações foram o momento político nacional, que elevou o poder aquisitivo da população, e o quadro da urbanização da cidade que passou por um processo acelerado a partir dos anos 2000 e favoreceu a expansão do tecido urbano. Além disso, a evolução do setor secundário da cidade é sempre pautada pelos agentes vinculados ao capital como motivação para parcelar e/ou construir.

Portanto, o foco principal desses agentes é a população de classe média baixa, atraídas pelas oportunidades de emprego e motivadas a adquirir sua casa própria. Apenas a partir de 2010 foi considerada a população com maior poder aquisitivo, com foco principalmente na localização – que evidencia o *status* social – e nas amenidades oferecidas – lazer, conforto, sossego e ambiente privado (autossegregação).

A partir das análises realizadas no espaço intraurbano de Piraúba reconhece-se no processo de produção da pequena cidade em questão algumas semelhanças nos processos de cidades maiores. É o caso da presença dos agentes vinculados ao capital que, apesar da atuação recente, encaram as possibilidades de renda da terra na cidade atuando de maneira diferente a depender da localização dos empreendimentos. Há diferenças como: a relação proprietário e cliente, que ainda se estabelece no tradicional comércio de pequena escala; a relação Estado e Capital se realiza de maneira direta e “oculta”, em vista de que não há legislação urbana. O Estado não explicita a ideologia que orienta suas diretrizes, o pouco conhecimento técnico que confere amadorismo na atuação e as múltiplas funções do agente produtor.

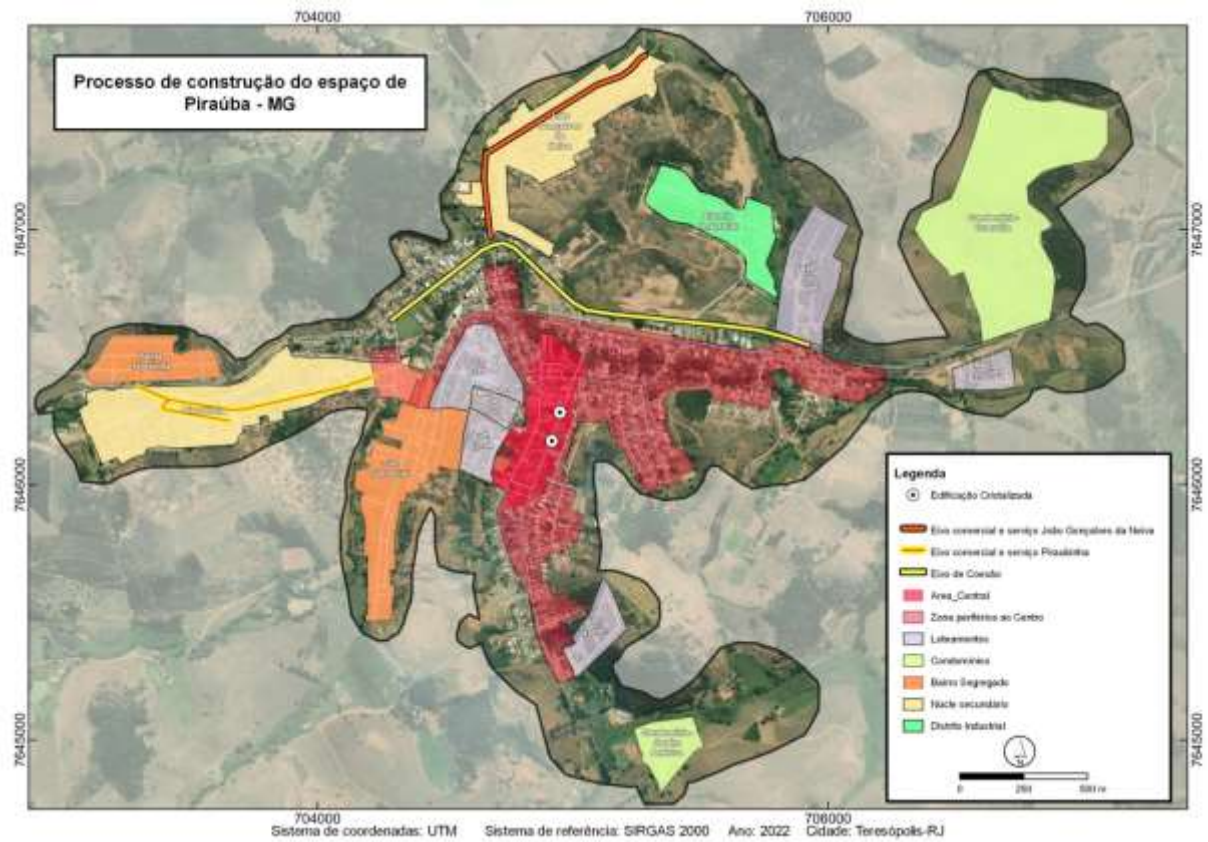
O Poder Executivo de Piraúba, atua na produção do espaço urbano a partir de um viés clientelista e imediatista que “ronda” a gestão da pequena cidade. A falta de legislação faz com que o tratamento entre os agentes e a prefeitura se realize de maneira direta e individual, fato que abre margem para favorecimentos de certos agentes e detrimento de outros, que pode ser alterado a depender do gestor em exercício. Não há um setor ou funcionário dedicado a questões vinculadas ao planejamento urbano, as ações são realizadas “a toque de caixa” e foca-se apenas na infraestrutura (pavimentação, iluminação e serviços) como ferramenta de garantia da qualidade de vida. Esse tipo de investimento fortalece ainda mais a expansão desmedida do tecido urbano e acaba por sanar déficits de loteamentos realizados pelo interesse privado.

Apesar de reconhecido o potencial de Piraúba enquanto polo moveleiro não há uma política clara para atrair mais empresas do setor, a única “contrapartida” das fábricas instaladas é a geração de emprego e renda – sendo suficiente para o Poder Executivo – sem que seja pensado em possibilidades para investimento na cultura e lazer, por exemplo.

Enquanto isso, os sujeitos sociais, fruidores do espaço urbano, são passivos em relação à produção do espaço; não há manifestações e a participação pública é ínfima, confirmando o que França, Costa e Fonseca (2019) abordam sobre a responsabilidade com o planejamento urbano nas pequenas cidades. Porém, vale ressaltar a potencialidade da ação desses sujeitos, em vista de que preservam práticas singulares e extremamente benéficas para a qualidade de vida na cidade.

Essa pesquisa permitiu que os processos de produção do espaço urbano de Piraúba fossem especializados, demonstrando o comportamento dos agentes em cada parte da cidade, na figura abaixo podemos ver o mapa com os processos.

Figura 46 - Processos da produção do espaço urbano de Piraúba, até 2021



Fonte: análise de campo, autora. Elaboração: Francisco Carlos Moreira Gomes, 2022.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante seu desenvolvimento a pesquisa reuniu referencial bibliográfico relevante para o estudo da produção do espaço urbano na pequena cidade. Além disso, comprovou a importância do estudo regional para caracterizar a pequena cidade e compreender sua dinâmica enquanto parte de uma rede urbana.

A pesquisa no âmbito regional foi capaz de reunir dados e bibliografias sobre a Região Imediata e o Arranjo Produtivo Local de Ubá, território identificado como pouco explorado em pesquisas voltadas para as questões urbanas. Prezou-se por rebater as ações relacionadas à economia do APL no âmbito do espaço urbano das cidades polo.

O estudo contribuiu, principalmente, com o levantamento de dados sobre o município de Piraúba, que pode vir a ser utilizado pelo Poder Executivo em ações futuras relacionadas à política territorial. Benefício, se considerar que prefeituras de pequenos municípios lidam com limitação de corpo técnico especializado.

O último capítulo buscou responder à pergunta que orientou a pesquisa, pois tratou de identificar e caracterizar os agentes produtores e compreender sua atuação, bem como os processos e consequentes formas do espaço urbano de Piraúba. Portanto, os Objetivos 4 “identificar e caracterizar os agentes produtores do espaço urbano na cidade de Piraúba” e 5 “reconhecer, mapear e analisar os processos e formas espaciais geradas a partir da ação dos agentes produtores no espaço urbano da cidade de Piraúba” também foram atendidos pelo capítulo 5.

Ao longo da pesquisa percebeu-se a necessidade de analisar a cidade a partir de sua dinâmica regional e as conexões que a posicionam na rede urbana, estudo fundamental para compreender Piraúba enquanto pequena cidade. A partir dessa pesquisa, que resultou nas análises do Capítulo 4, reconheceu-se a potencialidade de Piraúba e a importância de sua inserção regional. Fundamental para o desenvolvimento urbano da cidade é sua integração no APL de Ubá, o que a coloca em relação direta com centralidades maiores e reverbera na produção do espaço urbano. A pesquisa realizada para o Capítulo 4 embasou o desenvolvimento do estudo para cumprir o Objetivo Específico 1 “Caracterizar Piraúba enquanto pequena cidade” e atendeu os Objetivos 2 “analisar sua inserção na região e participação na rede urbana” e o 3 “compreender seu processo de urbanização socioeconômico e espacial. ”

As limitações que envolveram a pesquisa foram diversas, como a escassez de referencial bibliográfico que tratasse da produção do espaço urbano em pequenas cidades. Outra limitação foi a carência estudos sobre a região em que Piraúba está inserido, fato que motivou que a pesquisa fosse dedicada em parte para compreender as divisões regionais em questão. Tal fato condicionou uma melhor análise do campo de estudos e revelou as potencialidades de Piraúba enquanto centralidade.

Sobre o estudo da produção do espaço urbano as limitações encaradas foram: a dificuldade para reconhecer os agentes atuantes na cidade; a ausência de dados sobre a atuação, por ser realizada por pessoas físicas e depender da boa vontade em colaborar com a pesquisa e separar a visão técnica da visão enquanto moradora e fruidora do espaço.

A pesquisa abre margem para que novos estudos sejam realizados sobre a produção do espaço urbano na pequena cidade, já que reúne referências importantes para tal. Vale ressaltar a necessidade de que seja estudada com mais atenção a atuação dos sujeitos sociais nessas localidades, em vista de sua grande potencialidade.

## REFERÊNCIAS

ALBINO, Andréia Aparecida; LIM, Afonso A. T. de F. de C.; SOUZA, Sebastião D. C. de; SUZUKI, Ronise. **O APL moveleiro de UBÁ – MG: Uma análise frente aos determinantes do modelo do Diamante de Porter**. Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC, [S. l.].

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista políticoadministrativo. In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Janio (Orgs). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Série Estudos e Pesquisas. v 97. Salvador: SEI, 2012, p. 81-101.

BARROS, Samarane F. de S.. **Análise comparativa de três cidades médias mineiras: Ponte Nova, Viçosa e Ubá no contexto da rede urbana da região geográfica intermediária de Juiz de Fora/MG**. 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS – BDMG. **Zona da Mata: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para seu desenvolvimento**. Belo Horizonte, 2000.

BERNARDELLI, Mara Lúcia F. da H.. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. XIX, 350 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

BEZERRA, Josineide da Silva. **Novos Municípios, Velhas políticas: Práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba (1951-1965)**. Recife, 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia (org.). **Tipologia das Cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. 296 p. (Conjuntura Urbana Volume 2).

BRANDT, Cristina T. **A criação de municípios após a constituição de 1988: o impacto sobre a repartição do FPM e a emenda constitucional nº 15 de 1996**. Brasília: Congresso Nacional, 2010. (Estudos Técnicos).

BREMAEKER, François E. J. de. **Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções**. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, v. 40, n. 206, p. 88 - 99, jan./mar. 1993.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1967.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BUSTAMANTE, Paula M. A. C. **Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais: O Caso do Pólo Moveleiro de Ubá** – Universidade Federal de Uberlândia - Economia, 2004 (Dissertação de Mestrado).

CARLOS, Ana F. A.. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: Ana Fani Carlos (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo. 2015.

CARLOS, Ana F. A.. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 1ª edição, 7ª reimpressão, 2019.

CARMO, Judite de A. **Arranjo Produtivo Local no contexto da dinâmica espacial urbana**. Revista Geográfica de América Central. Número Especial, EGAL, 2011, v. 2, n. 47 E, p.1-16, 2011.

CARNEIRO, Patrício A. S.; MATOS, Ralfo E. S. Geografia Histórica da ocupação da Zona da Mata mineira: acerca do mito das “Áreas Proibidas”. In: **Seminário sobre a Economia Mineira**, 14., 2010, Belo Horizonte. Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: Cedeplar – UFMG, 2010, 25 p.

CARVALHO, Aline W. B. de. **Impacto do processo de descentralização dos níveis governamentais pós 88 nos municípios de pequeno porte demográfico. O caso da zona da mata de Minas Gerais**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. I.], n. 9, p. 36-51, 2000. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i9p36-51.

CONDÉ, José C.. **Dados Históricos do Município de Piraúba**. Piraúba: O Lutador, 1995. 63 p.

Conselho Municipal do Patrimônio Cultural- COMPAC (org.). **Piraúba: Nosso povo, nossa história**. Piraúba: 2008. 147p.

Coordenação de Geografia (org.). **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.

CORRÊA, Roberto L.. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP. Revista da Pós-Graduação em Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, n. 30, 2011, p. 05-12.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. SciELO-Editora UNESP, 2019.

CORRÊA, Roberto L.. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999. 94 p.

CORRÊA, Roberto L.. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2021.

CORRÊA, Roberto L.. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: Um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 1ª edição, 7ª reimpressão, 2019.

CROCCO, Marco Aurélio; HORÁCIO, Francisco. **Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais. O Arranjo Produtivo Moveleiro de Ubá**. Nota Técnica 38. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ. 2001.

DAMIANI, Amélia Luísa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

ENDLICH, Ângela Maria; MARQUES, A. J. **Réquiem para as pequenas localidades? Reflexões e panorama de municípios demograficamente**

**pequenos**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, MG, v. 22, n. 82, p. 138–153, 2021. DOI: 10.14393/RCG228255825.

FRANÇA, Iara S. de; COSTA, Valéria Aparecida M.; FONSECA, Marcela A.. **Planejamento urbano e participação social em pequenas cidades**. Ágora, v. 21, n. 1, p. 119-131, 2019.

FRESCA, Tânia Maria. **Agentes que produzem o espaço urbano: discussão sobre pequenos construtores de casas**. Mercator (Fortaleza) [online]. 2015, v. 14, n. spe, pp. 45-61.

FRESCA, Tânia Maria. **Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias** (local centers and small cities: differences necessary). Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75 a 81, jan. 2011. ISSN 1984-2201.

FÜHR, Josiane de O. M.; DIAS, Edson dos S. **Impactos socioambientais provocados pelo processo de expansão urbana de Marechal Cândido Rondon-PR**. Perspectiva Geográfica, [S. l.], v. 8, n. 9, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9526>.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2018, 2ª edição, 2ª reimpressão, 312 p.

INFORMATIVO FJP. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Diretoria de Estatística e Informações. **Finanças públicas: Extinção de Municípios pela PEC 188/2019**. Nº4. 2019.

LEÃO, Carla de S.. **A inserção das pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades da Região de Governo de Dracena-SP**. 2011. 140 f. 2011. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011. 140 p. (3ª reimpressão). Tradução de: Rubens Eduardo Frias.

LIMONAD, Ester. Novidades na urbanização brasileira? In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 25-58.

MATÉ, C.; MICHELETI, T. H.; SANTIAGO, A. G. **Cidades de pequeno porte em Santa Catarina: uma reflexão sobre planejamento territorial**. Revista Políticas Públicas. Cidades, v.3, n.2, p. 28 – 47, mai/ago, 2015.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003. 311 p.

MARISCO, Luciane M. de O.. **A elaboração de planos diretores em cidades pequenas: reflexões sobre os limites e perspectivas ao desenvolvimento local**. Revista Contexto Geográfico, v. 2, n. 3, p. 41-52, 2017.

MATTOS, Rodrigo F.. **Geografia Histórica da ocupação territorial da Zona da Mata mineira ao longo do século XVIII e primórdios do XIX**. Revista de Geografia UFJF, v.6, n. 3, p. 283-291, 2016.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço**. 2014. 311 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014.

NOGUEIRA, Marly. **As pequenas cidades de minas gerais: uma tipologia**. Geoiingá, Maringá, v. 8, n. 2, p. 38-57, 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio de. **Unir para crescer: instituições, espaço e crescimento econômico no pólo moveleiro de Ubá, Minas Gerais**. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 14, 2011.

PIRAÚBA. Lei nº 156 de 1993. **Institui o Código de Posturas do Município de Piraúba/MG e dá outras providências**. Lei Nº. 156/1993. Piraúba, MG, 11 ago. 1993.

PIRAÚBA. Lei nº 897, de 2015. **Concede “Auxílio-Aluguel” às famílias vítimas de enchentes e desmoronamentos, que estejam desabrigadas ou desalojadas e dá outras providências**. Lei Nº. 897/2015. Piraúba, MG, 02 set. 2015.

PIRAÚBA. **Lei Orgânica Municipal**. Piraúba, MG, 31 mar. 1990.

RIBEIRO, Ariádina Aparecida L.; ALVES, Flamarion D.. **Produção e valorização do espaço urbano: o caso dos novos loteamentos de Alfenas-MG**. Caderno de Geografia, v. 29, n. 2, p. 247-263, 2019.

RIGON, Osmar; SANT'ANA, Thiago Cesar F.. **Os papéis das pequenas cidades no contexto atual da rede urbana brasileira: um ensaio sobre a região da AMUSEP**. Revista Percurso: NEMO, Maringá, v. 5, n. 1, p. 157-177, 25 jun. 2013.

ROCHA, Altemar A.. **Processos e formas socioespaciais: na produção do espaço urbano**. Ponta Grossa: Atena, 2020. 103 p.

RODRIGUES, João F.. **O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios**. Anál. Social, Lisboa, n. 211, p. 430-456, jun. 2014.

ROSA, Lucelina R.; FERREIRA, Darlene Aparecida de O.. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 187-204.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3ª ed. São Paulo: EdUSP, 2018.

SCHIAVO, Alexandra de J. M.. **A produção do espaço na pequena cidade de Matipó-MG: um estudo sobre a dinâmica das relações cidade e campo, urbano e rural**. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SEBRAE. **Panorama socioeconômico: Regional Panorama socioeconômico: Regional Zona da Mata e Vertentes**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2021. 28p.:il

SILVEIRA, Tamyres Virgínia L.; CARVALHO, Aline W. B. de. **Pequenas cidades: em busca de um conceito**. Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia-ISSN 2358-5293, v. 1, n. 1, 2014.

SOARES, Josarlete M. **Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). 192. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009, 249p.

SOARES, Josarlete M.. Estado e planejamento regional na Zona da Mata de Minas Gerais: contribuições para a descolonização do pensamento. In: FRIDMAN, F.;

GENNARI, L.; KRAUSE, C.. **De cidades e territórios: volume 2**. Rio de Janeiro: Pod, 2019, p. 251-274.

SOUZA, Marcelo L. de. Espaço geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 21-42.

SPOSITO, Eliseu S.; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação B.. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. e WHITACKER, A. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.111-130.

SPOSITO, Maria Encarnação B.. Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. In: DIAS, P. C.; LOPES, D. M. F. (org.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador: Sei, 2014. p. 23-35.

SPOSITO, Maria Encarnação B.. **Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização**. Rio Claro: Revista Geografia, vol. 35, n. 1, 2010, p. 51-62.

SPOSITO, Maria Encarnação B.. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In VASCONCELOS, P. de A.; CORREA, R. L.; PINTAUDI, S. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2021, p.61-94.

STEPHAN, Ítalo Itamar C.; MARIA, Ana Cristina de S.. **Os desafios do planejamento e gestão urbanos em pequenas cidades de minas gerais**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, [s.i.], v. 3, n. 15, 2015, p.124-141.

TABARIN, Charles S.; VITTE, Claudete de C. S.. **Produção do espaço urbano em são João da boa vista/sp entre 2000 e 2016: novos loteamentos e segregação urbana**. Revista Geografar, v. 15, n. 1, p. 7-30, 2020.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; (ORG), E. M. **A cidade do pensamento único**. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VASCONCELOS, Pedro A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO. M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 1ª edição, 7ª reimpressão, 2019, p.75-96.

VASCONCELOS, Pedro de A.. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M.. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2021, p.17-38.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B.. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife, 2001.